



COMISSÃO DA  
**VERDADE**  
SOBRE A  
ESCRavidÃO NEGRA  
NO DISTRITO FEDERAL  
E ENTORNO



# A VERDADE SOBRE A ESCRavidÃO NEGRA

NO DISTRITO  
FEDERAL E  
ENTORNO

**A VERDADE  
SOBRE A  
ESCRAVIDÃO  
NEGRA** NO DISTRITO  
FEDERAL E  
ENTORNO



# A VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA

NO DISTRITO  
FEDERAL E  
ENTORNO

# Sindicato dos Bancários de Brasília

## Presidente

Eduardo Araújo de Souza

## Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no DF e Entorno

### Presidenta

Lucélia Saraiva Aguiar

### Vice-presidente

Jeferson Gustavo Pinheiro Meira

### Relator

Mário Lisbôa Theodoro

### Secretária Executiva

Daiane Souza Alves

### Assessora de Comunicação Social

Denise Maria Porfírio de Oliveira

### Coordenador de Apoio e Logística

Sérgio Augusto Coelho da Silva Filho

### Consultoras e consultores

Adeir Ferreira Alves

Joel Souza de Carvalho

Josefina Serra dos Santos

Júlia Conceição Berto

Leandro Santos Bulhões de Jesus

Manoel Barbosa Neres

Manoel Francisco Duque de Sousa

Márcia Maria da Silva

Nádia Nádia da Silva Reis

Rui Perpétuo Gomes

Sandra Pereira Braga

Waldicéia de Moraes Teixeira da Silva

## Ficha Catalográfica

C728

Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Distrito Federal e Entorno, A Verdade sobre a Escravidão Negra no Distrito Federal e Entorno Sindicato dos Bancários de Brasília. – (2016) – . Brasília: Sindicato dos Bancários de Brasília., 2017. 206p.

ISBN: 978-85-5737-002-9

1. Escravidão – Distrito Federal e Entorno.
2. Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra.
3. Escravidão – Brasil – História.
4. Escravizados – Brasil – Política. I. Título.

CDU – 326.4(817.4)(817.3)  
341.231.3(817.4) (817.3)

*Às irmãs negras e aos irmãos negros*

*Do campo e da cidade.*

*Dos litorais e dos sertões*

*Dos morros e das quebradas.*

*Àquelas e aqueles que já foram,*

*àquelas e aqueles que virão.*

# Agradecimentos

*“Meu tempo é agora”.*

MÃE STELLA DE OXOSI

**P**ara muitos povos africanos, a ideia de ancestralidade está ancorada no “agora”, isto é, o que entendemos como “tempo presente” seria a consciência de que já fomos e que seremos. Ancestralidade, portanto, não se refere à concepção de um passado distante, mas a uma consciência de estar no mundo por dentro dos elos que fazem a ligação de temporalidades que articulam experiências e deveres. Tal percepção sugere que a consciência de estar vivo nos impõe uma condição de responsabilidade com o que foi e com o que virá e esta ideia confere a cada um de nós uma noção de conexão com uma possível totalidade, calcada numa plena sensação de pertencimento a uma comunidade.

*Desde que os povos africanos foram sequestrados e trazidos para cá, em processos que duraram quase quatrocentos anos, os referenciais identitários, os laços de comunidade e as capacidades de rearticulação foram e são desafiados pelos regimes de poder aqui instaurados.*

*Diante de cenários áspers, as negras e os negros sempre agiram, resistiram e negociaram de múltiplas formas. Hoje também nós, seus descendentes, da mesma maneira, nos organizamos a ponto de construir um documento como este que vos apresentamos. Nós não conseguiríamos tê-lo feito sem um conjunto de redes construídas e acionadas; tampouco sem a solidariedade, o companheirismo e a forte noção de que “nós precisamos ser por nós mesmos”.*

*Assim, agradecemos às gerações de negras e negros que nos antecederam, que jamais abaixaram a cabeça para o sistema que os pretendia subservientes, silenciadas e silenciados e exterminadas e exterminados. Agradecemos por terem conseguido manter os ensinamentos da Mãe África, calcados nos conceitos de comunidade, integração, amor, força, superação e infinita capacidade de ressignificações. Agradecemos por terem nos ensinado que nós precisamos nos olhar, nos perceber, nos ajudar e aquilombar.*

*Diante deste quadro, agradecemos a nossa ancestralidade que nos faz perceber que quando cuidamos do hoje, honramos as gerações que nos antecederam, bem como mantemos a luta pela garantia da existência em bem-estar e dignidade no futuro daquelas que virão. Quando cuidamos das nossas irmãs e irmãos do presente, portanto, somos “cobras mordendo a própria cauda”, responsabilizando-nos com um conjunto do qual fazemos parte.*

*Agradecemos às irmãs e aos irmãos quilombolas que acreditaram no nosso trabalho, que se dispuseram a abrir suas casas, narrativas, memórias, conhecimentos. Às lideranças quilombolas que nos ajudaram em logística, acessos, organizações.*

*Finalmente, gostaríamos de externar nossa enorme gratidão ao Sindicato dos Bancários de Brasília que, em um momento difícil, acolheu a Comissão, dando todo apoio financeiro e logístico necessário à realização deste Relatório.*



# Apresentação

*Todo problema humano exige ser considerado a partir do tempo. Sendo ideal que o presente sempre sirva para construir o futuro.*

*E esse futuro não é cósmico, é o do meu século, do meu país, da minha existência. De modo algum pretendo preparar o mundo que me sucederá. Pertencço irredutivelmente à minha época. E é para ela que devo viver. O futuro deve ser uma construção sustentável do homem existente. Esta edificação se liga ao presente, na medida em que coloco-o como algo a ser superado.*

**Frantz Fanon, *Os condenados da terra*.**

**A**penas 129 anos de seu fim declarado no Brasil, a escravidão foi um fato recente do qual a população negra ainda sofre as consequências. Tão recente, que não é necessário ir longe para encontrar pessoas que, em torno dos seus 100 anos de idade, têm em suas memórias de infância o que ouviram de seus pais e avós vítimas de martírios, dos cárceres, das senzalas e sobre a vivência das primeiras décadas da pós-abolição ainda escravista.

Um dos narradores quilombolas com quem conversamos, contou-nos que viu negros serem amarrados, torturados em troncos, sofrendo afogamentos, há cerca de apenas trinta anos. Também foi denunciado para a nossa equipe o escândalo da escravização de uma senhora e um de seus filhos na fazenda de um servidor público, fato que teria acontecido há menos de uma década. Esta, não foi entrevistada por se encontrar num quadro patológico de insanidade mental.

Vale ressaltar que existe um alarmante índice de violência contra jovens negros no Brasil. Ora, de vez em quando, temos notícia de corpos negros amarrados e linchados em todo o território nacional. Também são corriqueiros dados sobre vulnerabilidade escolar, violência sexual, violências urbanas e rurais, encarceramento e desaparecimento forçado de jovens e adultos negros, racismo no sistema público de saúde e violência obstétrica contra as mulheres negras, além do fato de as negras e os negros ganharem menos no mercado de trabalho.

Conforme, a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil está entre os dez países mais violentos do mundo. Os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no país, atingindo especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias em áreas metropolitanas<sup>1</sup>.

Diariamente, na mídia ouvem-se relatos de familiares que afirmam que seus parentes estão desaparecidos, após abordagens da Polícia Militar (PM). A violência policial é temática muito debatida por militantes do movimento negro, que afirmam que os jovens negros, recebem tratamento preconceituoso por parte da PM. Conforme o Mapa da Violência 2014, 82 jovens são mortos por dia, sendo 77% deles negros.

De acordo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Ministério do Trabalho e Previdência Social, as mulheres negras são maioria entre as trabalhadoras domésticas, sendo 17,7%, contra 10% das brancas. Além disso, as mulheres negras ganham menos de 40% do que recebem os homens brancos.

Nesse sentido, de acordo com indicadores, a população negra encontra-se mais vulnerável à violência, enfrenta a discriminação racial, bem como a desigualdade socioeconômica.

---

1 Dados do Ministério da Saúde mostram que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino.

Os povos negros estão nos piores lugares da sociedade e o Estado brasileiro tem funcionado como uma máquina de legitimação do poder dos brancos e ricos. Neste sentido, fala-se em Estado racista e genocida. Estado que, ao longo dos regimes políticos do Brasil — Colônia, Império e República — sofisticou as estratégias de extermínio das populações africanas e afro-brasileiras. Escravização, criminalização cultural e religiosa, cristianização, incentivo à miscigenação e construção de políticas públicas discriminatórias fizeram parte deste projeto. Lembremos da abertura do país aos novos colonizadores do século XX — os imigrantes europeus que “*limpariam a raça*” brasileira. Ações que reforçaram a racialização da cidadania e a exclusão da população negra do projeto de sociedade ideal. O redesenho das chamadas cidades modernas revelou a exclusão dos corpos negros de tais modelos; o epistemicídio; exclusão das histórias, memórias e conhecimentos dos povos negros do espaço oficial escolar; perseguição e desestruturação das comunidades negras rurais.

Embora o legado perverso da escravidão esteja inscrito em toda sociedade brasileira, neste relatório optamos por direcionar a pesquisa para comunidades quilombolas.

A partir da assinatura da Lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888, muito se falou sobre o colonialismo sob a ótica da política e do desenvolvimento econômico, de modo que os aspectos sociais e dos Direitos Humanos foram estrategicamente esquecidos, sobretudo quando referentes à população negra.

Durante esse período da “*libertação*” das pessoas escravizadas, o histórico das famílias de negras e negros que correspondem a 53,6% (IBGE, 2014) da população brasileira foi ofuscado tendo sido, por um lado, sobreposto por interesses elitistas e, por outro, tratado como mito. Os resultados dessas atuações do Estado foram processos discriminatórios de raças, etnias e por níveis socioeconômicos, diversificadas facetas de racismo (ambiental, cultural, institucional, etc), além de empecilhos ao desenvolvimento desses povos, por exemplo, no discurso contrário ao sistema de cotas.

Com um objetivo de resgatar e registrar a versão não contada, ou mal relatada, do escravagismo no Brasil instituiu-se a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra do Brasil, vinculada ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB). A partir de sua linha de pensamento foi criada em Brasília comissão com o mesmo propósito, porém no âmbito do Distrito Federal (DF) e Entorno. Esta vertente, apoiada pelo Sindicato dos Bancários de Brasília, porém sem vínculo com a Ordem dos Advogados do Brasil/DF, tem como compromisso ratificar histórica e antropológicamente a verdade sobre tal período, na região central do país.

A proposta é que com as informações levantadas, apresentadas neste relatório, as populações negras do DF e Entorno — especialmente as comunidades quilombolas contempladas neste projeto —, tenham subsídios necessários às cobranças de reparação às violações sofridas, e que também sejam reconhecidas por suas lutas cotidianas e alcancem a justiça social de que tanto carecem, honrando seus ancestrais.

Composta por 19 membros, em caráter voluntário, a Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Distrito Federal e Entorno, do Sindicato dos Bancários de Brasília (CVN/SBB), possui um grupo interdisciplinar em termos de profissão e engajamento social.

Nesse sentido, a CVN/SBB deu início às suas atividades no dia 30 de março de 2016 e definiu como período temporal aos estudos teóricos e de campo, o compreendido entre os anos 1700 (quando teve início o Ciclo do Ouro) e o ano de 1960 (quando fundada Brasília, a atual capital do país). Já a área estabelecida como de interesse para a pesquisa foi a situada em um raio aproximado de 300 Km do centro de Brasília pelo estado de Goiás. A justificativa para a amplitude da área se dá pelo fato de que, no período colonial, as fazendas eram extensas e era grande o número de pessoas escravizadas que cruzavam esses territórios. Considerando que a delimitação urbanizada do Distrito Federal se dá num raio aproximado de 40 Km, não nos pareceu viável trabalharmos com um recorte tão pequeno, visto o cenário da época.

Salienta-se que o maior legado advindo da experiência de conhecer as realidades das comunidades quilombolas, muito mais do que acessá-las nos livros, foi perceber o quanto a discussão sobre quilombos é atual, não se restringindo apenas aos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Manter os quilombos existentes em sua riqueza cultural, econômica e ambiental, bem como fazer com que a experiência dessas comunidades se dissemine mais e mais, é tarefa urgente. A herança quilombola, presente ainda hoje nas comunidades é algo a ser aprendida para que tenhamos um futuro mais justo, e sustentável.

É relevante destacar que antes da construção de uma nova capital para nosso País, essa terra teve uma longa história da qual o povo quilombola faz parte, inclusive da escravidão do povo negro.

Os trabalhos desta Comissão chegaram à fatos relevantes da pós-abolição vivenciados pelos quilombos no DF e Entorno até os dias atuais. Essas comunidades têm uma ampla legislação em defesa dos seus direitos, porém negados e saqueados por intervenções de um Estado que privilegia, sobretudo, latifundiários, fazendeiros, grileiros. Assim, o que não pode ser alcançado pela proposta utópica de democracia é buscado por meio de lutas que venham a garantir a efetivação desses direitos a partir das políticas públicas.

As terras quilombolas foram tomadas a força ou por meio de estratégias cartoriais em que fazendeiros forjavam documentos com ajuda de autoridades locais. Atualmente, em situação análoga à escravidão, as famílias tradicionais dessas comunidades são humilhadas e forçadas a se submeter a uma relação de mão-de-obra barata para o enriquecimento de seus opressores.

A população negra precisa aquilombar-se, ser protagonista da sua produção econômica, existencial, religiosa, de gênero, de educação e de cultura. Só assim conseguirá inverter as duras estatísticas e as investidas do extermínio que recaem sobre o povo negro. Bem como construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Exige-se a efetividade do Princípio da Isonomia, também conhecido como Princípio da Igualdade, previsto no artigo 5º, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988) que determina o seguinte: *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”*. Tal princípio também está previsto no artigo 3º, Inciso IV, da CRFB/1988, que coloca como fundamento da República *“promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”*.

Por fim, os trabalhos dessa Comissão tem também a pretensão de trazer uma consciência racial para as comunidades atendidas, bem como para todo o público em geral. Sendo que a realização deste Relatório, portanto, deverá suscitar importantes desdobramentos. Espera-se que pesquisadoras e pesquisadores, movimentos sociais, agentes públicos, entre outros, possam fazer uso deste documento como inspiração para a realização de outros trabalhos.



# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>1. METODOLOGIA DO TRABALHO</b> .....	27
1.1 – A pesquisa de campo: a memória branca e a memória negra .....	27
1.2 – A análise documental .....	29
1.3 – Os acervos consultados .....	30
1.4 – As memórias das comunidades quilombolas .....	31
1.5 – Devolutivas e doações de livros .....	34
<b>2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS:</b>	
<b>A OCUPAÇÃO DE GOIÁS E SUAS BASES ECONÔMICAS</b> .....	35
2.1 – As atividades extrativistas – o garimpo e a marcha para o Oeste .....	35
2.2 – A atividade cratória – fazendas de gado e poder político .....	37
2.3 – As contradições do regime escravista: Resistência e luta pela Liberdade – Goiás se povoa de Kilombos .....	38
2.4 – Convergências entre comunidades remanescentes de quilombos .....	48
2.5 – O século XX: da consolidação das elites agrárias à construção de Brasília – novos cenários para a velha pobreza .....	51
<b>3. AS CIDADES VISITADAS NA REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO</b> .....	55
<b>3.1 – Luziânia</b> .....	56
3.1.1 – O Centro da Cidade e seus Aspectos Históricos .....	57
3.1.2 – Igreja Nossa Senhora do Rosário Dos Pretos .....	58
3.1.3 – Paróquia Santa Luzia (a igreja dos brancos) .....	60
3.1.4 – Cemitérios coloniais .....	62
3.1.5 – Casa de Cultura e acervos históricos .....	63
3.1.6 – Rego das Cabaças .....	64
3.1.7 – Famílias tradicionais da elite de Luziânia .....	66
3.1.8 – Registros civis .....	67
3.1.8.1 – Certidões de Batizados .....	67
3.1.8.2 – Certidões de Casamentos .....	68
3.1.8.3 – Das condições dos livros .....	69

<b>3.2 – Planaltina</b> .....	69
3.2.1 – O centro da cidade e seus aspectos históricos .....	69
3.2.2 – Igreja de São Sebastião .....	70
3.2.3 – Museu Histórico e Artístico de Planaltina (antiga residência dos Monteiro Guimarães) .....	71
3.2.4 – As famílias brancas tradicionais e a escravidão em Planaltina .....	72
<b>3.3 – Formosa</b> .....	77
3.3.1 – Aspectos históricos .....	77
<b>4. AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE KILOBOS NA REGIÃO DO DF E ENTORNO</b> .....	80
<b>5. ARRAIAS/TOCANTINS, O GRANDE GARIMPO E OS KILOBOS DO ENTORNO NORTE DE BRASÍLIA</b> .....	90
<b>5.1 – Kilobos Riachão e Diadema/Teresina de Goiás/GO</b> .....	92
5.1.1 – Histórico .....	93
5.1.2 – Perfil socioeconômico .....	93
5.1.3 – Situação fundiária .....	94
5.1.4 – Trabalho .....	95
5.1.5 – Acesso a serviços públicos .....	95
5.1.6 – Violações de direitos vivenciados pela comunidade .....	96
5.1.7 – Outros problemas sociais.....	98
5.1.8 – Potencialidades e desafios .....	99
<b>5.2 – Kilombo Moinho/Alto Paraíso de Goiás/GO</b> .....	100
5.2.1 – Histórico .....	100
5.2.2 – Perfil socioeconômico .....	101
5.2.3 – Situação fundiária .....	101
5.2.4 – Trabalho/autonomia econômica da comunidade .....	103
5.2.5 – Acesso a serviços públicos .....	103
5.2.6 – Violações de Direitos vivenciados pela comunidade .....	105
5.2.7 – Outros problemas sociais .....	106
5.2.8 – Potencialidades e desafios .....	106
<b>5.3 – Kilombo Flores Velha/Flores de Goiás/GO</b> .....	107
5.3.1 – Histórico .....	107
5.3.2 – Perfil socioeconômico .....	110
5.3.3 – Situação fundiária .....	111
5.3.4 – Trabalho/ autonomia econômica .....	112
5.3.5 – Acesso a serviços públicos .....	113
5.3.6 – Violações de direitos vivenciados pela comunidade .....	114
5.3.7 – Outros problemas sociais .....	114
5.3.8 – Potencialidades e desafios .....	115

<b>6. SANTA CRUZ DE GOIÁS E OS KILOBOS SUL RUMO AO DISTRITO FEDERAL .....</b>	<b>116</b>
<b>6.1 – Kilombo Ana Laura / Piracanjuba/GO .....</b>	<b>117</b>
6.1.1 – Histórico .....	118
6.1.2 – Perfil socioeconômico .....	121
6.1.3 – Situação Fundiária .....	121
6.1.4 Acesso a serviços públicos .....	121
6.1.5 – Autonomia econômica da comunidade .....	121
6.1.6 – Violação de direitos .....	122
6.1.7 – Outros problemas .....	123
6.1.8 – Potencialidades e desafios .....	123
<b>6.2 – Kilombo Boa Nova/Professor Jamil/GO .....</b>	<b>123</b>
6.2.1 – Histórico .....	124
6.2.2 – Perfil socioeconômico .....	126
6.2.3 – Situação Fundiária .....	126
6.2.4 – Acesso a serviços públicos .....	126
6.2.5 – Autonomia econômica da comunidade .....	127
6.2.6 – Violação de direitos .....	127
6.2.7 – Outros problemas .....	128
6.2.8 – Potencialidades e desafios .....	129
<b>6.3 – Kilombo Jardim Cascata/Aparecida de Goiânia/GO .....</b>	<b>130</b>
6.3.1 – Histórico .....	130
6.3.2 – Perfil socioeconômico .....	131
6.3.3 – Situação fundiária .....	131
6.3.4 – Trabalho .....	132
6.3.5 – Acesso a serviços públicos .....	132
6.3.6 – Autonomia econômica da comunidade .....	132
6.3.7 – Violações de direitos vivenciados pela comunidade .....	132
6.3.8 – Potencialidades e desafios .....	133
<b>6.4 – Kilombo dos Almeidas/ Silvânia/GO .....</b>	<b>133</b>
6.4.1 – Histórico .....	134
6.4.2 – Perfil socioeconômico .....	136
6.4.3 – Situação fundiária .....	136
6.4.4 – Trabalho .....	136
6.4.5 – Acesso a serviços públicos .....	137
6.4.6 – Violações de Direitos vivenciados pela comunidade .....	137
6.4.7 – Outros problemas sociais .....	138
6.4.8 – Potencialidades e desafios .....	138

<b>6.5 – Kilombo Nossa Senhora Aparecida/Cromínia/GO .....</b>	<b>138</b>
6.5.1 – Histórico .....	138
6.5.2 – Perfil socioeconômico .....	141
6.5.3 – Situação fundiária .....	141
6.5.4 – Trabalho .....	141
6.5.5 – Acesso a serviços públicos .....	141
6.5.6 – Violações de Direitos vivenciados pela comunidade .....	142
6.5.7 – Outros problemas sociais .....	143
6.5.8 – Potencialidades e desafios .....	143
<b>7. KILOMBO MESQUITA/CIDADE OCIDENTAL/GO:</b>	
<b>O KILOMBO DO DISTRITO FEDERAL .....</b>	<b>144</b>
7.1 – Histórico .....	146
7.2 – Perfil socioeconômico .....	147
7.3 – Situação fundiária .....	147
7.4 – Trabalho .....	148
7.5 – Educação, Cultura e Economia .....	149
7.6 – Violações de Direitos vivenciados pela comunidade .....	150
7.7 – Outros problemas sociais .....	152
7.8 – Potencialidades e desafios .....	152
<b>8. ALGUNS DOS KILOMBOS NÃO VISITADOS CONTEMPLADOS PELA COMISSÃO .....</b>	<b>153</b>
8.1 – Os quilombos de Uruaçu e Niquelândia/GO .....	156
<b>9. A ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES E SUAS REIVINDICAÇÕES .....</b>	<b>158</b>
<b>10. OS PROGRAMAS E AS AÇÕES DO ESTADO .....</b>	<b>164</b>
10.1 – O enquadramento legal: o Estatuto da Igualdade Racial e seus desdobramentos .....	164
10.2 – As ações direcionadas às comunidades e o Programa Brasil Quilombola .....	167
10.3 – As comunidades remanescentes de quilombos e as políticas públicas .....	170
<b>11. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>172</b>
<b>12. ARQUIVOS E DOCUMENTOS CONSULTADOS .....</b>	<b>183</b>
<b>13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>184</b>
<b>14. ANEXOS .....</b>	<b>186</b>
14.1 – Legislação quilombola .....	186
14.2 – Termos e conceitos da militância negra e quilombola .....	188
14.3 – Registros de Atendimentos Integrados (Boletins de Ocorrências) .....	191
14.4 – Ofício Fundação Cultural Palmares (Museu Nacional da Memória Afrodescendente) .....	196
<b>15. RESGATANDO A VERDADE .....</b>	<b>197</b>

# Introdução

*“Aqui na região tinha vários sanatórios. Eles eram acorrentados. Os sanatórios ficavam no Centro Estulânia, um distrito a 10 Km daqui, e no município de Professor Jamil. Era lá que eles ficavam acorrentados. Pela exclusão eles se tornavam alcoólatras e depois enlouqueciam, pois era muito o sofrimento. A exclusão e a pobreza enlouquecem!”.*

**Lucy Helena Roza Tavares, Kilombo Ana Laura/Piracanjuba/GO**

*“Então, a escravidão nossa hoje, do nosso povo e o chicote do nosso povo é o racismo institucional. Ele ainda é muito presente, ele ainda está presente em todos os momentos nas nossas comunidades (...). Acho que hoje nós estamos com uns 90% dos que formaram no ensino médio todos dentro da Universidade, alguns fazendo licenciatura, outros, pedagogia, nós temos médicos, temos advogados e mesmo assim a gente não se sente*

**Maria Helena S. Rodrigues, Kilombo Kalunga/Monte Alegre/GO**

*“(…) O saber não ocupa lugar, nós só seremos capacitados quando nós conhecermos nossos direitos... Para que as pessoas possam estar aprendendo a andar, a buscar sua identidade, seus direitos. A gente quer continuar essa luta com capacitação (...) muitas vezes tem negro que esquece sua identidade, quer até ser branco, já acha que está diferente. Você mesmo é uma pessoa clara, em outros lugares a pessoa já não quer ser negro, esquece a sua identidade, não adianta quando você sofre acidente, você é identificado até pela arcada dentária. Nós temos identidade, precisamos correr atrás disso, se nós nos capacitarmos, às vezes a pessoa tem esse complexo de inferioridade por ser negro, por a gente não capacitar... Então se nós formos capacitados chegamos com mais força, quando você chega e diz que é doutor, é diferenciado. Nossa associação é muita boa... Os dirigentes aqui Lucas e o Noabio que são pessoas capacitadas, estudantes, eles estão aprendendo. Socar o milho, furar o pilão, como dizia os escravos, vai com calma, você chega lá”.*

**Euilcio Leite de Moraes, Kilombo Moinho/Alto Paraíso/GO**



O Relatório Final ora apresentado é resultado de um esforço conjunto dos membros da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Distrito Federal e Entorno<sup>2</sup>. Durante pouco mais de um ano foram realizadas visitas de campo às comunidades quilombolas e às cidades históricas com as marcas dos povos negros da região. Foram cerca de três mil quilômetros percorridos pela Comissão em mais de uma dezena de viagens. Além disso, o trabalho relativo à pesquisa bibliográfica e documental tomou centenas de horas de leitura e análise de documentos de referência dos séculos XVIII e XIX. O acesso a obras seminais sobre a história da região, bem como a realização de conversas com especialistas sobre a temática, também foi decisivo na feitura do presente documento.

A história da ocupação da atual região do Distrito Federal (DF) e Entorno, para além da presença indígena primeira, remonta ao século XVIII e ressalta a importância e a centralidade das comunidades remanescentes de quilombos em sua permanente tensão com a ordem colonial que por ali se instala a partir do ciclo da mineração. Ao contrário do que se pensava, grande parte dos quilombolas presentes na região não se constitui de pessoas escravizadas fugidas dos garimpos ou das fazendas locais. As comunidades foram criadas por negras e negros em fuga, provenientes de outras regiões, notadamente Bahia e Minas Gerais ou por indivíduos ou grupos livres ou aparentemente livres, com poder de compra, que se instalaram por esta região na condição de titulares da terra.

Durante o período em que a Comissão se dedicou às visitas aos quilombos, diversas narrativas fundacionais a respeito do surgimento e manutenção das comunidades rurais negras foram acessadas. Foi por meio da oralidade, quase exclusivamente, que histórias foram reveladas, reconstruídas, dando sentido às formas com as quais os agrupamentos majoritariamente negros se formaram no passado e se mantém atualmente pelo interior do estado de Goiás. As múltiplas estratégias que os povos negros utilizaram para se agrupar e para reorganizar suas lógicas de família, parentesco e política corroboram com estudos historiográficos que compreendem os quilombos (aportuguesado quilombos) brasileiros como desdobramentos de experiências africanas.

No clássico texto *"Origem e histórico do quilombo na África"* (MUNANGA, 1995-96), o professor Kabengele Munanga afirma que se trata de uma palavra de origem dos povos de língua bantu, *"dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire (...)". É uma história de conflitos pelo poder, de cisão dos grupos, de migrações em busca de*

---

2 A expressão "Entorno", ainda que detentora de uma definição oficial da parte dos Governos do DF e de Goiás, será aqui tratada como a área delimitada pelo raio de 300 Km ao redor da Capital Federal.

*novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios” (MUNANGA, 1995-96, p. 01). Explica o professor que Kilombo, enquanto noção de sociedade guerreira na referida região da África, configurava-se como estrutura capaz de reunir indivíduos estranhos e desvinculados de suas linhagens, articulados em disciplina militar capaz de derrotar grandes reinos que impediam suas expansões. De acordo com ele:*

*A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis as armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundu, kongo, wovimbundu, etc (MUNANGA, 1995-96, p. 3-4).*

Nas experiências diaspóricas do tráfico atlântico de pessoas, os povos africanos enfrentaram a empresa colonial dos brancos calcada na racialização da escravidão, de modo que as resistências à ideia da transformação do corpo africano em objeto servil podem ser rapidamente localizadas em múltiplas experiências de construção paralela de projetos de sociedade, como é o caso dos quilombos e terreiros de religiões de matriz africana<sup>3</sup>. Com registros que vão dos séculos XVI ao XX, e até mesmo ao Século XXI, as práticas de quilombamento desafiam a lógica da branquitude assentada num suposto controle absoluto das corporiedades negras. Assim, os estudos dos quilombos no Brasil revelam uma diversidade de casos que exige uma abordagem interdisciplinar, cuja centralidade se encontra nos protagonismos de mulheres negras e homens negros que lançam para acadêmicas e acadêmicos, militantes de movimentos sociais negros e quilombolas, os desafios da contação de suas histórias frente à urgência de luta da conquista de cidadania. Conforme Gomes:

*Hoje, espalhados por todo o Brasil, vemos surgir comunidades negras rurais (algumas já em áreas urbanas e suburbanas de grandes cidades) e remanescentes de quilombos. Elas são a continuidade de um processo mais longo da história da escravidão e das primeiras décadas da pós-emancipação,*

3 Pesquisadoras e pesquisadores dos chamados “estudos da diáspora”, bem como integrantes dos movimentos negros, têm chamado a atenção para o fato de que os terreiros, muito mais que templos religiosos, eram e são espaços de salvaguarda de memórias; reorganizações familiares; lócus de produção e preservação de conhecimentos e experiências de quilombamentos em espaços urbanos.

*época em que inúmeras comunidades de fugitivos da escravidão (e também índios e desertores militares), e depois aquelas com a migração dos libertos, se formaram. Não se trata de um passado imóvel, como aquilo que sobrou (posto nunca transformado) de um passado remoto. As comunidades de fugitivos da escravidão produziram histórias complexas de ocupação agrária, criação de territórios, cultura material e imaterial próprias baseadas no parentesco e no uso e manejo coletivo da terra. O desenvolvimento das comunidades negras contemporâneas é bastante complexo, com seus processos de identidade e luta por cidadania (GOMES, 2015, p. 07).*

Muito diferente do que o imaginário supremacista historiográfico branco gosta de imaginar, as mulheres e os homens que vieram do continente africano para o americano não se reduzem à força de trabalho que sustentou e sustenta o projeto colonialista e suas heranças atuais. Estes indivíduos que cruzaram o Atlântico em inúmeras levas de migração forçada ao longo de quatro séculos, também civilizaram a América, juntamente aos povos chamados indígenas, e com estes últimos, foram pioneiros na adaptação e ressignificação de ciências alimentares, linguísticas, medicinais, filosóficas. Não só ergueram a cidade colonial com a força física, como constituíram o projeto de sociedade que estava em marcha com os conhecimentos que pra cá trouxeram, como foram os casos das técnicas de encontro e manejo de metais e pedras preciosas; plantação em longa escala e criação de animais em território tropical, como afirma Costa e Silva, Gomes, entre outras autoras e autores.

Além disso, em visita à Comissão em agosto de 2016, Aécio Van-Dúnem do Nascimento, descendente direto da rainha angolana Nzinga Mbandi, reiterou que o termo kilombo teve origem com as histórias de lutas das nações angolanas contra o tráfico de pessoas nos anos 1600, significando espaços de refúgio, de unidade comunitária e de resistência.

Assim, a Estrada Real, caminho do ouro até os portos da cidade Rio de Janeiro/RJ e Parati/RJ, também foi trafegada por negras e negros que se libertaram do jugo escravista e que buscavam abrigo nas regiões mais distantes. A outra rota quilombola vinha da Bahia, fazendo de Goiás ponto de encontro daqueles que buscavam experiências de liberdade.

Na história do povoamento da região destaca-se o surgimento e a consolidação dos quilombos e sua resistência às investidas do poder colonial, razão pela qual essas comunidades ganharam protagonismo e relevância no trabalho de recuperação histórica. Em outras palavras, a perspectiva metodológica aqui adotada privilegia essas histórias. A região do DF e Entorno foi e é essencialmente caracterizada pela grande presença de povos quilombolas e indígenas. Como tal, deve ser estudada com base no

acesso às memórias e às narrativas dos remanescentes quilombolas que hoje subsistem no enfrentamento às adversidades consubstanciadas em interesses econômicos ligados ao agronegócio, à especulação imobiliária e à grilagem, bem assim à própria omissão do Estado.

A opção de se incorporar parte do território de Goiás como extensão do campo da pesquisa deve-se ao fato de que o atual Distrito Federal era parte integrante daquele estado, sendo que o processo de ocupação dessa área foi único. DF e Entorno, denominações recentes, configuram assim histórias entrecruzadas que são focalizadas neste Relatório.

Também contribuiu para a extensão da pesquisa ao território de Goiás o fato de que aquele estado não possui Comissão da Verdade sobre Escravidão Negra. A Comissão do DF incumbiu-se assim, diante desse quadro, de protagonizar o estudo sobre uma área de maior abrangência que conta a história das negras e dos negros da região.

Este Relatório é composto de doze partes, além desta introdução. No capítulo 1 é apresentada a metodologia do trabalho, explicitando as orientações das atividades, com destaque pela busca da história do ponto de vista da própria população quilombola, aqui denominada de “memória negra”, em contraposição à historiografia tida como oficial, inscrita nos documentos e jornais da época, aqui chamada de “*memória branca*”.

O capítulo 2 apresenta um apanhado histórico da ocupação das terras de Goiás desde o ciclo da mineração, passando pela consolidação da economia agrária, ao mesmo tempo em que se formavam os quilombos. A chegada do século XX e a construção de Brasília inauguram uma nova etapa na qual convivem, não sem conflitos, formas consideradas modernas e arcaicas de organização social, e onde as comunidades quilombolas passam a ser vítimas de todo tipo de espoliação e violência, marca principal da forma como as populações negras foram e são tratadas neste país.

Já no capítulo 3 são apresentadas as principais características das cidades históricas da região e seu convívio com a escravidão e com os quilombos próximos. Aqui foram privilegiadas as informações da cidade de Luziânia levando em conta a centralidade daquela área urbana, local estratégico, tendo em vista a atividade primeira e que justificou toda a ocupação posterior que foi o garimpo. Tal centralidade fez com que Luziânia se mostrasse a cidade que tinha disponível a maior quantidade de informações em relação ao histórico da região. Outros centros urbanos também mereceram atenção da Comissão, casos de Planaltina (DF), Planaltina (GO), Arraias (TO), Santa Cruz (GO) e Formosa (GO).

O capítulo 4 traz a organização das comunidades remanescentes de quilombos, responsáveis pela povoação da região central do país, a partir de ramificações das Estradas Reais. Mostra ainda, a constituição dos espaços urbanos na visão da população negra colocando em confronto a história oral perpetuada nas comunidades rurais negras (quilombos), e a versão registrada pela elite colonizadora dos anos 1800, firmada por séculos como a única verdade histórica do processo de composição da identidade nacional.

A Comissão contemplou 18 comunidades, dentre as quais visitou nove, onde foram feitas reuniões com lideranças, pessoas mais idosas, crianças, adolescentes e jovens. Além disso, foram também visitados sítios históricos nessas áreas, por indicação das próprias moradoras e moradores. Os capítulos 5, 6 e 7 destacam o perfil das nove comunidades visitadas durante os trabalhos de campo, ressaltando as informações gerais sobre sua história, aspectos socioeconômicos, situação fundiária, manifestações culturais, trabalho e renda, diversidade, autonomia econômica, acesso a serviços públicos, violações de direitos ou outros problemas vivenciados. A escolha das comunidades levou em consideração a existência da rota dos escravizados que provinha das duas regiões com maiores contingentes de cativos, a saber, Bahia e Minas Gerais.

Trata-se de um quadro reflexivo e problematizado, destacando os principais obstáculos vivenciados pelas comunidades, como a falta de infraestrutura, serviços públicos básicos, bem como o risco de perda das terras em função dos interesses econômicos ligados principalmente à especulação imobiliária e ao agronegócio. Ainda nessa parte é apresentado um conjunto de sugestões e campos de ação no âmbito legal e das políticas públicas que deverão servir de balizadores dos trabalhos futuros desta Comissão.

Observe-se que algumas comunidades não puderam ser visitadas por conta de restrições de ordem financeira e problemas de datas em face do período eleitoral então vigente na época da pesquisa de campo. Estas são relatadas no capítulo 8 que traz algumas de suas principais reivindicações, com o objetivo de contribuir ao alcance de melhoria de suas condições de vida e do acesso a políticas públicas efetivas.

Já o capítulo 9 traz um resumo da organização e das reivindicações contemporâneas das comunidades remanescentes de quilombos seguidas, no capítulo 10, de interpretação do aparato legal com destaque para a aprovação e vigência do Estatuto da Igualdade Racial e das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, e o Decreto nº 4.887/2003, bem como o Programa Brasil Quilombola em seu estágio atual. Estes, por sua vez, se mantendo por meio de ações do Estado, limitadas e pontuais, parcialmente respeitadas, não logrando êxito no enfrentamento às dificuldades e às mazelas ora vivenciadas pelos quilombolas em todo o país.

Por fim, no capítulo 11, a Comissão apresenta suas conclusões seguidas de recomendações que venham a contribuir para a valorização dos quilombos em diferentes aspectos, ao desenvolvimento de políticas públicas que contemplem suas peculiaridades, sejam importantes ao seu desenvolvimento e efetivas no combate ao racismo, ao fortalecimento da Legislação Quilombola visando a proteção das famílias e a manutenção de suas culturas identitárias, estas matrizes de um país diverso e democrático.

Na sequência, estão dispostas as referências de Arquivos e documentos consultados (capítulo 12), a Bibliografia (capítulo 13) e Anexos (capítulo 14) importantes a este documento.



# 1. Metodologia do trabalho

Os trabalhos da Comissão, no processo de elaboração deste Relatório, se desdobraram basicamente nas atividades de campo - onde se deu a coleta de informações e dados históricos — e na análise dos documentos coletados. O esforço de toda equipe, que resultou em mais de uma dezena de viagens às cidades históricas da região, bem como às comunidades quilombolas, proporcionou o acesso a um rico material de pesquisa.

É importante assinalar que a ida a campo foi precedida de um trabalho de preparação da equipe, com discussões sobre a temática da escravidão e das particularidades da região, além de algumas palestras de especialistas. Com base nessas atividades, foram formulados os roteiros da pesquisa de campo tendo em vista as especificidades das visitas.

Para as cidades, foi elaborado um roteiro de pesquisa que privilegiava a visita às igrejas, aos cartórios, aos museus e aos arquivos das câmaras municipais, além da busca de sítios históricos e de conversas com estudiosos e/ou historiadores locais.

No caso das comunidades quilombolas, foi montado um questionário a ser preenchido pelas lideranças em que constam as informações básicas acerca das condições históricas e atuais de cada kilombo. Além disso, foi produzido um roteiro de entrevistas semiestruturadas a ser aplicado junto a pessoas da comunidade (lideranças, idosos, crianças, adolescentes, jovens, entre outros). Outro instrumento utilizado nas visitas às comunidades, sempre que possível, foi a técnica de grupos focais exploratórios, buscando obtenção de novas informações a partir da dinâmica proporcionada pela interação das pessoas quando dispostas em grupo.

## 1.1 A pesquisa de campo: a memória branca e a memória negra

Um trabalho sobre as realidades das comunidades quilombolas no Distrito Federal e Entorno, deve estar cercado de cuidados e preocupações em relação àquilo que os pesquisadores nomeiam a atitude epistêmica, caracterizada pela vigilância e pela busca da visão integral do fenômeno. Do mesmo modo, os teóricos da *Decolonialidade*<sup>4</sup>, como Fanon, Quijano, entre outros, asseveram a importância do lugar da fala na construção de um arcabouço histórico-ideológico. As narrativas ditas oficiais são também fruto de um lugar de fala, lugar este que, via-de-regra, retrata a visão do vencedor e da elite dominante.

---

4 O conceito de decolonialidade foi desenvolvido inicialmente por autores africanos na década de 1960, período auge do processo de descolonização africana. Entre os autores mais importantes, destacam-se Franz Fanon e Cheik Anta Diop, entre outros autores e autoras. Na virada do século o conceito foi ressignificado para as Américas e sua história, tendo como principal pensador da temática no continente americano Anibal Quijano.

Há de fato uma história que se pretende oficial, inscrita nos documentos encontrados nos arquivos dos cartórios, dos museus, das igrejas, das instâncias de governo, bem como nos anais da imprensa da época. É importante lembrar que essa é a memória do colonizador, dos senhores de terras e dos oficiais da Coroa, que dominaram e dominam o sertão de Goiás desde os primórdios da ocupação bandeirante. Esses registros, no entanto, não podem ter sua importância minimizada ou desconsiderada, devendo sim ser contextualizados e observados de forma crítica. Não por acaso esse conjunto de documentos e dados é tratado aqui como a *"memória branca"*.

A memória branca compreende informações detalhadas sobre a região, mapas, fotografias, edições jornalísticas, atestações de compra e venda de terras, de posse de escravizados, recibo de impostos, enfim, um rico conjunto documental de grande valia para a problematização da história e feitura do Relatório. Entretanto, trata-se de uma visão parcial e mesmo tendenciosa das realidades. Uma visão eivada de racismo e de preconceito, que discrimina, naturaliza indignidades e percebe Negras e Negros como objetos, destituídos de opinião, sentimento ou qualquer outra forma de expressão de sua subjetividade. Ora, tais registros, revelam o imaginário daqueles que os produziram. O mundo colonial foi demarcado pela *"zona do não-ser"*, como explica Fanon. O corpo negro neste universo é, no olhar do branco, o espaço da negação da humanidade. Daí a necessidade de ir ao quilombo, acessar as articulações narrativas de suas experiências junto a seus componentes, no complexo jogo do passado e do presente, tentando captar o traçado de suas histórias, os seus pontos de vista e suas crenças, impressões e vivências, na busca da construção de um arcabouço de informações coletadas e elaboradas junto a essas comunidades. A esse universo chamou-se a *"memória negra"*.

A memória negra contrapõe-se à história oficial. Nela podem ser encontrados os traços de histórias pungentes, mas ainda não contadas ou narradas na versão do homem branco. Trata-se de histórias omitidas, escondidas, esfaceladas. As histórias dos escravizados e de suas lutas pela Liberdade, mesmo em momentos e situações em que isso significava ilegalidade e seu castigo era a morte. A busca de um espaço vital para reconstrução dos laços afetivos e familiares, inscritos na formação de outras territorialidades por dentro da lógica colonial, conhecidas como quilombos. A resistência na batalha cotidiana pela sobrevivência, pela preservação de seus referenciais ancestrais, marcada pelo convívio harmonioso com a natureza, protegendo o meio ambiente e se adaptando a ele.

Noutras palavras, está-se falando das buscas por soberania intelectual, alimentar, epistemológica (conhecimento). Os quilombos, ao longo do processo colonial, demarcam experiências de autonomia que exigem reflexões acerca dos limites dos projetos hegemônicos dos colonizadores. Estas trazem à tona uma necessária discussão sobre outros projetos de sociedade e de civilização engendrados no território dos povos indígenas, depois legitimado como *"Brasil"*. Ainda hoje, as comunidades quilombolas suscitam tais provocações frente a um projeto

branco de Estado e com todas as marcas da colonização.

Essa história foi vasculhada junto aos remanescentes de quilombos. Ancorada no secular costume africano da preservação da oralidade, a memória negra se faz presente na fala das pessoas mais velhas e na sua reprodução pelas mais jovens, nas lembranças dos tempos idos e na visão atual do processo de consolidação do quilombo e seus percalços: a perda do espaço territorial pela grilagem, compra, expulsão ou outras práticas ilegais, a violência física e moral contra os quilombolas, o assédio sexual de jovens e outras situações jamais contadas pela história oficial.

A memória negra vem assim se contrapor à história oficial, dando concretude ao protagonismo e emancipação do povo negro na reelaboração do seu passado. Esse encontro das águas entre a memória negra e a memória branca forneceu um rico conjunto de informações que possibilitou e inspirou a consecução deste Relatório.

## 1.2 A Análise documental

Além da visita aos acervos existentes nas cidades selecionadas, também o Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) e a Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão do Ministério da Cultura, constituíram cenários da pesquisa. Lá foram obtidos importantes documentos sobre o Estado de Goiás e Distrito Federal.

Face à exiguidade do tempo e à falta de condições logísticas, a metodologia adotada previa a coleta in loco de todos os documentos que pudessem ter informações de interesse do trabalho. Na impossibilidade de se realizar uma triagem mais rigorosa localmente, optou-se pela captação do maior volume de materiais para que a análise viesse a ser realizada em Brasília. Assim, das viagens às cidades consideradas históricas bem como da visita ao ArPDF foram recolhidos milhares de documentos para análise.

O trabalho de análise documental é muitas vezes penoso, assemelhando-se à garimpagem. São horas debruçadas sobre a leitura para que se encontre um ou dois documentos que possam interessar. Além do desafio de se lidar com uma grande quantidade de material, há ainda dificuldades referentes à própria leitura, seja pela má qualidade da imagem, pelo tipo de manuscrito ou mesmo em face das expressões utilizadas nos documentos à época e hoje em desuso.

A tarefa exigiu assim a busca de um especialista que pudesse auxiliar a equipe nos trabalhos de análise documental. A Comissão entrou em contato com o Professor Doutor em História Deusdedit Alves Rocha Junior, especialista em análise de documentação antiga (paleografia), que se propôs a ajudar nos trabalhos de pesquisa. A avaliação geral ocorreu, porém, diante do volume do material a CVN/SBB e o especialista não tiveram tempo hábil para a realização de oficinas que levassem a um estudo aprofundado. A CVN/SBB fez as traduções que conseguiu, das quais as informações estão referidas neste Relatório.

## 1.3 Os acervos consultados

*Foram consultados os seguintes acervos:*

### **BRASÍLIA**

- Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF);
- Fundação Cultural Palmares (FCP).

### **LUZIÂNIA**

- Prefeitura Municipal;
- Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos;
- Igreja de Santa Luzia;
- Cemitérios coloniais;
- Casa da Cultura de Luziânia;
- Biblioteca da Secretaria Municipal de Educação;
- Residência da Família do Sr. Domingos Ribeiro de Vasconcelos;
- Sítio Histórico do Rego das Cabaças.

### **PLANALTINA**

- Igreja de São Sebastião;
- Museu Histórico e Artístico de Planaltina.

### **FORMOSA**

- Igreja de São Sebastião;
- Cúria Diocesana de Formosa;
- Secretaria de Educação de Formosa  
(Conversa com o escritor Samuel Lucas).

## 1.4 As memórias das comunidades quilombolas

*Foram feitas as seguintes visitas/entrevistas nas comunidades quilombolas:*

### **KILOBOS KALUNGA — RIACHÃO e DIADEMA**

Teresina de Goiás/GO

- Reunião com famílias da comunidade cujos chefes são: Lourença Fernandes, Agenor Moreira dos Santos, Suzidete Soares da Cunha, Delfina dos Santos, Domingas Santos;
- Visita à Casa de Apoio Ebenezer, creche da Igreja Batista que presta assistência às crianças das duas comunidades;
- Entrevista com a Professora e Historiadora Eleuza Pereira;
- Reunião na Câmara de Vereadores com a presença de lideranças quilombolas.

### **KILOMBO MOINHO**

Alto Paraíso de Goiás/GO

- Dinâmica de Grupo com a presença de membros da comunidade;
- Reunião com as matriarcas e os patriarcas da comunidade;
- Reunião com crianças, adolescentes e jovens quilombolas;
- Reunião com a diretoria da Associação do Kilombo Moinho com as presenças do Presidente Noábio Luis de Moura e do Vice-presidente Lucas Luiz Gomes.

### **KILOMBO FLORES VELHA**

Flores de Goiás/GO

- Reunião com as lideranças do kilombo com a presença do Presidente da Associação Qulombola Flores Velha, Sr. Domingos de Sousa Ferreira;
- Reunião com crianças, adolescentes e jovens quilombolas;
- Reuniões com lideranças e políticos locais realizada na Câmara Municipal;
- Visita às famílias tradicionais da comunidade;
- Entrevista com a Professora e Coordenadora Pedagógica Cheidy Diniz;
- Entrevista com a pesquisadora e escritora Deuzimar de Souza Ferreira;
- Visita ao cemitério da cidade onde funcionava uma antiga senzala;
- Visita à área onde existiu o Cemitério dos Anjos (local onde eram enterradas as crianças do kilombo);
- Visita à Casa Paroquial;
- Igreja Nossa Senhora do Rosário.

## **KILOMBO MESQUITA**

Cidade Ocidental/GO

- Reunião com a Presidenta Sandra Pereira Braga, Coordenadoras e Coordenadores da Associação Renovadora do Quilombo Mesquita (ARENQUIM);
- Reunião com os coordenadores pedagógicos da Escola Aleixo Pereira Braga;
- Visita às instalações do Viveiro de Plantas Nativas do Cerrado da Arenquim;
- Visita à casa da matriarca Elpídia Pereira Braga e do patriarca João Antônio Pereira, referências na feitura artesanal da marmelada, receita tradicional cuja produção remonta a cerca de 250 anos na comunidade;
- Visita ao Espaço de Memória do Quilombo Mesquita;
- Reunião com as matriarcas e os patriarcas da comunidade.

## **KILOMBO DOS ALMEIDAS**

Silvânia/GO

- Reunião com lideranças comunitárias;
- Reunião com crianças, adolescentes e jovens quilombolas;
- Reunião com as matriarcas e os patriarcas da comunidade;
- Visita a famílias quilombolas residentes em áreas do quilombo em situação de litígio, a saber: (I) áreas da Igreja de São Sebastião; (II) área de assentamento para Reforma Agrária e (III) área do núcleo tradicional do quilombo;
- Visita ao Centro Comercial Quilombo;
- Visita ao cemitério das crianças (Cemitério dos Anjos);
- Visita ao sítio histórico (Muro de Pedra).

## **KILOMBO JARDIM CASCATA**

Aparecida de Goiânia/GO

- Entrevista com a Sra. Maria Lúcia das Dores Ferreira, Presidente da Associação Quilombola Urbana Jardim Cascata;
- Entrevista com o Sr. Matuzalém Francisco, membro da comunidade e praticante de religião de matriz africana;
- Dinâmica de Grupo com a presença de membros da comunidade;
- Visita à sede da Associação de Moradores Urbana Jardim Cascata;
- Visita às novas casas construídas para a Comunidade do Programa Minha Casa Minha Vida.

## **KILOMBO BOA NOVA**

Professor Jamil/GO

- Dinâmica de Grupo com a presença de membros da comunidade na Escola Quilombola Estadual Boa Nova com a Presidenta Luzia Cristina do Carmo e a diretoria da Associação do Quilombo Boa Nova em 15/10/2016;
- Reunião com as matriarcas e os patriarcas da comunidade;
- Reunião com crianças, adolescentes e jovens quilombolas;
- Visita ao Cemitério da Cidade;
- Visita ao Centro Histórico da Cidade;
- Reunião com a Consultora do SEBRAE Gisella Corcioli, sobre geração de renda para os quilombolas;
- Reunião com a Superintendente de Promoção da Igualdade Racial do Governo de Goiás, Marta Ivone de Oliveira Ferreira e o então prefeito Ney Fábio de Novaes;
- Entrevista com a Prof<sup>a</sup>. Especialista em História, da Escola Quilombola Estadual Boa Nova, Fabiana Silvério Gomes Mendonça;
- Registro de Ocorrência na 1ª Delegacia da Polícia Civil de Aparecida de Goiânia<sup>5</sup>.

## **KILOMBO ANA LAURA**

Município de Piracanjuba/GO

- Reunião com a Presidenta Lucy Helena Roza Tavares e os diretores da Associação do Quilombo Ana Laura em 15/10/2016, realizada no Kilombo Boa Nova em Professor Jamil;
- Entrevista com a matriarca Maria das Dores Alves e o patriarca Anastácio Jacinto;
- Visitas aos locais históricos do quilombo (Igreja Matriz, Sítio Histórico e obras de redirecionamento do Córrego de Laje das Pedras);
- Visita ao acervo bibliográfico, documental e artístico da sede da Associação;
- Visita à Escola Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira. Escola à qual a associação reivindica o reconhecimento oficial como Escola Quilombola.

## **KILOMBO NOSSA SENHORA APARECIDA**

Cromínia/GO

- Participação do Presidente da Associação do Quilombo Nossa Sra. Aparecida, Sr. Valdivino Alves da Silva na reunião de 15 de outubro de 2016, realizada no Kilombo Boa Nova em Professor Jamil.

---

5 A visita à Delegacia se deu para fim de registro de ocorrência por ameaça e constrangimento ilegal à consultora da CVN/SBB, prof<sup>a</sup>. epr<sup>a</sup>. Waldicéia de Moraes Teixeira da Silva, especialista em Educação, conforme documento anexo a este Relatório.

## 1.5 Devolutivas e doações de livros

Entre dezembro de 2016 e abril de 2017, a CVN/SBB realizou devolutivas às comunidades que foram visitadas anteriormente. Nestes retornos cada quilombo avaliou e validou o conteúdo do Relatório a respeito de sua história e de seus desafios. As devolutivas foram marcadas ainda pela doação de aproximadamente 3000 livros com a finalidade de contribuir para a informação, formação e atualização das lideranças e das famílias quilombolas.



Centro do Arraial Santa Luzia nos anos 1800 (hoje, cidade de Luziânia).

## 2. Antecedentes históricos:

### A ocupação de Goiás e suas bases econômicas

#### 2.1 As atividades extrativistas: o garimpo e a marcha para o Oeste

Do mesmo modo que o ocorrido em outras regiões do Brasil, a história da chegada dos brancos nos territórios indígenas na Região Centro-Oeste teve forte motivação econômica. Estimulados pela Coroa Portuguesa, os bandeirantes imprimiram a marcha para a conquista de novas fronteiras em busca do ouro, da prata e das pedras preciosas. Os caçadores de esmeraldas trouxeram os escravizados, muitos dos quais já habituados à atividade extrativista, e que tinham experiência obtida nas “*Minas das Gerais*”, ou traziam as técnicas do continente africano, dos seus lugares de origem. É importante salientar que o grosso do conhecimento sobre mineração e metalurgia utilizado na empresa colonial na América provinha das civilizações ameríndias e africanas. Muitos africanos que vieram para este território já eram mestres do achamento e trato dos metais das suas nações originárias. (Costa e Silva, 1994).

Em meados do século XVIII, os assentamentos para o estabelecimento dos garimpos já se faziam presentes em grandes áreas do interior goiano, estendendo-se até o Mato Grosso. Seguindo o leito dos rios, principal vertente do extrativismo, as expedições bandeirantes adentraram a região Centro-Oeste, deixando um rastro de pequenos ranchos e áreas de cultivo que serviriam, mais tarde, como embrião de uma rede de arraiais e vilas. Margeando os rios, foram paralelamente sendo abertas estradas e, em face da demanda por animais, alimentos e toda sorte de utensílios para sobrevivência, foi se consolidando uma rede de abastecimento que interligava a região Centro-Oeste às demais. Da região Sul, provinha principalmente o gado e as mulas, da Bahia, a maior parte dos alimentos, além de gado. Do Rio de Janeiro, para onde ia o grosso do ouro rumo à Metrópole, vinha a maior parte da mão-de-obra escravizada. (Fausto, 2013, p. 87).

A atividade extrativista exigiu a presença de grande quantidade de pessoas escravizadas. A mineração, sobretudo de leito de rio, forma mais presente na região, pressupunha por vezes trabalhos de mudança de curso das águas, o que demandava a presença de muitos trabalhadores. Além disso, a crescente produção de ouro e diamante suscitou de parte da Coroa Portuguesa a montagem de uma vigorosa estrutura administrativa e regulamentadora, trazendo para o interior do Brasil um significativo contingente de funcionários públicos, responsáveis pela segurança, a ordem e a arrecadação de tributos.

As rotas abertas pelo interior do Brasil se consolidavam e, em seus troncos principais, constituíram o que, ainda nos anos 1700, veio a ser conhecida como Estrada Real. O caminho tradicional que recebeu este nome foi o que, aberto por bandeirantes, originava-se de duas ramificações, que partiam respectivamente de Paraty e da Cidade do Rio de Janeiro, e seguia por Ouro Preto, até chegar ao hoje município de Diamantina, em Minas Gerais, estendendo-se ainda por caminhos que vinham dar em Goiás.

Outra estrada importante, o Caminho dos Currais do Sertão, ligava as cidades interioranas do Nordeste à Salvador de onde muitos produtos brasileiros eram encaminhados a Portugal. Este caminho, que no mapa parecia uma continuidade da Estrada Real, era na verdade um “descaminho” do ouro e dos diamantes. Foi a alternativa elaborada por mercadores, imigrantes e escravizados para fugir ao pagamento de impostos sobre os minérios (rigorosamente fiscalizados e cobrados pela Coroa) com o objetivo de negociar diretamente com personagens do comércio internacional.

O expressivo crescimento da atividade extrativista suscitou, de um lado, a perda de controle governamental sobre parte da produção, e, de outro, o surgimento de um crescente contingente de pessoas escravizadas que se rebelava em busca da liberdade. Assim, estes caminhos tiveram abertas ramificações que levavam a redutos em áreas com acessos cada vez mais difíceis. Essas rotas de fuga pela liberdade (por parte de negras, negros e indígenas) e de mercadores em conflito com as leis deram origem a comunidades quilombolas e a povoados multirraciais no interior do país.

A grande movimentação fez com que o Caminho dos Currais do Sertão tivesse sua importância reconhecida e fosse também intitulada Estrada Real, não por atender necessariamente à Coroa Portuguesa, mas por sua preponderância no período colonial.

Forjava-se assim no interior do país, uma sociedade escravista com a expressiva presença do Estado, baseada no extrativismo, mas que, ao longo do tempo, foi se diversificando, com a formação de uma rede urbana rodeada de fazendas de gado. O que inicialmente cumpria a tarefa de fornecer os suprimentos necessários à produção do ouro e do diamante, com o declínio dessas atividades, constituiu-se na atividade de maior relevo, já nos primeiros anos do século XIX.

## 2.2. A atividade criatória: fazendas de gado e poder político

Pouco a pouco, o perfil do planalto goiano se transforma em função do maior protagonismo da atividade pecuária. As fazendas de gado, antes complementares às atividades extrativistas, passam a ganhar mais importância com o fim do ciclo da mineração, já no final do Século XVIII. O poder político dos grandes proprietários de terras, expropriadas dos indígenas, também se consolida em Goiás. E o pacto entre o poder central e as elites agrárias vem alicerçar uma sociedade escravista, patriarcal, hierarquizada. Ganha assim maior centralidade a posse da terra, que, mais do que um mero fator econômico, passa a se configurar como fonte primeira do poder local. (Nunes Leal, 1976, pp. 21-26).

Assim, já no primeiro quarto do século XVIII, aparecem alguns povoadamentos não autóctones de ex-escravizados. Populações que se organizavam nos chamados Kilombos, buscando a sobrevivência e autonomia, e que, passaram a afrontar direta e abertamente a ordem estabelecida. E o fizeram com tamanha amplitude que vieram a merecer a atenção da realeza, como mostra o alvará de 3 de março de 1741, verbis:

*“Eu El-Rei faço saber aos que este Alvará em forma de lei virem, que sendo-me presente, os insultos que no Brasil cometem os escravos fugidos, a que vulgarmente chamam calhambolas, passando a fazer o excesso de se juntar em quilombos e sendo preciso acudir com os remédios que evitem esta desordem, hei por bem que a todos os negros, que forem achados em quilombos, estando neles voluntariamente, se lhes ponha uma marca em uma espádua com a letra F - que para este efeito haverá nas câmaras, e se quando se for executar esta pena for achado já com a mesma marcasse lhe cortará uma orelha; tudo por simples mandado do Juiz de Fora, ou Ordinário da Terra, ou do Ouvidor da Comarca, sem processo algum e só pela notoriedade do fato, logo que do quilombo for trazido antes de entrar para a Cadeia”; Pelo que mando ao Vice-Rei, e Capitão-General de mar e terra do Estado do Brasil, Governador e Capitão-General do Brasil, Governadores e Capitães-Generais, Desembargadores de Relação, Ouvidores e Justiça do dito Estado, cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar este meu alvará em forma de lei, que valerá posto que seu efeito haja de durar mais de um ano, sem embargo da ordenação do livro 2. parágrafo 4º e em contrário que será publicado nas comarcas do Estado do Brasil, e se registrará*

*na Relação e Secretaria dos Governos, Ouvidoria, e Câmaras do mesmo Estado para que venha a notícia a todos. Dado em Lisboa ocidental a três de março de mil setecentos e quarenta e um. a) Rei” (Apud, Silva, 1998).*

No Brasil, já no século XIX, as elites agrárias e escravocratas compunham uma forte aliança com o poder central, que a partir de 1808 se instalara no Rio de Janeiro. Em Goiás, a situação descrita na História Oficial é de uma sociedade estabelecida, com uma rede urbana já composta de cidades maiores, arraiais e vilas sempre cercadas por grandes fazendas, mas não imunes à presença de comunidades quilombolas. Estas se afiguravam como a concreta negação do sistema vigente, na medida em que se contrapunham à ordem corrente e, como tal, ameaçavam-na diretamente.

De fato, dada a grande concentração de populações escravizadas desde as primeiras bandeiras, e também em função das próprias características da produção extrativista, houve desde o início da ocupação goiana uma forte incidência de fugas. Note-se que a liberdade nesse caso significava também a própria sobrevivência uma vez que a vida útil desses trabalhadores, particularmente nas áreas de garimpo, era de sete a doze anos no máximo (Fausto, 2013. p. 89). Isso se dava, sobretudo, em função da proliferação de doenças como disenteria, malária e infecções pulmonares causadas pelas degradantes condições de trabalho a que estavam submetidos.

### **2.3 As contradições do regime escravista: resistência e luta pela liberdade — Goiás se povoa de quilombos**

O histórico de resistência, agência e de confrontação à ordem colonial foi um dos traços mais expressivos da organização quilombola. E no caso do Centro-Oeste e, particularmente, de Goiás, essas comunidades contaram ainda com o afluxo de negros provenientes de outras regiões, notadamente Maranhão, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Minas Gerais. (Karash, Mary, apud Silva, 1998).

Referências da temática escravista em Goiás, como Palacin, são unânimes em traçar um panorama a partir do qual se depreende a consolidação de comunidades quilombolas já no século XVIII:

*Na realidade, no século XVIII, mormente nas décadas de 1750- a-1760, toda comunidade mineira de Goiás, vivia “na sombra dos quilombos”. (Palacin, 1994, p. 79. 12).*

Há também registros de alianças dos quilombolas com populações indígenas da região, o que suscitou grande preocupação por parte das elites locais. Documentos da época retratam o curso de episódios ocorridos entre 1772 e 1775, com destaque para a carta enviada pelo então Governador da província de Goiás, Dr. João Manoel de Mello à Majestade Portuguesa, descrevendo a aliança entre indígenas da nação Xavante e quilombolas, dando ainda conta dos perigos desse panorama para a Coroa.

*Sucedeu nesse tempo incidente maior que me obrigou a cuidar na sua prompta expedição, porque me constou que os ditos gentios (Xavantes) surprehendendo huns negros de uma roça os não matrão como praticavão nas antecedentes abalroadas, e he costume inveterado de todas aquelas nações; mas levando-os às suas Aldeas lhes fizeram muitos afagos, e os cazarão com as gentias, asseveramdo-lhes que todo o preto que quizesse passar para eles acharião nas suas Aldeas o mesmo bom tratamento. Esta prejudicial maxima era o meio mais conducente para se acabarem estas minas, pois se os pretos d ellas estão fugindo continuamente para os quilombos expostos a assaltos dos Capitães do mato que incessantemente os perseguem, o que farião tendo passo franco para as Aldeas dos Gentios, onde estavam seguros de perigo, senhores de sua liberdade, e com mulheres próprias (23).* (Carta do governador João Manoel de Mello à Majestade portuguesa com data de 30 de março de 1765, in Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 84, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920, p. 8-89). Apud, Silva, op.cit. pp. 289-290, parêntesis acrescentados).

As fugas de escravizados, a crescente proliferação de quilombos e mesmo a presença do elemento indígena como potencial aliado dos quilombolas trouxeram grande preocupação à Coroa. Ora, africanos e seus descendentes e a população indígena ocupavam lugares destinados pelos colonizadores à subserviência, ao embranquecimento ou ao extermínio. Não há como compreender o passado dos encontros e choques destes povos sitiados sem considerar as redes de solidariedade entre eles. Originalmente, as terras do Brasil eram dos indígenas, portanto, a organização de novas territorialidades engendradas pelos negros não poderia acontecer sem negociações e conflitos com aqueles que nestas terras moravam, transitavam ou tinham conhecimento das mesmas. De fato, ao contrário do que tem sido usualmente acolhido pela historiografia oficial, o regime escravista foi constantemente assediado por um conjunto imenso de ações e resistências febris e impetuosas da parte daqueles a quem os colonizadores viam como naturalmente subalternos, como é o caso dos quilombolas.

Na obra seminal do Padre Luís Palacin (1994), podem ser encontradas fortes evidências da repressão às comunidades quilombolas, bem como a levantes de escravizados. Segundo aquele autor:

*“Somente durante o governo de D. Marcos de Noronha, há, através de sua correspondência, notícias de medidas tomadas contra os quilombos de Tocantins, Arraias, Meia Ponte, Crixás, Paracatu (ora em Minas Gerais), Três Barras, todos os caminhos do norte de Minas; na mesma capital, tanto nos morros de levante como nos do poente, se encontravam refúgios de negros fugidos, a pouco mais de um tiro de pedra”* (Palacin, op.cit. p. 276).

O mesmo autor ressalta ainda com grande destaque a conjuração de Pilar, no ano de 1782, na qual negros quilombolas e escravizados irmanaram-se em um projeto de ataque à população branca, durante os festejos de Pentecostes, tendo sido mortos alguns fazendeiros e seus familiares. O então Capitão-General e governador da Capitania, Dom Marcos de Noronha, foi pessoalmente a Pilar tomar conhecimento da *“perigosa situação”* (Silva, p. 291). O caso de Pilar é emblemático, tendo ocorrido episódios semelhantes em outras localidades Brasil a fora. A luta pela liberdade passa a ser vista como grave crime. As fugas e ações de resgate de negros escravizados passam a ser passíveis de penas, como castigos, prisões e mortes.

Os reflexos do ocorrido em Pilar não podem ser ignorados. Mesmo quatro anos após a revolta, havia da parte das autoridades e do poder político da Capitania de Goiás grande preocupação com possíveis desdobramentos. O mesmo governador, Dom Marcos de Noronha, em carta endereçada ao Juiz Ordinário de Pilar, datada de junho de 1775, assevera a situação ainda delicada, com a forte presença de quilombolas (ou calhambolas) armados, a se misturarem com escravizados da região, merecendo assim, graves providências por parte do magistrado:

*Para obviar todos os danos que resultam de andarem os negros, armados confundindo-se desta maneira, os que são calhambolas, com aqueles que o não são; deve Vossa mercê, mandar lavrar editais, que se publiquem por todos os distritos do seu Julgado, em que declare, que nenhum senhor de escravo, poderá consentir que este ande com arma de fogo, nem que a tenha dentro de suas senzalas, e que só quando forem em companhia de seus senhores, e quando suceda que estes os mandem a alguma diligência sua, como sejam a levarem algumas cartas, papéis de importância, ouro ou coisa semelhante que necessitem de irem armados para sua defesa ou não puderem fazer, sem expressa ordem de*

*seu senhor por 436 escrito, na qual declaram os mesmos senhores, a qualidade das armas, com que os expediram, e todo aquele escravo, que o contrário fazer, sendo achado com arma de fogo, será logo preso e levado no pelourinho, ou grades da cadeia, cinquenta açoites, sem que seja necessário mais prova, do que a notoriedade do fato, e as armas se lhe houverem por perdida e o senhor do sobredito será também castigado, constando que não por todas as cautelas e precauções necessárias para que o sobredito escravo não pudesse dar uso as armas de fogo. Advirto a Vossa mercê, que depois de publicados os sobredits editais, sem distinção de pessoa se deve fazer observar o que nele se determinar, porque de outra maneira será dificultoso conseguir-se o fim a que eles se dirigem nem também fazer-se o exemplo preciso e necessário para sossego de seus moradores.*

(Arquivo Histórico de Goiás-AHG, Goiânia, Livro 9, de correspondências de D. Marcos de Noronha, 1755-1763, Pasta 1, Escravos e n. 2., Apud, Silva, op.cit. p.437).

Anteriormente aos acontecimentos de Pilar e vizinhanças, já havia fortes indícios de situações de rebeldia na Capitania. Em missiva endereçada ao Juiz Coronel Felix Caetano de Araújo, datada de 20 de dezembro de 1749, ano em que Goiás se torna Província, o mesmo governador Dom Marcos de Noronha já apontava para situações de rebeldia dos negros em outras áreas da Capitania:

*Por várias cartas que recebi presentemente do arraial de Arraias, tive a notícia que junto a ele havia um grande quilombo de negros fugidos, que com suas grandes desordens e roubos tinham posto os moradores na maior consternação, e de tal forma que mandar ter aos córregos para buscar água ou lavar roupa, se lhe seria preciso mandar escoltar os negros ou negras por quem mandavam fazer esta diligência, porque não o fazendo assim, se lhes furtavam estes escravos ou vinham espancados para casa. Esta matéria necessita de pronta providência, o que pode ter é nomearem-se capitães-do mato e fazer-se-lhe ajuntar toda aquela gente que fez bastante, para poder prender a estes negros, que devem ser castigados conforme determinam as ordens de Sua Majestade os quais remeto para que V. M. se regule pelo que nela se dispõe.*

(Fonte: Arquivo Histórico de Goiás AHG, Goiânia, Livro Especial -3, p. 49. Apud, Silva, op.cit. p. 438).

As recomendações do Governador vão no sentido do reforço do aparato repressivo, com a criação de grupos chefiados por Capitães do Mato para repor ordem no arraial e seus arredores:

*Como eu reconheço a grande capacidade de V. M, tenho acertado que convém muito deixar à sua disposição o bom sucesso desta diligência, e para que ela tenha como eu desejo, e fiquem esses povos livres da opressão em que se acham, poderá V. M. por esta vez nomear dois ou mais capitães-do-mato, aqueles que julgar lhe são precisos. Destes o que for mais capaz nomeará V. M. por cabo desta expedição e todos os serão obrigados a obedecer-lhe em tudo o que fizer respeito a ela. Como sou informado do número de gente que tem este quilombo, não posso dizer ao certo quantos hão de me ser as pessoas que acompanhem os capitães-do-mato, porém este número V. M. regulará conforme a possibilidade desses arraiais. (...). Nomeados que sejam os capitães-do-mato, e junto o número de gente que os deve seguir, fará V. M. sair a correr aquelas partes suspeitosas adonde(sic) existir este quilombo (...). Com os negros que vierem presos obrará V. M. o que dispõem as ordens que remeto. Não poderá nenhum ser solto ou entregue a seus senhores sem que primeiro este pague a tomadia(sic), a qual se deve repartir pelos soldados e capitães-do-mato que forem fazer as prisões. Havendo entre estes negros algum que seja acusado de haver feito mortes ou roubos na estrada ou algum outro crime pelo qual se deva devaçar(sic) dele, e mereça maior castigo do que aquele que dispõe as ordens de Sua Majestade que remeto, e como me dizem que Vossa Mercê presentemente é Juiz Ordinário, procederá contra estes conforme determina a Lei, remetendo-os a cadeia e dando apelação e agravos a quem pertencer.* (Fonte: Arquivo Histórico de Goiás AHG, Goiânia, Livro Especial -3, p. 49. Apud, Silva, op.cit. p. 439-440).

Outras tantas situações de insegurança geradas pela presença do elemento negro não mais escravizado suscitaram o recrudescimento da repressão por parte do Estado, repressão esta que, inicialmente, fez-se abater sobre os quilombolas capturados pelos capitães do mato.

*Todos os negros que vierem dos tais quilombos, pela notoriedade do fato e sem estrépito de juízo, deve Vossa Mercê mandar logo açoitar na parte mais pública do arraial, com distinção porém que esta pena se executará em todos aqueles que voluntariamente foram buscar o quilombo, e não os moleques ou negras que fossem levadas violentamente para ele, por que a coação que lhe fizeram os alivia deste castigo.(...) Deus guarde a Vossa Mercê. Vila Boa, 20 de dezembro de 1949. (Fonte: Arquivo Histórico de Goiás AHG, Goiânia, Livro Especial -3, p. 49. Apud, Silva, op.cit. p. 440).*

Além das insidiosas caçadas de quilombolas nos arrabaldes, coube às milícias chefiadas pelos capitães do mato o ataque e a repressão direta às próprias comunidades quilombolas, notadamente às de menor porte e localizadas nas proximidades das áreas urbanas. Desse modo, a partir do segundo quartel do século XIX, institucionalizou-se uma verdadeira guerra aos quilombos. Os capitães do mato e suas milícias eram pagos em função do número de negras e negros abatidos.

O capitão-mor Bartolomeu Bueno do Prado, neto de Anhanguera, enfrentou com seus homens em 1751 “(...) um quase reino de pretos foragidos, que ocupavam a campanha desde o rio das Mortes até o Grande, que se atravessava na estrada de S. Paulo para Goyases (...)”, trazendo como testemunho do sucesso de seu trabalho cerca de 3.900 pares de orelhas de quilombolas mortos. (Palacin, op. Cit. P. 81).

A partir dessa investida de Bueno do Prado, seguiram-se outras que, em nome da Coroa, tentaram pôr fim à malha de quilombos que se consolidava na região. Essas duras reprimendas dos genocidas colonizadores, no entanto, não lograram seu intento. Os quilombos, como forma de organização das negras e dos os negros contrários à ordem escravocrata, jamais deixaram de se fazer presentes nas terras de Goiás. Essa resistência se deveu em grande medida à reconstrução dos laços de solidariedade e de linhagens africanas, que se fizeram presente em toda a história da colonização brasileira. Tal movimento, contrariava os

alicerces da branquitude marcada por uma pretensa ideia de soberania racial e civilizacional dos europeus. Assim, quando os povos negros se rebelavam, seja no campo ou na cidade, nos terreiros<sup>6</sup>, quilombos ou casa grande, esses oprimidos reclamavam e reivindicavam para si a condição de humanidade, em desafio ao projeto vigilante do colonizador.

Não é anedótico se falar da resistência das organizações quilombolas como elemento desestabilizador da ordem colonial e, mais tarde, imperial e republicana. A forma de organização dessas comunidades e sua autodeterminação, totalmente avessa ao controle Central, constituíam a negação e o afrontamento ao poder estabelecido. Ainda que muitas comunidades tenham sido vítimas da destruição, outras tantas, maiores, mais bem protegidas e isoladas, lograram sobreviver e se consolidar e ainda hoje desafiam os projetos de soberania do poder que se quer hegemônico.

Tome-se o exemplo do Kilombo do Ambrósio, cuja existência remonta a 1740, e que veio a se tornar, segundo o testemunho do historiador Waldemar de Almeida Barbosa, um modelo de organização, disciplina, ação comunitária e resistência:

*Os negros, cerca de mil, eram divididos em grupos ou setores, trabalhando todos de acordo com a sua especialidade. Havia os excursionistas ou exploradores, que saíam em grupos de trinta, mais ou menos, assaltavam fazendas ou caravanas de viajantes; havia os campeiros ou criadores que cuidavam do gado; havia os caçadores ou magarefes; os que tratavam dos engenhos, fabricação de açúcar, aguardente, azeite, farinha etc. Todos trabalhavam nas suas funções. 'Tudo era de todos, não havia nem meu nem teu'. As colheitas eram conduzidas aos paióis da comunidade. A obediência era cega e o chefe, Ambrósio, é descrito como tipo de líder, pela sua inteligência organizadora, sua bravura, homem dotado de 'todas as qualidades de um general'. Havia uma hierarquia administrativa, espécie de Estado Maior, constituído de elementos da confiança de Ambrósio (...) Além das ofensivas contra o "inimigo" que passava, causava verdadeiro pânico aos arraiais de: Olhos D'Água (Ibiá), Boa Vista do Pé do Morro (Dores do Indaiá), Minas da Marmelada (Abaeté), Quartel Geral do Indaiá, Pratinha, São Domingos dos Araxás e outros (Silva, op.cit. p. 414).*

6 O conceito de "terreiro" que, de modo geral alude a um espaço religioso de matriz africana, neste trabalho, diferentemente, poderá estar se referindo aos aglomerados de negros em áreas urbanas que passaram a existir a partir do século XVIII, e que, muitas vezes, não tinham conotação religiosa.

Outros quilombos de maior porte se desenvolveram e ganharam amplitude no planalto goiano no Século XIX. Na região de Goiás e, hoje, Tocantins, foram identificadas comunidades quilombolas nas cercanias dos arraiais mineiros de São Félix, Natividade e Arraiais, bem como dos Municípios de Peixe e Porto Nacional. Há ainda registros de quilombos na Região do Bico do Papagaio, entre os rios Araguaia e Tocantins, e mais ao Sul, nas cercanias de Cavalcante e Chapada dos Veadeiros,.

Na aqui chamada região do Entorno, podemos destacar as comunidades Kalunga, situadas nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás; o quilombo dos Almeidas, de Silvânia; o Kilombo Moinho, de Alto Paraíso; O Kilombo Jardim Cascata, localizado em Aparecida de Goiânia; O Kilombo Flores Velhas, do município de Flores de Goiás; o Kilombo Mesquita, da Cidade Ocidental; o Kilombo Boa Nova, do município Professor Jamil; o Kilombo do Forte, de São João da Aliança; o Kilombo Sumidouro, de Padre Bernardo e o Kilombo Vó Rita, de Trindade.

Mais ao sul, na região do Triângulo Mineiro, o pesquisador Nelson Sarmiento salientou a existência de quilombos como do Ambrósio, Tengo-Tengo ou Kilombo Grande; em Uberaba, o Kilombo da Farinha Podre; em Uberlândia, o Kilombo da Grunga (atual distrito de Cruzeiro dos Peixotos); na Serra Negra (Patrocínio), o Kilombo da Serra Negra, entre outros (Sarmiento, 1990, p. 13).

Não é exagero se traçar um panorama de Goiás no século XIX como um emaranhado de comunidades quilombolas que se sobrepunham à cartografia oficial das vilas e arraiais. E a busca da liberdade também se deu sob formas alternativas àquela da fuga para os quilombos. Escravizadas e escravizados se esforçavam para comprar sua alforria bem como a de outros negros. Mediante a adoção de estratégias diversas que iam do sobretrabalho e acordos com seus proprietários, até artifícios menos nobres como pequenos roubos, lograram obter de forma mais sistemática a liberdade.

Em 1741, havia 120 alforriados e mulatos nas terras de Goiás, número que se elevou significativamente para 23.577 em 1804. (Palacin, op. Cit. P. 81). É importante assinalar que, de acordo com o recenseamento de 1804, a população de Goiás era de cerca de 50 mil pessoas, sendo que pretos e pardos representavam 85,9% enquanto que os brancos eram apenas 14% do total.

Outras alternativas à luta pela liberdade estavam relacionadas, por exemplo, a depósitos em dinheiro feitos em bancos da época por escravizados (Grinberg, 2011). Um desses bancos, a Caixa Econômica Federal, tem registros de pelo menos 85 cadernetas de poupança de pessoas que pagaram pela própria alforria.

Assim, no alvorecer do século XIX, vislumbra-se um regime de coexistência, ainda que não necessariamente pacífica entre as vilas e arraiais e as comunidades quilombolas. Além disso, grande parte de negras, negros, mulatas e mulatos obteve a liberdade, constituindo-se em uma nova camada social fora da dicotomia senhor-escravizado: livres e libertos.

Livres e libertos, ex-escravizados que, de algum modo conseguiram sua alforria, também se faziam presentes nas áreas urbanas, exercendo todo tipo de prestação de serviços, ombreando-se com as negras e os negros de ganho. Os chamados “*negros de ganho*”, escravizados que vendiam seu trabalho nas ruas das cidades, vilas e arraiais, o faziam gerando renda para seus proprietários. Eram sapateiros, ourives, construtores de casas, barbeiros, vendedoras de acarajés e outras comidas, chegando mesmo ao exercício da prostituição e da mendicância.

Mas é no campo, seja nas áreas rurais de fronteira, seja em regime de parcelamento junto aos proprietários, que uma grande parcela de livres e libertos irá garantir sua sobrevivência e a de suas famílias. Com efeito, durante a primeira metade do século XIX, trabalhadoras/es negras/os se espalharam pelas terras impolutas, cultivando-as para seu próprio sustento, alterando o perfil de ocupação e de produção agropastoril da região. Além disso, nas grandes fazendas de gado, o regime de parcelamento trazia para a seara produtiva os meeiros, trabalhadoras e trabalhadores sem-terra que, em acordo com os grandes fazendeiros, passavam a cultivar a terra em troca de parcela da produção.

Em suma, além das fazendas de gado e do regime de parcelamento (meeiros), nas regiões mais afastadas surgem áreas de ocupação por parte dessa nova camada de livres e libertos. Em busca de um roçado, essas trabalhadoras e trabalhadores se embrenhavam nos sertões estabelecendo-se na maioria das vezes em regime de subsistência. Esse era o perfil da ocupação do território goiano em meados do século XIX: grandes fazendas, terras de meeiros, pequenos sítios em regime de subsistência, além das terras de quilombos.

Note-se que, desde 1822, com a Independência, o governo não havia estabelecido um aparato jurídico com respeito à questão da terra e à sua ocupação, em substituição à normativa da Coroa Portuguesa. E nesse ambiente de profundas mudanças no campo, a expectativa de que se fixassem estatutos que viessem a legalizar as novas situações, sobretudo aquelas associadas ao regime de subsistência, foram obstadas com a edição da Lei de Terras de 1850.

A Lei de Terras representou o retorno ao regime das Sesmarias adotado desde o período colonial, regime este que garantia a posse da Terra aos senhores sesmeiros e seus protegidos. Isso, na prática, significava dizer que os negros e mestiços não teriam direito àquelas terras que cultivaram; de fato suas terras, e o que faziam, muitas vezes, há décadas. Com a vigência da referida Lei, passaram a ser legalmente invasores, justificando assim a ação do Estado no sentido da retomada e devolução das terras aos senhores sesmeiros.

Finda-se assim, com a Lei de Terras de 1850, a perspectiva de uma inclusão produtiva virtuosa da população negra. Os negros passam a ser posseiros ilegais, meeiros e, sobretudo, sem-terra. De fato, o regime de Sesmarias sempre foi avesso à inclusão dos Negros. Como mostra Oliveira Viana:

*Da propriedade da terra eles (mulatos, pardos e/ou mestiços) são, por seu turno, prudentemente afastados. Na Carta de Lei de 1809, em que o Príncipe Regente institui, no Brasil, a Ordem da Torre e Espada, franqueia-se aos comendadores, para 'aumento da agricultura e povoação', o direito de aforarem parte do terreno das comendas, mas com esta restrição: de só o fazerem a 'colonos brancos'. No passado (...) essas prevenções afastaram os homens de cor da grande propriedade sesmeira. (Viana, op.cit, pp. 168-169).*

A exclusão do elemento negro do projeto de nação se fez presente em todo o decorrer da história do Brasil não tendo sido diferente no caso de Goiás. Inicialmente forjou-se a figura do escravizado, indivíduo sem direito a humanidade, coisificado, animalizado. Quando livres e libertos, negros e negros não eram considerados dignos de se tornarem titulares dos terrenos das sesmarias. E mesmo nas áreas urbanas, a burocracia instalada comportava apenas o elemento branco (Viana, op. Cit. P. 168). O histórico de alijamento do negro é algo que vem permear a trajetória social e econômica brasileira.

O país adentra o século XX, sob a égide republicana, mas com graves questões sociais não resolvidas, questões que se acumulam e que têm na situação do Negro seu ponto fulcral. Não é mais novidade a defesa da ideia de que a configuração do Estado brasileiro acontece sobre bases eugênicas, de modo que toda organização política e econômica é racializada. Os lugares de poder são dominados por uma mesma categoria formada por brancos, ricos, heterossexuais e cristãos, de modo que o projeto primordial do Estado, desde a emancipação dos negros, é exterminá-los fisicamente e epistemologicamente. O não-acesso à cidadania; a criminalização cultural (a exemplo das práticas religiosas e da capoeira); a expulsão dos núcleos urbanizados e a constituição das favelas e periferias; a orquestrada vulnerabilidade social; o encarceramento e assassinato em massa fazem com que o Brasil seja considerado um dos lugares mais racista do mundo.

De acordo com estimativas do IBGE, na segunda metade do século XIX, a população de Goiás obteve um expressivo crescimento, passando de 79 mil habitantes em 1849 para 255 mil em 1900. Foi um período de grande desenvolvimento da atividade pecuária, que se consolidava assim como o motor da economia do estado. Essa etapa foi ainda marcada pelo fim da escravidão e pela ascensão do regime republicano. No caso das terras goianas, a chegada da República representou a efetiva ascensão e fortalecimento das lideranças locais. O centralismo que caracterizava o Império fazia com que as elites locais se mantivessem verdadeiramente alijadas do poder. Já nas últimas décadas do século XIX, os grupos políticos locais aliaram-se contra a prática ostensiva da Coroa de nomeação de *"Presidentes Estrangeiros"*. Estes, em suas políticas excessivamente alinhadas aos interesses centrais, passavam a ser responsabilizados pelo relativo atraso do estado.

Rapidamente, a atitude revoltosa das elites locais logrou êxito. Já nos estertores do período imperial os grandes proprietários goianos ganharam assento na Câmara Alta no Rio de Janeiro. Com o advento da República esse poder local enfim se consolida. Estavam, assim, fincados os pilares da ascensão da elite agrária e latifundiária goiana e de sua centralidade como classe dirigente.

## **2.4 Convergências entre comunidades remanescentes de quilombos**

As subdivisões dos caminhos oficiais financiados pela Coroa Portuguesa (de Paraty/Rio de Janeiro à Ouro Preto/Minas Gerais e de Rio de Janeiro/RJ à Diamantina/Minas Gerais), assim como o caminho não-oficial – Estrada Real da Bahia – que saindo do Porto de Salvador se cruzou em dado momento com a chamada Estrada Real dos Goyases, foram as

principais artérias de circulação de pessoas e mercadorias, tendo sido responsáveis pelo aumento populacional da região central do Brasil.

Essas trilhas de desbravamentos, que sofreram um refluxo de trânsito devido à decadência do ouro, passaram a ser utilizadas para a fuga de pessoas escravizadas. Estas, em busca da liberdade se arriscaram em regiões ainda não exploradas, a não ser por indígenas, e constituíram seus refúgios em áreas de difícil acesso de modo a sentirem-se seguras quanto às punições promovidas pelo regime colonialista aos chamados negros “rebelados”.

Na página seguinte é apresentado o mapa da região com destaque para o percurso dos negros e a consequente formação de uma significativa rede de quilombos. De um lado, vindos da Bahia, negras e negros se concentraram na região de Arraias, muitos dos quais por lá ficaram, em função da existência de garimpos. Outros seguiram para o Sul, descendo em direção ao Planalto Central. Essa transumância foi responsável pelo estabelecimento dos quilombos da região Kalunga, bem como outras comunidades no caminho até o quilombo de Mesquita. O Mesquita também foi alcançado pelos negros vindos de Minas Gerais, cujo trajeto em direção ao Norte suscitou a formação de quilombos desde a região do atual município de Cromínia (antiga Santa Cruz), Piracanjuba e Professor Jamil. (Ver mapa na página seguinte).

Não se pode olvidar, portanto, a relevância da fuga de negras e negros da própria região, sobretudo das áreas de concentração de garimpo, que findavam por engrossar as hostes quilombolas. Nesse contexto, tomaram-se como referência três grandes garimpos dos anos 1700 em torno dos quais proliferaram vilas e quilombos: o grande garimpo de Arraias em Tocantins, o garimpo Santa Cruz de Goiás, ao sul do Estado de Goiás, e o Arraial de Santa Luzia, mais especificamente em terras do Quilombo Mesquita, atualmente no município de Cidade Ocidental. Estes três pontos focais orientaram o trabalho sobre a história das populações negras quilombolas que, posicionadas às margens de um extenso caminho, atravessa o Distrito Federal cumprindo um percurso de 682 Km, conforme pode ser visualizado no mapa da página anterior.

As histórias contadas e que passaram de geração a geração no âmbito dessas comunidades serviram como referenciais no estabelecimento da quilombidade, ou seja, linhagem e perfil cultural, dos que perfizeram o trajeto para as terras de Goiás em busca de sua liberdade. Saindo das terras da Bahia e também de Minas Gerais, atravessando o sertão em direção ao interior as negras e os negros foram criando assentamentos que se tornaram quilombos. Outros pontos de convergência associaram a população negra a outras culturas — sobretudo indígenas e, mais tarde, brancas — fazendo surgir novos pólos urbanos. É o caso, por exemplo, de algumas cidades históricas surgidas em diferentes épocas no mesmo trajeto desenhado pelas comunidades quilombolas.



## 2.5. O século XX: da consolidação das elites agrárias à construção de Brasília — novos cenários para a velha pobreza

No século XX, o estado de Goiás vivencia dois períodos distintos. Primeiramente, até meados da década de 1950, o poder concentrado nas mãos de algumas famílias de grandes proprietários de terra vem reforçar o perfil conservador e retrógrado da região. A grande maioria da população, pobre e negra, não teve acesso à educação. Os índices de analfabetismo mantiveram-se altos. Os latifúndios mantinham-se largamente improdutivos ou, no máximo, pode-se falar em baixíssima produtividade. Grandes regiões, sobretudo no norte do estado, continuavam desabitadas. E a despeito disso, hordas de populações sem-terra grassavam, marginalizadas, pela periferia das cidades e das grandes fazendas.

A partir de meados dos anos 1950, o projeto de criação de Brasília vem alterar sobremaneira o perfil ocupacional da região. A mudança da capital trouxe um grande afluxo populacional para Goiás, criando um novo pólo de atração de migrantes de todas as faixas de renda. Vieram com suas famílias os chamados Candangos, que se juntaram aos quilombolas Mesquita<sup>7</sup>, os primeiros operários da nova capital, para os trabalhos de construção. Também aqui chegaram os funcionários públicos e militares que se mudaram no cumprimento de suas funções institucionais. Comerciantes, agricultores e toda a sorte de indivíduos dos quatro cantos do país viram-se também atraídos pela construção de Brasília.

Mas o projeto de construção da dita Capital da Esperança, também não logrou reverter as iniquidades existentes. Assim, ao mesmo tempo em que Brasília se consolidava como novo polo urbano, passava a se concentrar nos limites do Distrito Federal, mas também na chamada região do Entorno, uma população em condições de extrema pobreza, habitando em áreas sem infraestrutura e sob condições de vida bastante precárias. Atualmente a região do Entorno é considerada como uma das mais violentas do país, convivendo com os mais altos índices de criminalidade.

7 "Foi assim: antes de Juscelino começar lá, ele andou por aqui para pesquisar os terrenos e os lugares por onde seriam abertas as estradas. Depois de armado o canteiro de obras ele seguiu para Luziânia para saber por onde passaria a estrada de ferro. Na volta, ele falou 'na hora que eu localizar os pontos do terreno vou chamar vocês pra trabalhar pra mim'. Ele veio e intimou oito homens e nós fomos para abrir as primeiras cantinas para quando chegassem os candangos. Ficamos um mês trabalhando, bandeirando a área. Fomos os primeiros trabalhadores da construção. Quando terminamos essa etapa, fizemos as repartições – cozinhas, hospedagens e escritórios. Então começaram a chegar os trabalhadores. Era muita gente chegando a toda hora do Nordeste. Na sequência, fizemos as cantinas na região onde existiu o IAPI". Depoimento do Sr. Sinfrônio Lisbôa da Costa, quilombola do Mesquita, (Neres, 2016, p.67).

No campo, assistiu-se, a partir dos anos 1970, a um intenso processo de modernização excludente. À medida em que as recém-descobertas tecnologias de cultivo no Cerrado eram incorporadas, fazendo das terras goianas novas fronteiras agrícolas, observou-se uma perversa exclusão do/a trabalhador/a rural da própria região. O cultivo, sobretudo, da soja e do sorgo, se fez de uma maneira extremamente mecanizada, em grandes propriedades, expulsando o homem e a mulher do campo. Essa cultura extensiva — aliada à crescente especulação imobiliária nas cercanias de Brasília e de outras cidades maiores como Goiânia e Anápolis — fez recrudescer as práticas de grilagem rural, bem como de construção de condomínios em áreas originalmente de plantio e de criação de gado.

O resultado foi a grande concentração e especulação fundiária, o abandono do campo, a descaracterização dos sítios históricos urbanos e rurais e das identidades tradicionais, além da favelização das áreas periféricas. Goiás é hoje o quarto estado mais urbano do país, ficando atrás apenas de Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, segundo dados do Censo Demográfico de 2010. Com uma população de seis milhões de indivíduos, Goiás tem um percentual de 90% de população urbana, taxa acima da média nacional que é de 84%.

A chegada de Brasília impactou uma população tradicional de pelo menos 300 famílias e mais de dois séculos de história. Era a comunidade Mesquita, constituída exclusivamente por remanescentes de escravizados que chegaram na região nos anos 1700, para a atividade de garimpo em Santa Luzia. O chamado quilombo Mesquita abriga hoje uma população de cerca de 730 famílias no atual município de Cidade Ocidental, localizado a 45 Km de Brasília, sendo o único sítio quilombola reconhecidamente a fazer parte efetiva do Distrito Federal<sup>8</sup>.

Já nos primeiros anos da construção, a comunidade Mesquita passa a sofrer alguns impactos relevantes. O primeiro foi a visita do então presidente Juscelino Kubitschek, agenciando trabalhadores para a construção da cidade, trazendo promessas de desenvolvimento. O segundo foi a ocupação ilegal de terras tradicionais do Mesquita com a construção de Brasília. E o terceiro impacto, o mais agressivo e perene, tem sido o crescimento desordenado da população na região, que levou ao sufocamento daquela comunidade quilombola. (Neres, 2016, p. 108).

A força do Estado, do agronegócio e do grande latifúndio expulsou as famílias camponesas que foram viver nas cercanias das grandes cidades. Só as cidades goianas que fazem divisa com o DF contam com uma população de mais de um milhão de pessoas, totalmente dependentes do Distrito Federal.

8 Alguns autores admitem a existência de outras comunidades remanescentes de quilombos no Distrito Federal, localizadas em São Sebastião, Fercal, Planaltina-DF, Varjão e Paranoá. Alguns autores admitem a existência de outras comunidades remanescentes de quilombos no Distrito Federal, localizadas em São Sebastião, Fercal, Planaltina-DF, Varjão e Paranoá.

Os movimentos migratórios ocorridos a partir dos anos 1960 trouxeram algumas mudanças no perfil populacional de Goiás. Em 1970, o estado detinha 53,9% da população no campo, situação que se inverte já em 1980, quando 2/3 da população já se encontrava nas cidades.

Note-se que, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, a presença do Negro ainda é majoritária, com 56,54% (50,01% de pardos e 6,53% de pretos), contra 41% que se declararam brancos.

Já o Distrito Federal, que conta com uma população de pouco mais de 2,5 milhões, segundo o Censo Demográfico de 2010, é a unidade federativa com melhor padrão de vida. Entretanto, sobretudo a partir da década de 1980, aumentou o afluxo de populações em situação de pobreza. Hoje o DF conta com nichos de pobreza, particularmente em áreas como as de São Sebastião, Estrutural e Brazlândia (Codeplan, 2015).

Assim, DF e Entorno constituem uma área particularmente desigual, com a presença de população de mais alta renda bem como de pobres e miseráveis, estes, em sua grande maioria, negros. A quase inexistente ascensão social do Negro guarda relação direta com o racismo presente na sociedade brasileira em geral. No caso do DF e Entorno, os negros são a maioria dos pobres, habitando nas áreas mais carentes em termos de infraestrutura urbana e serviços, um quadro que em nada difere do resto do país.

Há que se ressaltar, no entanto, a existência de outras Comunidades Remanescentes de Quilombos na região (em um raio de 300 Km de Brasília). São dezenove comunidades (reconhecidas e certificadas pelo Governo Federal por meio da Fundação Cultural Palmares), onde habitam milhares de pessoas e que representam a resistência e a tenacidade do povo negro. Vivendo durante séculos à margem da sociedade legalmente constituída, os povos quilombolas lograram desenvolver-se em áreas distantes, com grande apreço às condições da natureza, o que lhes conferiu uma forte noção de preservação ambiental.

Essas comunidades hoje estão sujeitas a todo tipo de pressão por parte de grileiros, latifundiários e mesmo de empreendimentos imobiliários interessados em construir em suas terras. Note-se que, a despeito do preceito constitucional que protege essas comunidades, até hoje, para muitas delas não foram conferidos os documentos de propriedade da terra, o que faz com que aumente a insegurança e as incertezas sobre a preservação e mesmo a existência dessas comunidades.

Os interesses econômicos têm dificultado sobremaneira o processo de regularização das terras quilombolas. Lideranças das comunidades são ameaçadas, e o Poder Público não se tem feito respeitar. Ao contrário, o Estado muitas vezes criminaliza as lideranças para atender interesses privados. Como visto anteriormente, muitos quilombos foram destruídos ao longo da história da região. Como organização comunitária que, em última análise, representava uma negação e mesmo resistência ao poder estabelecido, os quilombos eram vistos, antes, como inimigos da Coroa, hoje, inimigos de interesses econômicos e políticos, que por vezes determinam a ação do Estado.

As comunidades sobreviventes, seja pelo preceito constitucional, seja em função da preservação da cultura e da história, ou ainda pela extrema capacidade de conservação do meio ambiente, merecem um cuidado especial. Trata-se, em última análise, de uma fonte viva da história e da cultura do Brasil. Um legado incomensurável, cuja existência e resguardo é de suma importância.



### 3. As cidades visitadas na região do DF e entorno

A Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Distrito Federal e Entorno do Sindicato dos Bancários de Brasília (CVN/SBB), selecionou, como objeto de pesquisa de campo, os antigos arraiais, hoje as cidades de Luziânia (Arraial de Santa Luzia), Planaltina (Arraial de São Sebastião de Mestre D'Armas), Formosa (Arraial dos Couros), Pirenópolis (Arraial de Meia Ponte), Corumbá (Arraial de Nossa Senhora da Penha do Corumbá), Goiás (Arraial de Vila Boa), Santo Antônio do Descoberto (Arraial de Santo Antônio de Montes Claros), levando em consideração a Estrada Real de Goyases.

A Estrada Real de Goyases — junção da Estrada Real com o Caminho dos Currais do Sertão — foi oficializada em 1736, por ordem do Rei de Portugal e constituiu-se na mais extensa estrada do Brasil Colonial, ligando Salvador ao extremo do Mato Grosso, na divisa com a Bolívia. Vale ressaltar, que existiam no Planalto Central outras estradas secundárias paralelas a esta, que abrangiam diversas cidades. A Estrada Real foi a mais importante via mercantil do país (por onde se escoava ouro e diversos outros produtos, entre eles os próprios escravizados) e cruzava a atual região norte do DF, passando ainda pelas cidades goianas de Pirenópolis, Corumbá, Planaltina, Formosa e Luziânia.

Ademais, a Estrada Real dos Goyases fazia a junção de todos os municípios selecionados, inclusive aqueles em que estão situados os quilombos de: Aparecida de Goiânia (Kilombo Jardim Cascata), Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás (Kilombo Kalunga), Cromínia (Kilombo Nossa Senhora Aparecida), Flores de Goiás (Kilombo Flores Velha), Padre Bernardo (Kilombo Sumidouro), Silvânia (Kilombo dos Almeidas), Alto Paraíso (Kilombo Moinho), Piracanjuba (Kilombo Ana Laura), São João da Aliança (Kilombo do Forte), Professor Jamil (Kilombo Ana Laura), Cidade Ocidental (Kilombo Mesquita). Contudo, como já ressaltado anteriormente, esta comissão não pode visitar todas as cidades históricas e nem todos os quilombos previstos inicialmente, por falta de recursos financeiros e de tempo, tendo em vista os prazos fixados no cronograma de trabalho.

### 3.1 Luziânia



**Telhas feitas nas coxas de pessoas que foram escravizadas**

O Arraial de Santa Luzia surgiu no século XVIII com a exploração do ouro. Antônio Bueno de Azevedo chegou à região no final de 1746, junto com tropeiros e escravizados. Partindo de Paracatu/MG fixou sua residência no local, dando ao arraial o nome de Santa Luzia. Em 1765 houve um recenseamento populacional no agora Julgado de Santa Luzia, de que teve conhecimento Joseph de Mello:

*(...) havia no julgado 16.529 pessoas, contando-se aí 12.900 cativos. Talvez tenha sido o auge demográfico das minas de Santa Luzia (BERTRAN, 2011, p. 125).*

No final do século XVIII, com o declínio da mineração, muitas famílias abandonaram o Arraial para se dedicar à criação de gado e à lavoura. Em 1833 foi elevada à vila e em 1867 à cidade, sendo incorporada à Comarca de Corumbá de Goiás. Em 1943 passou a se chamar Luziânia, através do Decreto-Lei Estadual nº 8.305, de 31 de dezembro.

A Cidade de Luziânia fora ponto de passagem da Estrada Real de Goyases, bastante utilizada nos séculos XVIII e XIX para tráfico e tráfego de negros escravizados. Durante sua existência como garimpo Santa Luzia, abrigou em sua delimitação territorial o Kilombo Mesquita, hoje parte do município de Cidade Ocidental, em fronteira com o Distrito Federal.

Em quatro visitas realizadas ao município de Luziânia/GO foi possível notar como a versão da história perpetuada nos espaços públicos é aquela referente à população branca local, desde o Ciclo do Ouro à contemporaneidade. Apesar disso, a história da população negra, especialmente da etnia Mesquita tem buscado resistir aos impactos negativos da modernidade.

### 3.1.1 O centro da cidade e seus aspectos históricos

No Centro Histórico de Luziânia destacam-se as ruas do Rosário, São Benedito, Bate Couro e as igrejas Nossa Senhora do Rosário (também conhecida como Igreja dos Escravos) e de Santa Luzia (Igreja dos Brancos). As ruas são compostas por casas que, em sua maioria, mantêm a arquitetura colonial (taipa de pilão), com portas e janelas em madeira e telhas de barro feitas nas coxas dos escravizados. As demais ruas e casas da cidade, construídas no período colonial foram modernizadas nas reformas pelas quais passaram, ou foram abandonadas e/ou demolidas. As que ainda mantêm as características tradicionais são símbolos de resistência de famílias que se preocupam com seu significado histórico-familiar e com o patrimônio nacional.

Entre as casas destas três ruas está a residência urbana de Aleixo Pereira Braga, quilombola Mesquita que viveu no início do século XX e que foi uma das mais importantes lideranças de sua comunidade. Aleixo teve grande preocupação com o desenvolvimento intelectual de seus contemporâneos e a casa na cidade foi construída para que as crianças do Kilombo tivessem um local de estadia para acesso à escola na cidade. Do mesmo modo, construiu residência no Kilombo Mesquita que servia de hospedagem a professores que vinham da cidade para ensinar os iniciantes. Hoje, o Kilombo tem uma escola que também leva o seu nome. Outra escola de mesmo nome está situada no bairro Jardim ABC, do município da Cidade Ocidental.

Outros espaços relevantes do Centro Histórico são a Casa de Cultura, a Academia de Letras e Artes do Planalto e a Praça das Três Bicas. A Casa da Cultura funciona em um casarão pertencente à família Meireles e mantida pela Prefeitura Municipal. Apesar do título, apresenta em seu acervo unicamente a memória das famílias brancas que ali viveram.

As peças expostas são objetos que no período colonial pertenceram exclusivamente a pessoas em condições econômicas e sociais absolutamente distintas da realidade da população negra. Uma ou outra peça usada por Negros, ainda que para o trabalho, são parte do acervo, sem, no entanto, serem apresentadas dentro do contexto da sociedade escravocrata da época.

Um exemplo é o caso de bateias (tipo de peneira utilizada no garimpo do ouro) apresentadas como elemento simbólico do poder dos bandeirantes, mas que de fato eram instrumentos manuseados pelos escravizados. Outros objetos exibidos reforçam a simbologia do poder da memória branca, tais como: instrumentos de montaria para damas, fotografias onde se destacam as famílias e rotinas brancas, câmera fotográfica e aparelhos de rádio antigos.

As peças que remetem ao histórico escravocrata da cidade, como instrumentos de torturas aos quais os negros eram submetidos durante castigos, ferramentas de trabalho e outros símbolos de opressão, não estão expostas, trancadas em um porão, que, situado sob a casa, seguramente foi uma senzala na época do garimpo Santa Luzia.

### 3.1.2 Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



**Pisos da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (túmulos)**

Conhecida como a “*Igreja dos Escravos*”, teve sua construção iniciada no ano de 1753 e contou com a mão de obra de quatrocentos homens negros, entre escravizados e livres. A igreja foi construída depois de uma reivindicação da população negra ao Padre Jerônimo Moreira de Carvalho, por não terem o direito de entrar na então Capela Santa Luzia. A solicitação feita ao padre foi registrada em uma das obras de Gelmires Reis, autor que detalhou em 27 livros o cotidiano do Ciclo do Ouro na região. Entre seus estudos, se destaca *Os humildes*, onde descreveu a vida das famílias de escravizados da região. O mesmo não teve exemplar localizado em nenhum dos espaços de acervos da cidade.

Dentre as características que marcam a Igreja do Rosário estão, além da grandiosidade do espaço e dos detalhes barrocos, o piso no qual se encontram os túmulos de 86 negros e um branco, este último lá enterrado provavelmente como castigo. Sendo identificados, entre estes, apenas dois túmulos, o nº 84, onde jaz diante do altar, Cândida Coutinho Pereira Braga, esposa de Delfino Pereira Braga, tesoureiro da mesma igreja e o nº 09, bem em frente à porta da igreja, onde jaz José Pereira de Souza.

José Pereira era o homem branco, tendo sido ainda o último brasileiro livre a sofrer a pena de morte. Condenado pelo assassinato de um barão da região, não se sabe exatamente o dia e o ano de sua morte, pois a documentação referente a essa condenação se perdeu. Também há muitas dúvidas sobre o motivo de ter sido enterrado na igreja dos escravos. Supõe-se, no entanto, que se trate de uma forma de castigo. Há ainda uma versão entre moradores de Luziânia de que José Pereira de Souza foi injustamente condenado.

De acordo com um funcionário da igreja, que preferiu não ter o nome revelado, em certa época houve um esforço em identificar as pessoas enterradas em cada cova, porém, os documentos referentes a esses mortos *“desapareceram”* prejudicando os trabalhos.

Outra história interessante se refere ao negro Delfino. Quilombola de identidade Mesquita, Delfino foi um dos poucos negros livres de sua época e único negro com elevado status social. Alferes do Rei de Portugal, ele era o homem de confiança do bandeirante Antônio Bueno de Azevedo. Dono de grandes propriedades, Delfino fez história em meio a uma população de mais de 10.000 pessoas. Seguramente, ele teve papel importante na viabilização da construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Parte das terras do Kilombo Mesquita provém de herança de Delfino.

Para a inauguração da Igreja, em 1763, foram trazidas do Estado da Bahia *“... as imagens de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito em ombros de escravos...”*, diz um informativo anexado na parede da Igreja.

Sobre a história recente da Igreja do Rosário, conta outro funcionário da Igreja, que também preferiu não se identificar, que uma grande frustração dos moradores da região está no fato de os chamados *“santos dos negros”* terem sido retirados e levados à Matriz, Paróquia Santa Luzia, durante uma reforma ocorrida no ano de 1934, nunca mais tendo sido devolvidos.

Sobre esse episódio, Domingos Ribeiro de Vasconcelos, com seus recém-completados 100 anos de vida (16 de março de 2016), disse aos consultores da Comissão que *“a Igreja onde fui coroinha não é mais a mesma. As torres eram muito mais altas e as sacristias que ficavam nas laterais foram destruídas. Os santos, nunca mais foram vistos”*.

De fato, segundo informações da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Goiás (Iphan-GO), àquela época a reforma, que envolveu ainda a remoção de três altares e das imagens de Santa Luzia, do Sagrado Coração de Jesus e do Sagrado Coração de Maria, foi supervisionada pelo frei dominicano Gabriel Maria de Menezes.

Quarenta e seis anos após a intervenção, a Igreja do Rosário foi tombada pelo Patrimônio Histórico Estadual, numa tentativa de proteger o que restou de sua arquitetura original. De fato, Luziânia passava por grandes transformações a partir da construção de Brasília, e do conseqüente aumento populacional do município. A última reforma foi feita no ano de 2011, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o que incluiu serviços de restauração arquitetônica e dos bens móveis e artísticos. Nesta restauração, todas as covas da Igreja foram abertas, limpas e lacradas, porém jamais foi feito um trabalho arqueológico ou historiográfico com a finalidade de identificar de quem são os corpos ali sepultados, se eram todos negros ou não, se eram crianças ou não, quantos anos tinham.

Com o objetivo de confirmar a destinação das imagens originais da Igreja, a Comissão visitou a Paróquia Santa Luzia. Nesta visita, teve acesso às peças originais de Portugal, trazidas nos anos 1700 – Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Coração de Jesus e Sant’Ana —, a outras posteriores, porém, ainda do período colonial — Santo Antônio e São Sebastião — e a algumas mais recentes feitas em acrílicos e gesso — Jesus ressuscitado e Nossa Senhora com o menino Jesus. Nenhuma delas está exposta ou acessível ao público.

Questionado sobre as peças, o funcionário da Paróquia disse que as mesmas sempre pertenceram à Igreja Matriz e que até onde tem conhecimento, elas nunca foram expostas por falta de organização, recursos e condições adequadas de preservação. Apesar disso, segundo o funcionário, existe a intenção de expô-las futuramente. Enquanto isso, em uma espécie de depósito, as peças dividem espaço com outros objetos que bem poderiam compor algum museu sobre a Arte Sacra do período colonial.

### **3.1.3 Paróquia Santa Luzia (a igreja dos brancos)**

A Igreja de Santa Luzia, já descaracterizada pelas seguidas intervenções e ostentações da modernidade, chama a atenção por uma série de detalhes, entre eles a fachada à qual foram agregadas grandes colunas e um telhado que tem o papel de proteger a porta principal. Dentro da igreja, é possível notar a substituição de peças artesanais em madeira, típicas do período colonial, por peças em gesso e sintéticos, além de lustres. Os quatro evangelistas — Mateus, Marcos, Lucas e João — bem como os demais santos dispostos nos altares, são representados com pele e traços de pessoas brancas, tendo ignorados os históricos de continentes, países e etnias aos quais pertenceram em sua existência.

Conforme consta na sua página virtual (<http://www.paroquiastaluzia.org/>) a igreja teve sua construção iniciada no ano de 1765 “para atender necessidade de um templo religioso para as pessoas que aqui moravam. Um fato que contribuiu para esse acontecimento foi que, na época, os brancos tinham que fazer suas atividades separadamente dos negros, inclusive as atividades religiosas.”

Inaugurada em 1767, tinha em sua arquitetura original, duas altas torres, assim como a Igreja Nossa Senhora do Rosário. De acordo com o site, um fato que marcou o histórico de intervenções na obra, evoluindo para a sua modernização e total descaracterização, foi o desmoronamento de sua torre esquerda. Isso teve como consequência, e “por segurança”, a demolição da segunda torre, mais tarde reconstruída. Sobre este acontecido, nada foi encontrado no Livro Tombo nº 01 da Paróquia de Santa Luzia — Archidiocese de Goiaz, datado de 1917, que trata de todas as questões relacionadas à mesma desde o ano de 1750.

Observação que parece relevante diz respeito às constantes justificativas dadas pela igreja à época para omitir a relação dos Negros com a Paróquia Santa Luzia e a relação da mesma com a Igreja Nossa Senhora do Rosário. Ora, se ambas as igrejas foram construídas por homens negros, com o mesmo formato, as mesmas matérias-primas e técnicas, o que justifica o desmoronamento de uma delas e a resistência de mais de um século e meio da segunda? O que justifica as modernizações da Igreja dos Brancos e as restaurações da arquitetura original da Igreja dos Pretos?

Sobre certas justificativas, o histórico reconstituído no site relata:

*...Um outro destaque na igreja são os dois altares laterais. Um é do século XVII e outro do século XVIII. Há toda uma história sobre estes altares, pois não se tem documentos que comprovam de onde vieram, mas pelo que consta em depoimentos. Estes nos indicam que os altares vieram da igreja do Rosário, mas por causa da simplicidade do estilo essa hipótese é pouco provável.*

*Outra história, que foi confirmada pelo Pe. Dario de Romedis, foi que, na verdade, vieram três altares da igreja do Rosário, mas por fim foram queimados, foram apenas utilizados durante a época da reforma da igreja, enquanto os altares eram instalados.*

*Foi dito também que estes altares são provenientes de uma antiga igreja na Bahia, mas por causa da distância, também é pouco provável que seja verdade. Na verdade seria preciso uma*

*pesquisa muito grande sobre a Igreja Matriz de Santa Luzia e a Igreja do Rosário para ser uma idéia do que realmente possa ser verdade.* (PARÓQUIA SANTA LUZIA, 2016).

Em um curto texto são diversas as suposições quanto à origem e o fim dado aos altares. Porém, uma justificativa em especial chama a atenção: se esses altares pertenciam à Igreja Nossa Senhora do Rosário e estavam “emprestados” à Igreja Matriz, porque foram queimados e não devolvidos? Porque as peças religiosas — Nossa Senhora do Rosário e São Benedito — que compunham originalmente os altares permanecem por quase um século inacessíveis à população, guardados em um depósito? Porque as sacristias dos santos da Igreja do Rosário foram demolidas durante a reforma de 1934?

Fica claro ainda que o texto valoriza, unicamente, os aspectos históricos das peças ao mesmo tempo em que busca esconder os vínculos da Igreja com a escravidão e sua História. Há indícios de que se tenta sobrevalorizar a historicidade da Igreja Matriz. Nesse contexto, a manutenção das peças originais trazidas de Portugal, e com tamanha importância histórica, em sua igreja original — a Igreja Nossa Senhora do Rosário — poderia fazer com que a Paróquia Santa Luzia, a igreja dos brancos, perdesse ainda mais sua importância patrimonial.

### **3.1.4 Cemitérios coloniais**

Documentos da Paróquia Santa Luzia, datados de 1750 a 1888, têm relatos de que os espaços internos e externos das igrejas eram também cemitérios. Na Igreja Nossa Senhora do Rosário (a Igreja dos Pretos), além dos 87 túmulos que fazem parte do piso, moradores das redondezas contam ainda que no pátio ao redor foram enterrados muitos Negros. O zelador da mesma, afirma que, por vezes, durante as limpezas encontrou ossos humanos nos espaços mais improváveis da construção. Ele, que trabalha no local há 15 anos, diz não duvidar que as largas paredes da igreja também abriguem corpos daquela época.

Do mesmo modo, a Igreja Santa Luzia e a praça à sua frente faziam parte do cemitério. Na parte de dentro eram enterrados os sacerdotes. Do lado de fora, a lateral direita abrigava os corpos dos considerados nobres da cidade e a lateral esquerda, pessoas comuns da sociedade, inclusive escravizados, conforme consta nos livros tombo de registro de óbitos da Paróquia Santa Luzia (a título de exemplo L. 16, óbitos Luziânia — 1836 — 1873).

Conforme visto, cada igreja tinha suas regras. Porém, duas exceções chamam a atenção. A primeira é o caso de Cândida Coutinho Pereira Braga, que por ser miscigenada não teria o direito de ser enterrada no interior da igreja dos pretos. Só teve este direito por ser esposa de um nobre, Delfino Pereira Braga, negro, Alferes do Rei.

O segundo caso como já dito anteriormente é o de José Pereira Braga de Souza, homem branco que foi enforcado, acusado de matar o barão.

### 3.1.5 Casa de Cultura e acervos históricos

A Casa da Cultura de Luziânia conta com uma sala dedicada exclusivamente ao autor Gelmires Reis (• 1893 à † 1983), que detalhou em 27 obras a rotina, os costumes, as crenças e outros aspectos da população de Luziânia. Apesar da importância do autor, inclusive para história de todo o Estado de Goiás, uma de suas obras não foi localizada em nenhum acervo. Curiosamente, é um livro intitulado *Os humildes*, único dedicado exclusivamente ao detalhamento do cotidiano da população negra de sua época.

De todo modo, as obras de Gelmires mostram um panorama bastante completo da geografia, da cultura e dos costumes da região. Apesar de não identificar necessariamente cada personagem, descreve suas atitudes, atuações e ações nos espaços de convívio. Por exemplo, os ditados populares, as orações das benzedadeiras para cada problema de saúde, as feitura de remédios caseiros, os trajes que as pessoas usavam para cada tipo de compromisso. Descreve ainda os mapas dos territórios locais, fazendas, bairros e até, minuciosamente, cada afluente da bacia hidrográfica de toda a região que um dia pertenceu ao Garimpo Santa Luzia.

Nas obras de Gelmires Reis encontram-se muitas menções à vida dos escravizados africanos em Luziânia. Por exemplo, no livro *“Dez contos desordenados”*, explica a razão do nome *“Cubango”* de uma das fontes da cidade. Segundo ele o nome deve ter sido dado por uma escravizada idosa, que certamente lembrava de sua infância e juventude em Angola, onde havia o rio Cubango, próximo de Luanda, afluente do rio Zambese, cujas águas chegam ao Canal de Moçambique.

Como resultante do pensamento da época, das palavras do autor depreende-se o preconceito latente:

*Os costumes de sua raça, de seu povo, sua terra distante, eram avivados cotidianamente, no seu pensamento, graças a esse nome evocativo, tão cheio de encantos para a sua alma branca; que se agitava dentro de um corpo de ébano (p. 39-42).*

Outros espaços com concentrações de acervos são a Academia de Letras e Artes do Planalto e a Fundação Centro Cultural José Dilermando Meireles. Com certeza teriam muito a contribuir, caso não se encontrassem constantemente fechados. Neles, segundo informações correntes, seria possível encontrar, por exemplo, um livro escrito por Malaquias Teixeira Magalhães, professor, descendente do Kilombo Mesquita que viveu no século XX.

A Biblioteca da Secretaria de Educação é o único local da cidade que mantém um acervo bibliográfico de fato disponível à população. Lá foi construído o Espaço Memorial dos Escritores Goianos, que agrega obras de autores de todo o Estado de Goiás e que tem uma estante voltada especialmente à conteúdos sobre Luziânia. Entre os autores estão José Dilermando Meireles, Gelmires Reis, Luís Palacin, Joseph de Melo Álvares e Benedito Melo.

### 3.1.6 Rego das Cabaças

No século XVIII no Arraial de Santa Luzia quatro fazendeiros buscavam riquezas na mineração. Como a mina d'água ficava na parte alta da cidade e sem ela a mineração não seria possível, eles decidiram canalizar o córrego Saia Velha. Para isso foram usados dois mil negros escravizados para construir o rego d'água até o bairro do Rosário, mais conhecido como Rego das Cabaças.

Foi construído um canal de 42 km entre os anos 1768 e 1770. Porém, com a decadência da mineração no final do século XVIII e no início do século XIX o rego foi perdendo a função.

Nas palavras do historiador Gelmires Reis:

*No dia 11 de abril de 1768, fundou-se no arraial uma sociedade entre o capitão João Pereira Guimarães, Manoel Pereira Guimarães, Manoel Ribeiro da Silva e Ventura Álvares Pedrosa, homens ricos e possuidores de grande escravatura; para canalizar a água do ribeirão Saia Velha e explorar as minas do Cruzeiro, próximas à povoação.*

*Tendo o major José Pereira Lisboa declarado em palestra que a água do Saia Velha poderia vir às minas do Cruzeiro não em rego ou canal, mas em cabaças e que duvidava do cometimento do capitão João Pereira Guimarães e seus sócios, os intrigantes trataram logo de levar esta conversa ao conhecimento de Guimarães e este, recebendo o pião na unha, tomou nota e esperou.*

*A sociedade atacou com força e tenacidade os serviços do gigantesco rego, os quais sendo começados em abril de 1768 continuaram por todo ano de 1769 e, a onze de setembro de 1770, quando menos se esperava, foi aberto o dique que tinha sido feito nas Terras Altas, e água jorrou barulhenta, pela rua do rosário abaixo, conduzindo um turbilhão de cabaças, que produziram um ruído original, acompanhado por uma canção esquisita e insultuosa, cantada por mais de 100 escravos que, com cacetes quebravam as cabaças. (Livro: Almanach de Santa Luzia; Organizado por: Evangelino Meireles e Gelmires Reis, 1920, Tipografia de O Planalto. Santa Luzia – Go. Pág. 16 a 20).*

Dos 42 km construídos pelos escravizados só sobraram 9 km. O trecho preservado fica no Morro do Falcão, uma fenda tem 2m de largura e 2,8m de profundidade.

Segundo o site Última Parada<sup>9</sup>:

*No lugar de terra, os escravos encontraram pedra. A qualidade dos cortes que formam as paredes e o piso prova a qualidade da mão de obra.*

*Ao longo de todo o canal, os negros levantaram dois aterros para o nivelamento do terreno, um com 500m de altura e 3m de profundidade e outro de 1,5m de largura e 5m de altura. A cada quilômetro de canal, os escravos fizeram um declive de 1m. Com isso, as águas desviadas do Saia Velha ganhavam força para transpor alguns trechos de subida e circular os morros até chegarem ao destino, a mina de ouro do Cruzeiro. Ela ficava na parte alta da então Santa Luzia. Sem água, a mineração era impraticável.*

Contudo, nas quatro visitas que fizemos a Luziânia em nenhum momento identificou-se qualquer registro a respeito desse canal, tão bem construído pelos negros escravizados. Trata-se de uma obra que foi tão importante para a cidade e que poderá vir, algum dia, a ser novamente necessária. Apenas o historiador Gelmires Reis fala a respeito desse rego que hoje está abandonado, mas tão somente para exaltar os capitães envolvidos na sua construção. Como sempre as realizações do povo negro são omitidas, renegadas ou dissimuladas pela história brasileira, mais precisamente, pelos que até hoje detêm o poder econômico e político, a fim de preservar seus privilégios e esconder seus passados obscuros.

9 Disponível em: <https://ultimaparada.wordpress.com/category/goias/page/5/>. Acesso em: 06/09/2016.

### 3.1.7 Famílias tradicionais da elite de Luziânia

As principais famílias tradicionais da cidade, e que até os dias de hoje compõem a elite política na região de Luziânia, são: Braz de Queiroz, Meireles, Melo e Roriz. Essas famílias vieram em sua maioria no período de áureo da mineração. Segundo Bertran (2011), nos três primeiros anos do Arraial de Santa Luzia foram identificados mais de cem fundadores entre portugueses e brasileiros (paulistas). Deste filão surgiram muitas das famílias que se consolidaram como protagonistas na história de Luziânia. Algumas delas desapareceram ao longo do tempo, por migração ou pela decadência da exploração do ouro. Um exemplo se dá com o caso do Sargento-mor José Correa de Mesquita, cujo sobrenome foi emprestado ao ribeirão, e ao Kilombo Mesquita, sendo que o referido militar migrou posteriormente para Pirenópolis.

O estabelecimento da família Meirelles (atualmente Meireles) teve origem com a chegada do português José Gonçalves Meireles ao Arraial, que foi um importante comerciante das minas de Santa Luzia.

Já a família Roriz se fixa na região com a chegada de Gabriel Fernandes Roriz no início do século XIX. Este, em pouco tempo, tornou-se comandante e juiz ordinário de Santa Luzia, o cargo mais importante da época. Casou-se com Joanna Telles de Mendonça, deixando seis filhos, sendo o mais velho Tristão da Cunha Roriz, mais tarde o pai de Joaquim Ignácio Mendonça para quem deixou como herança o cargo de Coronel da Guarda Nacional de Santa Luzia.

O historiador Gelmires Reis (1929) considera os Fernandes Roriz como fundadores da atual família Roriz, surgida do casamento de uma Meireles com um Roriz. Documentos datados do século XIX já demonstravam que a família Roriz era proprietária de escravizados, inclusive Gabriel Fernandes Roriz figura como dono de um preto, conforme os Registros de Óbitos da Paróquia Santa Luzia (L. 16 – 1836-1873):

*“Aos vinte e seis dias do mês de julho do anno de mil oitocentos e quinze nesta freguesia de Santa Luzia da Comarca de Goyas falecio da vida o presente com todos os sacramentos João Crioulo, de idade de quarenta annos mais ou menos, escravo do Capitão Commandante Gabriel Fernandes Roriz, foi amortalhado em hum lençol de algodão, encomendado pelo reverendo João Damasceno Marques das Neves com licença minha, sepultado...*

Além dessas famílias, Bertran cita que *“famílias outras de grande expressão no Século XIX luziano foram os Sardinha de Siqueira, os Braz de Queiroz, os Gomes Curado e os Araújo Mello. Os Sardinha de Siqueira e os Gomes Curado provinham de Pirenópolis, de velhos troncos fundadores de Meia Ponte”* (BERTRAN, 2011, p.124 e 125)

### 3.1.8 Registros civis

#### 3.1.8.1 Certidões de batizados

Na busca por documentos oficiais da Igreja Católica, a Comissão teve acesso aos livros onde eram registrados os batizados, os casamentos e os óbitos de pessoas da população desde o ano de 1750. Na época, as certidões de batismos tinham dupla função: eram o referencial de nascimento biológico e de nascimento para a fé cristã. Por ambos os motivos, este modelo de certidão trazia detalhes para além dos nomes dos batizados. Por meio dele era possível saber a data de nascimento da pessoa, se era negra ou branca, se era escravizada ou livre, além da condição hierárquica social de seus pais e padrinhos.

Analisando o padrão, ficou claro que a certidão também servia de reforço do racismo, na medida em que se tratava de um instrumento de controle. Por exemplo, os padrinhos de uma criança branca eram igualmente brancos e de mesma classe socioeconômica. Os padrinhos das crianças negras, tanto podiam ser seus donos (o que era raro), quanto negros. Porém, um detalhe chama a atenção: as famílias negras só apadrinhavam crianças negras quando ambas pertenciam ao mesmo dono.

A hipótese é de que não era interessante aos *“senhores de escravos”* perderem um Negro para outra família escravocrata, no caso de morte de seus pais, uma vez que a criança passaria ao jugo de seus padrinhos. Daí a necessidade de que esses padrinhos fossem também de propriedade do mesmo senhor. Por serem objetos de compra e venda, tinham um custo e por isso eram considerados patrimônio. Por esta razão, muitas das crianças nascidas de mulheres escravizadas, mortas durante o parto, eram batizadas pelos próprios senhores.

Ainda nos livros referentes aos batismos é possível notar que as primeiras pessoas registradas como “*pardas*” ou “*crioulas*” só aparecem na década de 1830. Até então, as pessoas eram distinguidas somente como “*negras*” ou “*brancas*”. As crianças referidas como pardas ou crioulas aparecem em sua maioria registradas somente com os nomes de suas mães, mulheres em maioria identificadas como negras. Nos poucos casos em que são registrados os pais, estes são brancos aparentemente com baixo poder aquisitivo, ou tratados como pardos, crioulos ou mestiços.

### 3.1.8.2 Certidões de casamentos

Os livros pesquisados compreendem os registros de casamentos do século XIX, no período de 1865 a 1889, aproximadamente 25 anos. A coleção tem anotações de matrimônios registrados na cidade de Luziânia, na época conhecida como Arraial de Santa Luzia, na Capela do Rosário e na Igreja Matriz também conhecida como Paróquia de Santa Luzia.

Também há certidões da Igreja Matriz de São Sebastião do Mestre D’Armas que hoje pertence a Planaltina, o que dá a entender a dimensão que o território de Santa Luzia possuía, já que a distância entre as duas cidades fica em torno de 115 quilômetros.

A escrita das palavras utilizadas era harmonizada com a ortografia oficial portuguesa à época, onde era obrigatório o uso de muitas consoantes dobradas como, pp,ph, th, rh, a exemplo de Catholica e apparecido. A maioria dos registros segue o mesmo formato, tendo sido escritos em linguagem de narrativa. Os documentos mais antigos apresentam danos físicos, por isso alguns dados foram perdidos ou são ilegíveis. No geral, estão em condições razoáveis para extrair informações genealógicas.

Os registros da Igreja Católica começaram no Brasil com a chegada dos ministros de Portugal, em 1808. Muitos dos registros originais foram mantidos no arquivo paroquial e uma cópia duplicada enviada ao arquivo da Santa Madre Igreja Catholica Apostólica de Roma.

Outra curiosidade é a desproporção de idade entre os nubentes. A idade média entre os homens gerava em torno de 45 a 65 anos, já entre as mulheres a idade média para contrair matrimônio era entre 15 a 25 anos. Quando uma moça casava depois dessa idade, este dado era ressaltado como um sobreaviso na certidão.

### **3.1.8.3 Das condições dos livros**

Apesar de rico em informações, o acervo da Igreja Santa Luzia vem se deteriorando ao longo dos anos. Os primeiros livros praticamente inexistem, são pó e resquícios de páginas que se rasgam facilmente quando folheadas. Os de registro de batismo que oferecem alguma possibilidade de leitura são os livros a partir do de número 05 que datam de 1812. Originais e cópias dos documentos mais antigos e de outras paróquias da região podem ser encontrados nas Dioceses de Goiânia e da Cidade de Goiás.

De acordo com funcionários da Igreja, alguns volumes passaram por um trabalho de restauração, embora o serviço tenha sido paralisado por falta de recursos.

## **3.2 Planaltina**

### **3.2.1 O centro da cidade e seus aspectos históricos**

A origem de Planaltina é controversa, alguns dizem que seu primeiro nome, Arraial de Mestre D'Armas, se deve a presença de um mestre armeiro (alcunha de um ferreiro), construída por volta de 1780, mas Bertran (2011, p. 368) afirma que em 1790 havia apenas uma coleta de tributo em propriedades rurais na região, mas que não comprova que o Arraial tinha sido instalado.

Em 1810, moradores da região foram atingidos por uma epidemia e, por isso, resolveram fazer uma promessa a São Sebastião de que, caso se vissem livres da peste, construiriam uma igreja em sua homenagem, o que ocorreu em 1811, ano em que o Arraial de São Sebastião de Mestre D'Armas foi fundado.

O povoado passou a ser distrito de Luziânia em 1834 e, em 19 de agosto de 1859, foi elevado à condição de Distrito de São Sebastião de Mestre D'Armas, já incorporado ao município de Formosa-GO. O decreto de 1891, elevou o distrito a município. Em 1910 o nome da cidade foi mudado para Altamir. E por fim, em 14 de julho de 1917, passou a se chamar Planaltina.

No Centro Histórico de Planaltina, que fica ao redor da Praça Salviano Guimarães, no quadrilátero localizado entre as ruas, 13 de Maio, 1º de Junho e Hugo Lobo, destacam-se a Igreja de São Sebastião de Mestre D'Armas, o Museu Histórico e Artístico de Planaltina (antiga residência de Salviano Monteiro Guimarães), as duas construções tombadas pelo governo do Distrito Federal<sup>10</sup>, além da casa do idoso (antigo casarão), a casa da Câmara e Cadeia, o casarão da Dona Negrinha, localizado na Rua 13 de Maio, os casarões de Dona Morena e Dona Nilda e a pedra fundamental que estabelece a nova capital.

### 3.2.2 Igreja de São Sebastião



**Igreja de São Sebastião situada no Centro Histórico de Planaltina do DF**

10 Quando da mudança da Capital Federal, o território do município de Planaltina foi em parte incorporado ao Distrito Federal, o que fez com que passasse a existir duas "Planaltinas": Planaltina de Goiás e Planaltina DF.

A igreja de São Sebastião é uma antiga capela erguida em 1811 por escravizados. A arquitetura original data do século XVIII. A capela conta com uma porta principal, duas laterais, piso de tijolo e balaústres recortados, sem paredes, dividida apenas por dois pilares de madeira de cada lado. A capela de São Sebastião de Mestre D'Armas foi ampliada em 1880 e reformada em 1911, tornando-se igreja. Em visita à referida, a equipe da Comissão foi informada que muitas das características de sua versão original se perderam com as reformas. Inclusive há relatos de que as paredes da Igreja eram todas desenhadas, o que de fato não existe mais. (CASTRO, 1986, p.128).

Há atualmente, ao lado da Igreja de São Sebastião a réplica de um mourão incendiado na década de 1970, com o ano de 1881 inscrito na sua parte superior. Segundo relatos da administradora do Museu histórico e artístico de Planaltina, esse mourão em forma de pelourinho era usado para açoitar os negros.

Igualmente com o que ocorria nas igrejas de Santa Luzia, também era comum as pessoas serem enterradas próximas a igreja de São Sebastião. De acordo com Castro (1986, fl.128), as pessoas comuns da freguesia eram enterradas fora da Igreja e, dentro dela, eram enterrados os religiosos, como padres e bispos. Mestre D'Armas tinha seu cemitério em volta da Capela, que deixou de ser utilizado em 1894 com a construção de um cemitério mais afastado.

A Capela possui três imagens de gesso: de Jesus Cristo, de Nossa Senhora e do santo padroeiro, São Sebastião. O terreno para sua construção foi doado pelas famílias Gomes Rabelo e Carlos de Alarcão, em cumprimento à promessa feita. Vale ressaltar, que na Capela não há disponível nenhuma pessoa que saiba informar sua história, bem como não há nenhum documento disponível para consulta.

### **3.2.3 Museu Histórico e Artístico de Planaltina (Antiga Residência dos Monteiro Guimarães)**

O Museu Histórico e Artístico de Planaltina pertencia à família de Saviano Monteiro Guimarães e Olívia Campos Guimarães, funcionando em uma edificação que tem característica colonial, na qual as paredes foram erguidas em adobe e taipas. No seu interior os cômodos são em tábuas e forro paulista pintado a óleo. Segundo informações obtidas por essa Comissão no próprio museu, os quartos da casa eram constituídos da seguinte maneira: o quarto do filho ocupava uma parte exterior, para que este pudesse receber visita sem ser incomodado, o quarto da

filha ficava dentro do quarto dos pais para que estes pudessem vigiá-la. Há dois porões na casa, um era usado para a guarda de mantimentos e o outro constituía a senzala que ficava logo abaixo ao quarto do Coronel. Além disso, a casa possui uma edícula, onde vivia a escravizada mais importante, a que cuidava da prole dos seus senhores.

### **3.2.4 As famílias tradicionais e a escravidão em Planaltina**

O assentamento fundiário no Brasil se deu através do sistema de Sesmarias. Em Goiás, o dono da terra ao receber a Carta de Sesmaria (autorização de posse), não se preocupava em regularizar sua situação de acordo com a legislação vigente. (BERTRAN, 2011, p. 90). Além disso, em Goiás as terras não eram valorizadas, uma vez que não eram regularizadas, por isso sempre valeu mais o que tinha dentro do terreno, do que a terra propriamente dita. Nos inventários era costume aparecer:

*Os engenhos de madeira, de tração animal e humana, as casas de moradia com suas senzalas e currais, o gado existente e as tropas cavaleares, as roças de mantimentos e os móveis e utensílios: roupas, cadeiras, mesas, tachos, arreatas, caçambas de montar, um ou outro lampadário de prata, o carroção de bois. E o principal legado: os escravos, sobre os quais havia minuciosa descrição de destinos nos inventários: uns – geralmente os mais velhos e os filhos adulterinos – declarados livres pelo senhor e os demais assignados a diversos filhos. A meiação era sagrada: à mulher do sesmeiro cabia a metade dos bens, o restante distribuído entre os filhos. (Bertran, 2011, p. 90/91). (Grifo acrescentado).*

De acordo com Pedro Paulo Palazzo, ao consultar o registro do Arquivo Paroquial de 1858, transcrito por ocasião do processo de tombamento da igreja, a Freguesia de São Sebastião de Mestre D'Armas teria sido fundada por quatro fazendeiros, proprietários de Sesmarias atribuídas às famílias Gomes Rabello, Alarcão e a outras duas não nomeadas nos documentos. É importante ressaltar, que as outras duas famílias são possivelmente Monteiro Guimarães e Teixeira Coelho, e que, apenas uma das quatro Sesmarias, pertencente à família Gomes Rabello, tenha doado terras para o levantamento da Freguesia. As demais podem ter

contribuído de outras formas, por exemplo, financeiramente. As famílias Gomes Rabello e Alarcão constituem-se como das maiores e mais antigas do Planalto Central, com grande capacidade para a ação colonizadora. (Bertran, 2011, p. 112).

## a. ALARCÃO

A família ALARCÃO era descendente de Claro Carlos de Alarcão, um dos fundadores de Goiás Velho (Arraial de Sant'Anna), que em seguida transferiu-se para Pirenópolis (antigo Arraial da Meia Ponte). No século XIX (1880), sua viúva Margarida Soares Alarcão mudou-se para Mestre D'Armas, com seus nove filhos: Balbino, Deolino, Hermano, João, Cassiana, Marcelina, Maria, Etelvina e Sebastião (GUIMARÃES, 1992, p. 12). Esta, possuía grandes extensões de terra e famílias escravizadas por todo o Planalto Central. Tinha ainda grande influência econômica e política, o que foi constatado nos registros de *"Efemeridades do Povoamento de Planaltina e Construção de Brasília"* (CASTRO, 1986, p. 21): *"1839 — 6/Mar — O Sr. José Cleto Carlos de Alarcão, residente no Arraial de Mestre D'Armas, recebe título de alferes"* e *"O alferes José Cleto Carlos de Alarcão foi eleito para o Conselho Municipal de Santa Luzia"*.

Em 1872, Sebastião Carlos de Alarcão registrou no cartório de Vila Formosa algumas das pessoas escravizadas que lhe pertenceram (Castro, 1986, p. 22):

O Sr. Sebastião Carlos de Alarcão deu como registro, de seus escravos, no cartório de Vila Formosa:

- Feliciano preto 25 anos
- Germano crioulo 30 anos
- Benevenuto cabra 25 anos
- Salviano cabra 8 anos
- Silvério crioulo 8 anos
- Luzia cabra 26 anos
- Torquata crioula 26 anos
- Joana cabra 2 anos (filha de Torquata)

Nota-se no registro cartorário colacionado acima que as pessoas escravizadas recebiam diversas denominações e características que pudessem identificá-los em relação aos demais, como *"preto"*, *"crioulo"*, *"cabra"*, termos usados para distanciá-los dos brancos, *"(...) uma vez que a cor branca podia funcionar como sinal de distinção e liberdade, enquanto a tez mais escura indicava uma associação direta ou indireta com a escravidão. Ainda que não se pudes-*

*se afirmar que todos os negros, pardos e mulatos fossem ou tivessem sido necessariamente escravos, a cor era um importante elemento de identificação e classificação social.” (LARA, 2007).*

Ou seja, essas designações remetiam a um lugar social e uma diferença interna expressa na cor, uma hierarquia dentro da escravidão.

## **b. GOMES RABELLO**

Mário Castro (1986, p. 39), estudando a genealogia das principais famílias de Planaltina, sobre os Gomes Rabello, afirma: *“José Gomes Rabello, viúvo, chegou em Planaltina, com sua única filha Gertrudes, da cidade de Goiás (alguns afirmam Flores de Goiás). Trouxeram junto, José Curvina Aguiar e família. Aqui depois de algum tempo, casou-se com Lionor Martins, da região de Cascarro”.* Castro acrescenta ainda, que Gomes Rabello é a grande família de Planaltina, resultante de uma mistura entre indianos e amarelos, com reduzida participação de pessoas brancas e uma grande participação de pessoas negras. A informação foi confirmada pela administradora do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, que asseverou que os Rabello são de maioria negra.

Contudo, isso não quer dizer que a família Gomes Rabello não tenha sido escravagista, ao contrário, o inventário registrado no cartório em 1884 afirmava o seguinte (CASTRO, 1986, p. 147):

Em 1884, foi realizado o inventário de Jesuíno de Souza Vasconcelos, à Felicidade Gomes Rabelo, no qual foi anexado uma relação de escravizados:

- Escravo Velho – 100\$000
- Germano – 100\$000
- Torquata Velha – 300\$000 – 38 anos
- Joana – 200\$000
- Romana – 150\$000 – 14 nos
- Maria – 250\$000 – 19 anos

O que se pode observar na comparação das duas relações apresentadas acima, é que as famílias Gomes Rabello e Alarcão em algum momento se juntaram ou, por outro lado, os escravizados da segunda foram vendidos à família Gomes Rabelo. Doze anos depois, os escravizados Germano e Torquata (que aos 38 anos era considerada velha) e a sua filha Joana (nasceu cativa) continuaram cativos, porém, agora de outros donos.

## **c. TEIXEIRA COELHO**

A primeira informação que se tem a respeito da família Teixeira Coelho, em Planaltina, foi obtida nos arquivos da Câmara Municipal de Luziânia. Nesses, consta que Francisco Teixeira Coelho foi sepultado no cemitério de Mestre D'Armas. Já o primeiro inventário, realizado no Cartório de Órfãos de Mestre D'Armas, datado de 1873, dizia o seguinte:

Foi realizado o primeiro inventário no cartório de órfãos, como de Mestre D'Armas, da falecida Maria Teixeira Coelho (falecida a 30 de dezembro de 1872), esposa de Jesuíno de Souza Vasconcelos. Onde consta, uma lista de objetos de valor, animais, imóveis e mais dois escravizados e órfãos.

- Romana cabra 30 anos – 500\$000
- Maria cabra 7 anos – 350\$000

Orfãos:

- Delfino de Souza Vasconcelos
- Januário de Souza Vasconcelos
- Maria de Souza Vasconcelos
- Higídio de Souza Vasconcelos
- Florêncio de Souza Vasconcelos
- Lázaro de Souza Vasconcelos
- Ingrácia de Souza Vasconcelos
- Manoel de Souza Vasconcelos

## **d. MONTEIRO GUIMARÃES**

Segundo Castro (1986, p. 55), José Monteiro Guimarães (da cidade de Guimarães em Portugal), veio para o Vale do São Francisco, instalando-se em um trecho de terras entre Formosa (Couros) e Planaltina (Mestre D'Armas), com a finalidade de levar suprimentos às fazendas e povoados no Vale do Paraná. Em Mestre D'Armas, José Monteiro Guimarães tornou-se importante fazendeiro e constituiu uma grande descendência. De seu primeiro casamento nasceu José Monteiro Guimarães, filho que posteriormente casou-se com a sua madrasta. Dessa união foram gerados dois filhos: Tiolinda Monteiro Guimarães e Pedro Monteiro Guimarães. Este último gerou, em 1866, Saviano Monteiro Guimarães, que em 1900 mudou-se para Planaltina.

Ainda sobre a sociedade de Planaltina, CASTRO (1986, p. 125) afirma o seguinte:

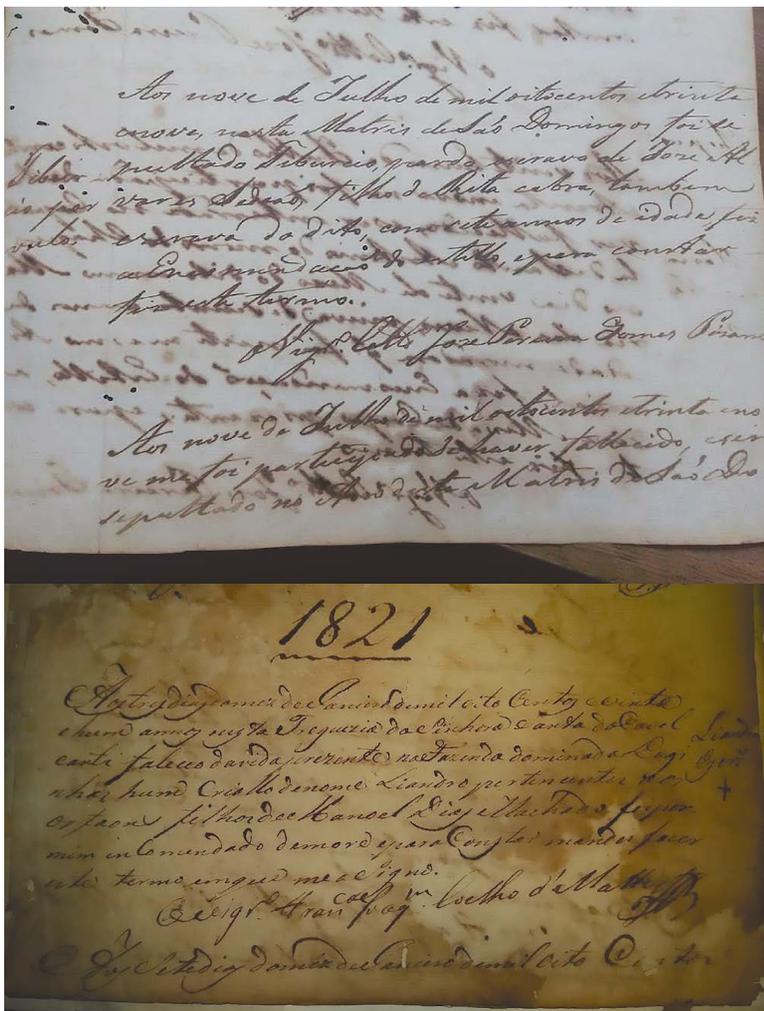
*Planaltina, contrariando os dados sobre etnia do país, teve um caminho na formação étnica de sua população. O seu povoamento foi formado pelos brancos que comandavam a mineração, brancos aventureiros e livres que participavam da mineração, negros, escravos do trabalho e escavação e lavagem de ouro, escravos livres no sucesso da mineração, brancos que carregavam grandes tropas de gado e negros escravos que auxiliavam no transporte de gado, desde o vale de São Francisco, brancos e negros, com predomínio de negros.*

Entretanto, nas visitas realizadas pela Comissão a Região Administrativa de Planaltina/DF foi possível notar como a história perpetuada nos espaços públicos é aquela referente apenas à população branca. Do Ciclo do Ouro à contemporaneidade, não se encontra em nenhum espaço público algo que remeta a história do Negro na região de Planaltina. Nas obras que discorrem sobre a história da cidade, pouco se encontra a respeito da forma de vida do Negro no período colonial. Nas raras vezes em que é citado, não passa de um mero dado estatístico. O Negro, como repetidamente vem se falando neste Relatório, era tratado como coisa, mercadoria, sem identidade, sem cultura, sem história.

Planaltina é a cidade mais antiga do DF, apesar da sua data de aniversário ser comemorada em 19 de agosto de 1859, estima-se que tenha mais de 200 anos. Contudo, carece de proteção do seu patrimônio histórico e da restauração e tombamento das poucas casas coloniais que ainda se encontram na sua região central.

Diferentemente de Luziânia, que teve a preocupação de preservar seu acervo documental e histórico, Planaltina por sua vez, nada manteve sobre a própria história, suas raízes e seu povo. Segundo informações obtidas pela Comissão os documentos podem ter sido intencionalmente destruídos ou escondidos.

### 3.3 Formosa



Atestados de óbitos

#### 3.3.1 Aspectos históricos

O surgimento do Arraial dos Couros (Formosa) é um verdadeiro mistério. Afirmam os historiadores que a data provável de sua criação tenha sido em 1749, e que, diferentemente de diversas cidades de Goiás, ela não foi criada tendo como objetivo a exploração do ouro, mas sim da pecuária. Contudo, o ouro obtido em cidades como Arraias, Pirenópolis (Meia Ponte) e Vila Boa (atual Cidade de Goiás, também conhecida como Goiás Velho) era escoado pela estrada que passava por Formosa.

Historiadores como Paulo Bertran (2011) afirmam que a criação de Arraial dos Couros está mais ligada ao Arraial de Santo Antônio de Itiquira (extinto, por ser um lugar insalubre). Em Santo Antônio muita gente morreu provavelmente em decorrência de febre amarela e por isso seus moradores podem ter se mudado para Arraial dos Couros, que rapidamente se tornou um lugar destinado ao comércio, onde tropeiros passavam e faziam seus “pousos”.

Outra fonte, Queiroz e Steinberger (2007, apud Chauvet, 2005), defende a tese de que o surgimento de Formosa pode ter se dado pela ocupação de quilombolas (livres a partir da fuga) ou negros forros (com liberdade formalizada).

Contudo, a chegada do homem branco se deu com a posse das terras através de Cartas das Sesmarias, obtidas com o objetivo de estimular a lavoura de subsistência e a criação de gado. Possivelmente, o primeiro sesmeiro do Arraial foi Manoel Barros Lima. Porém, há registros de que, mesmo antes do surgimento do Arraial, Manoel d’Almeida recebera duas licenças de Sesmaria. De fato, a produção agrícola e pecuária trouxe grande prosperidade para Formosa, pois as fazendas são empreendimentos muito mais duradouros do que o garimpo. Algumas dessas fazendas perduram até os dias de hoje.

O Arraial dos Couros se transformou em Julgado em 12 de abril de 1834. Em 1843 o povoado passou a ser denominado Vila Formosa da Imperatriz vindo a fazer parte da Comarca de Santa Cruz. Em 1877 foi elevada à categoria de cidade. Por fim, tornou-se Formosa sendo desmembrada do município de Planaltina no século XIX e de Cabeceira de Goiás em 1958.

Na visita da Comissão à cidade de Formosa, observou-se que seus monumentos históricos foram totalmente descaracterizados e que, diferentemente do que aconteceu com a cidade de Luziânia, todo o seu acervo histórico foi destruído. A informação mais relevante obtida só pode ser acessada por meio do historiador e escritor Samuel Lucas. Trata-se da “Rua dos Crioulos” que, segundo Castro, 1986: “Um pouco antes, um pouco depois das Minas de Santa Luzia, apareceram as concorridas ‘Minas de Santo de Santo Antonio’, ou ‘Minas de Crioulos’”, que mais tarde transladou o seu local de habitação, para próximo da Lagoa Feia, o Arraial se denominou “Crioulos”, depois “Couros”, mais tarde, “Formosa da Imperatriz”, hoje, Formosa.



## 4. As comunidades remanescentes de quilombos na região do DF e entorno

Nos anos setecentistas as divisões das trilhas de desbravamentos a partir do que eram conhecidas como as Estradas Reais – as oficiais, partindo de Paraty/Rio de Janeiro à Ouro Preto/Minas Gerais e de Rio de Janeiro/RJ à Diamantina/Minas Gerais; as não-oficiais, Estrada Real da Bahia e a Estrada Real dos Goyases – foram os principais responsáveis pelo aumento demográfico da região central do Brasil, especialmente pela população negra.

Eram rotas de fuga, abertas por negras e negros escravizados em matas nativas, até então conhecidas unicamente por indígenas, com o objetivo de protegerem-se dos diferentes tipos de exploração promovidos pelo regime colonialista. Estes, se arriscaram em regiões ainda não exploradas pelos bandeirantes e capitães do mato e aos poucos, como estratégia de defesa, se uniram aos povos indígenas em suas aldeias e/ou instalaram-se em áreas de difícil acesso como vales entre morros, encostas de montanhas e florestas cercadas por grandes rios.

A resistência dessas comunidades ao longo dos séculos se deu de diferentes formas a partir das peculiaridades de cada local, desde a geografia aos métodos de subsistência. Tal resistência perpetuou nos quilombos uma versão da História transmitida de geração para geração, um registro oral dos fatos, dos que viveram no período setecentista (no caso dos povos negros de Goiás) à contemporaneidade.

Razão de conflitos entre as populações quilombolas e representantes da dita alta sociedade, os registros dotados de valor são escritos que contemplam quase que exclusivamente a visão do homem branco no que diz respeito à constituição da nação brasileira, esta, focada nos seus próprios referenciais. Por exemplo, há casos de autoridades de serviços públicos e políticos partidários que em seus discursos afirmam que o termo “quilombo” surgiu apenas recentemente no vocabulário das comunidades o que, segundo eles, trata-se de estratégia das populações negras locais que buscam desenvolvimento independente, uma vez que são protegidas por legislação federal. Em suas constantes tentativas de impedir a autonomia dos quilombos, esses ideopartidários se valem da ausência de registros palpáveis de situações ocorridas em diferentes momentos históricos por essas populações negras.

Para compreender melhor a situação e eliminar o paralelismo entre os registros desses fatos históricos, sejam escritos (pelos colonizadores e seus descendentes) ou orais (pelos quilombos e seus remanescentes), a Comissão mapeou, visitou e trabalhou sobre acervos relacionados à região central do Brasil, bem como às comunidades de quilombos estratégicas ao período de 1736 a 1960. As informações foram confrontadas de modo que a oralidade

quilombola desconstruísse o que foi registrado pela elite colonizadora. Acrescendo, inclusive, detalhes nunca antes formalmente tratados.

Entre os conteúdos que mais chamaram a atenção no sentido de registro do cotidiano, estão exemplares de produções do que seria um ensaio à constituição da imprensa brasileira. Na região delimitada pelos grandes garimpos de Arraias e de Santa Cruz, centralizada pelo Garimpo Santa Luzia, circularam nos anos 1800 três importantes veículos de comunicação: Matutina Meyapontense, A Informação Goyana e a revista O Oeste (este, vindo da Cidade de Goiás, trazendo informações do sudeste do país, com as decisões da Coroa Portuguesa).

O Matutina Meyapontense, tinha grande circulação no período, pois abrangia os estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso, com notas que remetiam aos cotidianos. Nele, era comum encontrar colunas com anúncios sobre fugas de negras e de negros e oferecimentos de recompensas pela captura dos mesmos:

*Annuncio.*

*Da Cidade do Cuiabá fugirão hum Caburé de nome Quintino de 38 annos, estatura ordinária, olhos grãdes, e mortecidos, nariz grande. Huma dita de nome Eva, rosto comprido, peitos cahidos, corpo delgado de 25 annos, com huma filhinha de 4 annos, bem morena, de nome Feliciana, baptisada em caza, e ainda sem Santos Oleos, por ter nascido na Faz. Jaurú. E dous filhos mais da mesma Eva ambos tãobém Caburés, hum de nome Candido, outro Serino, e ambos libertos, o 1º com 12 annos e o 2º com 8 e quebrado de humaverilha. Hum Crioulo de nome Bento, idade 30 annos alto, e de bom corpo, largo de peitos, olhos redondos, rosto comprido, cabeça bem redonda. Este Crioulo, e o Caburé Quintino são irmãos da Eva. Com todos estes fugiotãobem hum Indio Bororo, chamado Domingos de 15 annos de idade, com humavelida em hum olho, e orelhas furadas.*

*O Cap. Antonio Roiz da Costa dá 100\$000 réis de premio a quem os fizer capturar, e lhe participar, quer seja na Prov, de Mato-Grosso, quer nesta de Goyaz.*

A Matutina Meyapontense, - 1833, Pág. 285

*Annuncio.*

*A Zeferino de Freitas Neves morador da Villa da Franca fugio a 20 de Fevereiro de 1832 hum escravo por nome Antônio, Nação Banguela, estatura ordinária, bem preto, rosto carregado, boa dentadura: e o melhor segnalhe o dito escravo ter os dedos grandes dos pés tortos para dentro, hum mais que outro, e pouca barba.*

A Matutina Meyapontense, Volume IV, N° 456 - 1833, Pág. 240

Dessas buscas, pode-se dizer, perpetuou-se uma cultura de estereótipos negativos sobre a imagem do corpo negro sempre associada à uma condição de menor status social, à ignorância e até à marginalidade no que trata do acesso aos direitos fundamentais. Nesse contexto, àquela época, por serem outras as normas da nação, a fuga de uma pessoa Negra da condição de escravizada, para a qual foi forçada, era considerada um crime, previsto juridicamente, punível das mais diversas formas sob o respaldo da lei. A condição e a legislação mudaram, mas esses estereótipos e o costume de criminalizar as pessoas negras por quaisquer situações que fujam à normalidade imposta permanecem, velada ou escancarada, até os dias atuais.

Outras notícias tratavam do reinado, tais como: decisões sobre tributos, a estruturação do projeto de nação que se buscava desenvolver. Por exemplo, com base no Código Philipino<sup>11</sup> e nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Ultramarino<sup>12</sup> eram desenhados os primeiros modelos para uma legislação própria do Brasil e, numa espécie de transparência pública eram apresentados os ditos investimentos da Coroa e o estabelecimento de medidas que visavam o ressarcimento dos mesmos a partir da cobrança de impostos.

*Orçamento da Receita Provincial de Goyaz para o anno financeiro do 1º de Julho de 1835, a 30 de Junho de 1836; conforme o Art. 83 da Carta de Ley de 24 de Outubro de 1832: [...]*

*§ 6º Meias Sizas de Escravos Ladinos, este Imposto foi bem Orçado na quantia de ..... 1:000U000.*

A Matutina Meyapontense, Volume V – 1834 Pág. 84

11 Código Philipino: Trata-se do sistema civil e criminal que vigorou durante o colonialismo, imposto pela Coroa Portuguesa aos países colonizados, ou seja, eram Ordenações Reais. Elas receberam esse nome por associação aos reinados de Filipe I e Filipe II que estiveram no poder entre os anos 1500 e 1600.

12 Conselho Ultramarino: Foi criado e regulamentado por Portugal em 1642 para tratar de todas as matérias e negócios relativos aos países colonizados (Índia, Brasil, Guiné, ilhas de São Tomé e Cabo Verde, entre outros) para a administração da Fazenda.

*Artigos de Officio.*

*DECRETO.*

*1833. – N. 59.*

*A Regencia Permanente, em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, Faz saber:*

*[...]*

*§ 5º O producto da taxa anual de dois mil reis paga pelos Habitantes das Cidades, e Villas em razão de cada escravo nellas possuídos, além do numero de dois sendo solteiros os Proprietarios, e de quatro sendo casados. Exceptuao-se os escravos menores de doze annos, e maiores de sessenta.*

*A Matutina Meyapontense, Volume V – 1834 Pág. 18*

Já nos casarões, senzalas, garimpos e latifúndios os trabalhos braçais de homens e mulheres africanas e afro-brasileiras pareciam deixar a desejar diante das ambições dos colonizadores. O maior esforço parecia não ser suficiente às exigências de produtividade. Relatos de quilombolas, descendentes dos que enfrentaram o período da escravidão, contaram à CVN/SBB o que ouviram de seus pais e avós sobre as condições subumanas a que eram expostos os povos negros. O quilombola Mesquita, Aldenis Lisboa da Costa resume detalhadamente o cenário de horror vivenciado pelos seus antepassados no Garimpo Santa Luzia:

*Eu sempre ouvi muitas histórias das famílias daqui. Cresci ouvindo como os homem castigava os pretos que trabalhavam pro garimpo daqui [de Santa Luzia] e pros garimpos que tinha na região dos Kalunga e em Minas Gerais. Esses castigos não são novidade pra ninguém, mas não é todo mundo que tem coragem de contar. Eu conto porque todo mundo tem que saber do horror que foi a escravidão.*

*Das histórias que ouvi sobre esses homem, soube que não admitiam que os negros tivessem os mesmo costume deles. A comida pros escravos era colocada nos cochos e eles tinham que ficar ao redor, amontoados pra dividir o alimento, comendo com as mãos. Quando faziam algo que desagradasse, iam pra chibata. Mas a crueldade era tanta às vezes, que os escravos iam pra ser castigados na roda d'água que ficava num terreno, perto de onde hoje é a Papuda [presídio do DF]. Ficavam amarrados com os braços abertos, de costas para as rodas, apanhando das pás das rodas. Às vezes os castigos duravam a noite toda. Uns morriam e os que sobreviviam ficavam doente do frio das águas e das feridas*

*horrorosas nas costas, que levavam muito tempo pra sarar. Os homem era tão ruim, que antes mesmo de sarar as feridas já mandava açoitar os pretos se não agissem do jeito que eles queriam.*

*Os pretos do Mesquita foram os que abriram o Córrego das Cabaças, no braço, cavaram de Santa Maria até Luziânia onde ficava o centro do garimpo. Foi muito trabalho. Em outros trechos, transportavam cargas pesadas nas costas pra que nada faltasse pro povo de Luziânia. Tem coisa que dói dizer, mas aqui também se conta que nesses trajetos do garimpo, quando um preto morria de exaustão, a trilha dos trabalhadores não podia parar nem pra retirar o corpo da estrada. Esses que morriam, quando era possível eram afastados pra buracos nos canto da estrada. Quando não, eram pisoteados pelos mesmos seus... pelos carros de boi... até desaparecer no chão. Quando os pretos conseguiam, marcavam os pontos das mortes com cruzes.*

Aldenis Lisboa da Costa, Kilombo Mesquita

Casos igualmente assustadores foram inevitavelmente relatados no início dos anos 1900 pela imprensa, mais especificamente pela revista O Oeste que, após a Abolição da Escravidão se dedicou a dar visibilidade ao que significou o colonialismo, trazendo um outro olhar sobre o Negro, porém, ainda sob uma perspectiva branca. Para contextualizar as semelhanças entre as lutas de quilombos situados em distintos pontos do território brasileiro trazia histórias e depoimentos de negros, fazendo questão de destacar as batalhas de Palmares lideradas por Zumbi.

Nesse contexto, Odorico Costa, um dos autores de O Oeste, mostrava também as razões de desesperos e revoltas, estopins às grandes revoluções quilombolas:

*São bem conhecidos, ainda hoje, tantos anos após a extinção da escravatura, os tormentos dos cativos nas fazendas brasileiras, tormentos que, por vezes, possuíam um requinte espantoso de crueldade: Houve senhor que lançou escravos na caldeira fervente dos engenhos ou fez passar escravos entre as moendas dos banguês, pra vingança ou por castigo [...] em certos engenhos do Norte, o fazendeiro, para não perder o trabalho das negras, fazia com que seus filhos, crianças de mama, ficassem enterrados até a cintura em buracos abertos no “tejudabo”, para evitar que os mesmos gatinhassem e se perdessem pelos arredores ou fossem devorados pelos porcos [...]*

Revista O Oeste, 1943 Pág. 122

Mas, apesar da formalização da Abolição, as notícias sobre os significados de liberdade não se deslocaram com a velocidade ou a credibilidade devidas pelo interior do Brasil, dado o fato de que quem comprava jornais e revistas era a elite, em sua maioria os ex-escravizados mal sabiam ler a língua portuguesa. Muitos dos chamados “colonizadores” mantiveram práticas de abusos às populações negras. Quando não respaldadas pela nova legislação, essas práticas eram subsidiadas pelo poder aquisitivo da elite, justificadas pelas condições sociais de miserabilidade dessas populações e pelo racismo que estruturou e ainda estrutura as relações sociais em nosso país.

Em muitos estados o processo colonialista da escravidão — aquele marcado por abusos da força de trabalho, castigos físicos e assassinatos — durou até muitas décadas após a assinatura da Lei Áurea, principalmente nas regiões do interior do país onde, a ideia de libertação das pessoas só passou a ser refletida a partir da construção de Brasília, a nova capital. Nos jornais e revistas datados do período entre os anos 1919 a 1960, era evidente como certas práticas não condiziam com o ideal de democracia ora defendido pela República como Novo Mundo. Enquanto se gestava no país a proposta de desenvolvimento da República, em Alto Paraíso de Goiás, o coronel João Bernardo tratou como escravizadas pessoas negras até os anos de 1960 conforme relatam Edson e Inocência Xavier:

*Ele e outros coronéis mandava os capangas para apanhar os pretos daqui do Moinho. Iam levados do jeito como era na escravidão pra fazer os serviços que ele mandava. Quando não queriam ir, eram levados amarrados. Era trabalho nas lavouras. Se não fizesse apanhava de chibata. Os escravos só conseguiam escapar quando os coronéis morriam.*

Já a escravidão contemporânea tem outros moldes e, numa tentativa de suavizar o seu efeito, o Estado passou a chamá-la de conjunto de situações análogas à escravidão<sup>13</sup>. Outras formas de escravização são também vistas, nacional e internacionalmente, como crimes que ferem o princípio da dignidade da pessoa humana, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e, reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>14</sup> como crime contra a humanidade. Porém, a falta de acesso aos direitos

13 Situações análogas à escravidão: Segundo o Código Penal Brasileiro (Art. 149) é qualquer atividade que atente contra a Dignidade da Pessoa Humana e que tem pena aumentada quando o crime for cometido contra criança ou adolescente ou por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

14 Em 2001, a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas produziu a Declaração e Programa de Ação de Durban (DDPA), que enfatiza a proposição sobre o direito dos povos vitimados à reparação – em especial, a consideração da escravidão como crime contra a humanidade, o comprometimento com a erradicação do racismo e o estímulo ao desenvolvimento político, econômico e social da população negra (e das mulheres negras, em particular). (Matilde Ribeiro, 2010, p. 145).

fundamentais devem ser vistos como fatores escravistas na medida que limitam a liberdade em seus diferentes aspectos. Logo, o não-acesso à Educação formal pode proporcionar a ausência de liberdade no que se refere ao desenvolvimento intelectual e coletivo por dentro das instituições que legitimam conhecimentos, como é o caso das escolas e universidades; o não-acesso ao direito de crença, pode proporcionar a ausência de liberdade religiosa; o não-acesso à Saúde pode proporcionar a ausência de integridade e/ou liberdade física.

Outros fatos que devem ser levados em consideração são as opressões a que estão expostas as populações mais pobres, em especial as quilombolas, em razão de suas posses materiais e imateriais, e, também por sua possibilidade de autonomia sobre territórios. Um exemplo de opressão é o caso de um grileiro que, no ano de 2012, se apropriou de um percentual do território tradicional Mesquita, em Cidade Ocidental/GO. A terra foi vendida sem que a maioria dos membros da comunidade fosse consultada e dentro da área estava situado o cemitério de um dos troncos familiares da identidade Mesquita. Era o cemitério da linhagem Lisboa da Costa, onde eram enterrados todos os batizados com este sobrenome.

*O grileiro procurou Sinfrônio [Lisboa da Costa] porque ele era o patriarca da família e disse que não queria um cemitério ocupando a área dele. O homi deu um prazo e ameaçou derrubar as lápides com máquinas [tratores] se Sinfrônio mesmo não removeesse o cemitério. Ai Sinfrônio tinha 87 anos de idade. Eu ajudei Sinfrônio, não podia aceitar ver ele passar por tudo sozinho. Compramos uns madeirites e ele fez um monte de caixões pequenos, porque tinha gente que estava enterrada há muito tempo já, tava só os ossos. Depois ele teve que abrir o novo cemitério. Limpamo a mata, abrimos todas as covas e levamos os caixões pro primeiro cemitério. Sinfrônio desenterrou a mãe, o pai, os irmãos, primos... levamos os caixões pro cemitério novo numa tobata com carroceria. Era o único jeito, porque a distância era grande. A dor maior foi o caminho. Depois que ele viu tudo, depois que pegou com as próprias mãos os restos das pessoas que ele mais amava... Foi a hora que ele desabafou, disse que nunca tinha sido tão humilhado. Não bastava cada um ter morrido? Enterrar duas vezes... Enterramos um por um e identificamos cada túmulo... só nós dois. Uns dias depois ainda veio um povo de Luziânia, da Justiça, querendo saber sobre o cemitério. Mas não porque era absurdo o que aconteceu. Vieram dizendo que era crime desenterrar*

*peças. Eu ajudei ele explicar tudo. Eles voltaram depois com uns aparelhos para conferir se as pessoas foram enterradas mesmo. Aí orientaram e o novo cemitério dos Lisboa da Costa foi registrado. Dessa vez só Deus derruba!*

José Roberto Teixeira Braga, Kilombo Mesquita

Os cemitérios, além de uma necessidade social significaram uma importante conquista a muitas comunidades como o Mesquita. Conforme dito por Aldenis Lisboa da Costa — em depoimento anterior — em outra época os negros não tinham sequer o direito de enterrar seus mortos. A garantia desta dignidade e do direito de respeitar publicamente a ancestralidade foi quebrada no caso de Sinfrônio, com a determinação à retirada do cemitério de sua área tradicional. Isso, sem contar a agressão moral, psicológica e física sofrida por Sinfrônio e por todos os quilombolas por ele representados naquele momento.

Não raras, as imposições sob ameaças de morte também rondam as comunidades e no Kilombo Kalunga é gritante o nível de violência envolvendo principalmente mulheres e crianças, conforme apontou Joel Carvalho, militante de Direitos Humanos, consultor da Comissão e apoiador dos povos Kalunga no município de Cavalcante-GO:

*“Os matadores de mulheres permanecem lá, os estupradores de crianças permanecem lá. Temos a todo momento mais de 120 crianças estupradas. É tudo muito explícito, porque todos os dias essas meninas e também meninos, além de estuprados, têm que ver seus estupradores passando pelos seus caminhos. Para se ter ideia, uma das escolas locais, o Colégio Estadual Elias Jorge Cheim, leva o nome de um sujeito que estuprou 11 crianças.*

*Uma pesquisa do IPEA aponta que o território Kalunga tem em torno de 300 crianças em condições análogas à escravidão realizando serviços domésticos. Quando eu tava no rádio, há quase dois anos, todo dia eu recebia cartas de pessoas dizendo ‘Joel, conta. As lideranças quilombolas não contam porque têm medo, eles vão por um caminho e voltam por outro para não serem assassinadas’.*

*Sobre os casos, são feitos alguns registros<sup>15</sup>, só que não dá nada por que esse povo tem dinheiro e influência. Já o turismo sexual*

15 Tais registros têm como retorno ameaças de morte tanto ao Joel Carvalho, por seu esforço em buscar proteção às lideranças quilombolas, quanto às próprias lideranças e suas famílias. Anexo a este Relatório há Boletim de Ocorrência sobre uma ameaça recebida pelo ativista.

*em Cavalcante é feito por gente de embaixadas, gente branca, gente rica, pessoas com imunidade diplomática. É feito também, por pessoas de outras classes sociais, por todas as etnias, pessoas com muito poder político e econômico sustentadas em vários espaços de poder em Brasília. Isso, porque o território faz parte desse epicentro do país. É possível dizer que o que existe ainda é um modelo de escravidão violento, opressor e agora moderno. A luta pela promoção de igualdade racial, para se fazer justiça ao povo preto, é muito árdua. Hoje são 13 famílias quilombolas ameaçadas. Os ameaçadores andam com armas na cintura, para intimidar mesmo. Alguns, só pra citar, são da família Caiado. O que eu conto aqui não me contaram e eu não vi, eu vivencio.”*

Joel Carvalho, ativista de Direitos Humanos, apoiador das comunidades Kalunga

Em abril de 2015 um jornal local da Chapada dos Veadeiros, O Popular, veiculou depoimentos de mulheres Kalunga que cresceram como escravas sexuais e que têm crianças forçadas à mesma condição, em troca de possibilidades de educação e trabalho. À época, a repercussão do caso ganhou destaque em 29 mídias da imprensa nacional, governamental e alternativa, de acordo com a Secretaria de Comunicação da Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC).

*“Ele me mostrou um vídeo pornô e depois me levou para a cama dele.” O desabafo é de Amanda (nome fictício), uma calunga de 12 anos de idade, moradora de uma comunidade de descendentes de escravos quilombolas que se refugiaram em Cavalcante, no Nordeste de Goiás. Ela não é a única vítima.*

*O Conselho Tutelar registra, em média, por mês, cinco denúncias de abuso sexual infantil. A maioria das vítimas é calunga e, por causa de ameaças, vive sob a lei da mordaca. Até um vereador da cidade é suspeito de abusar de outra criança. O estupro de vulnerável é o crime mais comum na cidade, confirma o Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO).*

Almeida, Cleomar. “Livres da escravidão, escravas de abusos.”

O Popular [Cavalcante, GO]. Abril 2015.

<http://www.opopular.com.br/editorias/cidade/livres-da-escravid%C3%A3o-escravas-de-abusos-1.819807>

Diante do exposto o Governo Federal constituiu uma comissão da qual participaram representantes da própria FCP/MinC, da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), da então Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), com o objetivo de contribuir para a agilidade das apurações dos casos. Em visitas realizadas pela equipe, foram localizados pelo menos 30 processos de abusos sexuais a crianças e adolescentes. De acordo com a comunidade, a comitiva não retornou para tratar do assunto desde a aquietação da imprensa em meados do mesmo ano. A privação do direito ao próprio corpo é uma das facetas da escravização do povo negro no Brasil e um dos legados mais perversos do colonialismo.



Detalhe de rua tradicional da cidade de Arraias. Fonte: [www.arraias.to.gov.br](http://www.arraias.to.gov.br)



## 5. Arraias/Tocantins, o grande garimpo e os quilombos do entorno norte de Brasília

A história dos Quilombos situados em toda a região norte do entorno do Distrito Federal, em um raio de aproximadamente 300 Km a partir do centro de Brasília, começa com a organização social de uma cidade ainda mais distante (1736): Arraias, no Estado de Tocantins.

Foi em Arraias onde, naquele ano, se instalou um grande garimpo de ouro e prata delimitado pela chegada de grandes contingentes de escravizados em fuga, provenientes do Estado da Bahia. As primeiras habitações neste município foram construídas na Chapada dos Negros, local a três quilômetros da atual sede municipal que recebeu este nome devido à grande quantidade de negros na região àquela época. Estes, no início do garimpo, contabilizavam entre 10 e 30 mil, uma das maiores concentrações negras no interior do país.

De acordo com informações da Prefeitura Municipal de Arraias os Negros que, na sequência, passaram a compor a sociedade da Chapada dos Negros pertenciam a dois grandes grupos linguísticos africanos: sudaneses e banto, que no Brasil se deslocavam dos portos do Recôncavo Baiano (sudaneses) e do Rio de Janeiro (banto).

Localizado na Região Sudeste do Estado do Tocantins, Arraias se limita ao norte com os municípios tocaninenses Taipas do Tocantins, Conceição do Tocantins e Ponte Alta do Bom Jesus, a leste com Taguatinga, Aurora do Tocantins, Combinado e Novo Alegre — do mesmo estado —, a oeste com Paraná e ao sul com os municípios goianos de Campos Belos, Cavalcante e Monte Alegre.

Com a decadência do garimpo nos anos 1750 os povos negros se aquilombaram por esses municípios em torno de Arraias. Com a fixação das comunidades quilombolas nas citadas terras goianas, bem como em Teresina de Goiás, dá-se o início de uma trilha de comunidades

remanescentes que desceram o Mapa do Brasil até o ponto onde hoje está situada Brasília, a Capital Federal.

De acordo com a historiadora Eleuza Pereira, está nessas populações, constituídas a partir da fuga de pessoas escravizadas em Arraias, a origem de todas as demais sociedades quilombolas citadas neste relatório, situadas na parte superior do mapa deste recorte de estudo: Moinho/Alto Paraíso, Flores Velha/Flores de Goiás, Mesquita/Cidade Ocidental. Além destas, outras que não puderam ser visitadas pela equipe, dadas as limitações dos prazos e recursos para a pesquisa.

Antes de tratar detalhadamente de cada um dos Kilombos, é necessário se atentar para uma grave questão em torno de Arraias. O município ainda guarda verdadeiros monumentos históricos como os muros de pedras feitos por indivíduos negros escravizados e as casas coloniais com estilo português. Os muros foram construídos para dividir os territórios das fazendas em áreas habitáveis e de trabalho do garimpo (Ver imagem abaixo). Já as casas, possuem as iniciais dos patriarcas das famílias e os anos em que foram construídas.

Outras ruínas importantes da Chapada dos Negros, verdadeiro museu a céu aberto, são escombros de habitações, regos de captação de água, o portão e uma possível senzala, algumas passarelas e os alicerces de um cemitério. Além disso, a área também guarda um sítio arqueológico que contém vestígios da cultura indígena como urnas funerárias e cerâmicas.



**Muro de pedras construído por escravizados na Chapada dos Negros.**

Fonte: <http://ciclojornada.com.br/?p=149>

Essas riquezas materiais e imateriais vêm sendo ameaçadas. Arraias é hoje alvo da ação de grandes empresas de mineração que exploram o território sem qualquer impedimento, à revelia de debates mais amplos com a sociedade e de fiscalização pelo governo. Na região ainda existem concentrações de quilombolas, mas apenas duas comunidades são certificadas pelo Governo Federal, o Kilombo Kalunga do Mimoso e o Kilombo Lagoa da Pedra.

A partir desse histórico, duas informações importantes são: 1) diferente do que se divulga, o perfil étnico Kalunga não se restringe aos municípios Monte Alegre, Cavalcante e Teresina de Goiás; e, 2) A origem das comunidades Kalunga parece estar diretamente ligada ao Chapadão dos Negros, no município de Arraias em Tocantins.

Neste contexto, a Comissão reforça a necessidade de estudos interdisciplinares mais aprofundados das áreas para fins de Licenciamento Ambiental, de Certificação de Autodefinição Quilombola (quando o caso) e de tombamento da região da Chapada dos Negros como Patrimônio Histórico e Cultural pelos órgãos competentes do Governo Federal.

## 5.1 Kilombos Riachão e Diadema/Teresina de Goiás/Go



### 5.1.1 Histórico

As comunidades quilombolas Kalunga situadas nos municípios goianos de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás são remanescentes das grandes fazendas que se instalaram no período colonial na região onde hoje se encontra o município de Arraias, em Tocantins. Na sequência, os povos Kalunga desceram até as terras de Goiás, constituindo uma rota quilombola que passa por Campos Belos, Monte Alegre, Cavalcante, Teresina e Alto Paraíso, onde se divide em duas outras rotas: uma chegando ao município São João D'Aliança e outra à Flores de Goiás. Por este motivo é considerada a maior etnia quilombola do país.

As comunidades de Riachão e Diadema, componentes da etnia Kalunga, localizam-se no Município de Teresina de Goiás, mais precisamente a uma distância de cerca de 76 Km do núcleo urbano.

### 5.1.2 Perfil socioeconômico

A comunidade é composta por cerca de 300 famílias que, em uma área isolada do município de Teresina de Goiás, trabalham em cultura de subsistência. A distância de 76 Km com relação ao centro da cidade e a ausência de transportes públicos, bem como os raros transportes particulares, inviabilizam oportunidades de empregos obrigando a comunidade a depender de roçados de subsistência.

O solo árido impede o cultivo de alimentos diferentes do arroz, do feijão e do milho. Nos anos em que as chuvas são insuficientes, as famílias se sustentam apenas de recursos naturais do Cerrado como a gueroba, o jatobá e o cajuí. A carência nutricional interfere na saúde, especialmente de mulheres, crianças e idosos.

O pouco dinheiro que se ganha com o trabalho nas roças de fazendeiros da região é suficiente apenas para um precário complemento da alimentação e para os deslocamentos de emergência para as cidades, por exemplo, numa necessidade médica.

As famílias das comunidades Riachão e Diadema sobrevivem do que plantam e colhem, porém enfrentam as dificuldades de produzir em uma região onde as condições da terra são áridas, com baixíssima umidade, pouco férteis. O clima na região é marcado por duas estações bem definidas: a chuvosa, que vai de outubro a abril, e a seca, que vai de maio a setembro. Esses fatores interferem na produção, pois há o tempo certo para se plantar e se colher e se, se foge a esta regra, esgotam-se por tempo indeterminado as possibilidades de alimento para todo o ano.

As culturas plantadas por estas famílias são basicamente o arroz, o feijão e o milho. Para o plantio, dependem de um trator apropriado para arar a terra. Em todo o município de Teresina existe apenas um trator da prefeitura disponível para esse trabalho. O mesmo é agendado pelas comunidades rurais e, muitas vezes, chega tarde ou cedo demais aos territórios de Riachão e Diadema. Com o arado fora de época, quando se dá o momento do plantio, o solo já não está mais adequado para receber as mudas e sementes. Neste ano (2016) a seca foi particularmente violenta, prejudicando por completo a produção. Não existem roças nem alimentos. O Rio que divide os dois territórios secou absolutamente.

Boa parte das famílias das comunidades sobrevive a partir de cestas básicas encaminhadas pelo Governo Federal e com o auxílio do Programa Bolsa Família, mas com as alterações realizadas pelo presidente Michel Temer em programas de atendimento básico já esboçam preocupação com o futuro próximo.

### **5.1.3 Situação fundiária**

As terras do Riachão e de Diadema foram tituladas em 2014. Porém uma questão é preocupante: a falta de fiscalização e a dificuldade de acesso aos direitos fundamentais fizeram com que muitos dos grileiros desintrusados do local pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) retornassem à área se impondo como única possibilidade viável de sobrevivência dos quilombolas, prometendo empregos ou produções na meia, retomando as fazendas que outrora habitaram.

Em visita às famílias a CVN/SBB notou a descrença das pessoas nos órgãos públicos que sempre garantiram direitos a partir da titulação. O título alcançado, que representaria o fim de uma guerra a partir da abertura de um processo, tornou-se frustração diante de uma realidade dura que pode perdurar outras tantas décadas.

Muitas das terras férteis, coletivas de plantio da comunidade, foram apropriadas pelos grandes fazendeiros. Segundo os moradores, as áreas que sobraram foram proibidas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a quaisquer intervenções, por se tratar de áreas de preservação e manutenção do lençol freático.

## 5.1.4 Trabalho

O trabalho nos Kilombos de Riachão e Diadema está associado quase que exclusivamente às roças. Como atualmente não há solo e clima propícios à agricultura, não há empregos. Os homens na faixa etária produtiva, que têm outros serviços, precisam se deslocar muitos quilômetros para realizá-los na cidade. Das tantas mulheres, pouquíssimas são professoras por formação, em sua maioria desempregadas, por não terem boas relações com o partido em atuação na prefeitura. As mais velhas não têm perspectivas e assim como as crianças têm dificuldades de sonhar com realidades alternativas à que vivenciam cotidianamente.

## 5.1.5 Acesso a serviços públicos

As comunidades não têm acesso a saneamento básico, onde a maioria dos moradores ainda faz suas necessidades fisiológicas no mato. A água só chega nas casas por meio da instalação e bombeamento de poços artesianos, minas ou bicas. Só é possível ter acesso a atendimento médico de emergência nos municípios de Teresina de Goiás ou de Campos Belos, cortados pelas rodovias GO-118 e GO-241. Os acompanhamentos médicos por especialidades são realizados apenas em Brasília.

Riachão e Diadema chegaram a ser incluídos no Programa Mais Médicos, criado em 2013 para aumentar o número de médicos no interior do país. Porém, segundo os próprios quilombolas o município não disponibiliza mais ambulâncias e, por dificuldades orçamentárias, deixou de custear a visita das duas únicas profissionais médicas. Por esse motivo, esse tipo de atendimento foi totalmente suspenso na comunidade. Apenas uma vez por ano, as famílias são atendidas nas especialidades de dentista e ginecologista por meio de campanhas.

O cenário da educação dentro das comunidades também é assustador: o índice de analfabetismo entre adultos é altíssimo; só é possível ter acesso à escola crianças que estejam matriculadas do jardim à quinta série do Ensino Fundamental; o ingresso à escola pública de Ensino Médio é realizado através de uma viagem de ônibus que dura, em média, 12 horas diárias, e transporta aproximadamente 90 crianças juntamente com 12 funcionários do estado, determinando perigo por superlotação e comprometendo o rendimento escolar. As professoras contratadas pela prefeitura ganham apenas um salário mínimo para se deslocar mais de 70Km nas mesmas condições e ministrar quatro matérias por turma, cada uma.

O cardápio da merenda escolar é inadequado à realidade das crianças, sendo praticamente suprido à base de arroz com linguiça, quando se poderia investir na produção local, empregando, por exemplo, pescadoras e pescadores, e plantadoras e plantadores, valorizando as pessoas e a variedade produtiva da região.

No que diz respeito à educação em Nível Superior, a comunidade informou que o benefício Programa de Bolsa Permanência (PBP) do Governo Federal, que tem como finalidade garantir a manutenção de graduandos em vulnerabilidade social na universidade até o fim do curso, foi cortado com a chegada de Michel Temer à presidência da República. Antes dele já estava difícil, pois, para que o benefício fosse alcançado pelos estudantes do quilombo era necessário aguardar em torno de seis meses e, quando se conseguia a bolsa, esta só era garantida por um ano e nove meses. Já depois da mudança de gestão, os quilombolas se viram sem perspectivas: das 24 bolsas alcançadas pela comunidade 10 foram imediatamente cortadas e com o aumento das dificuldades para o seu alcance, apenas 10 dos 22 Kalunga aprovados no último processo seletivo se matricularam.

### **5.1.6 Violações de direitos vivenciados pela comunidade**

Uma situação que merece atenção especial e urgente do Governo Federal e municipal é a vulnerabilidade social das crianças destas comunidades, totalmente expostas à prática de violência sexual marcada pela passagem abrupta da infância para a vida adulta por meio do incentivo e da exposição a conteúdos pornográficos, a carência de vínculos afetivos com a identidade e cultura quilombola, à integração ao consumo precoce de drogas lícitas (álcool e cigarro), à falta de acesso à educação profissionalizante, saúde e alimentação adequados para seu desenvolvimento social, físico e cognitivo.

São constantes os registros referentes à problemas de saúde que impactam na capacidade de aprendizagem das crianças. Mães e professoras destacam a necessidade de se fazer exames para o diagnóstico de Anemia Falciforme e da disponibilização de profissionais de saúde em áreas como Psicologia, Neurologia, Fonoaudiologia e Psicopedagogia.

Os partos ainda são orientados pelos conselhos de parteiras, já que as grávidas não têm acesso à pré-natal, assim como a nenhum tipo de orientação quanto às doenças sexualmente transmissíveis. Se a família dispuser de transporte próprio e só nessa circunstância, a grávida poderá ter seu filho em uma unidade hospitalar na cidade.

Apesar da experiência adquirida diretamente das ciências de suas ancestrais, hoje essas parteiras demonstram medo de tomar decisões nos momentos críticos. É o caso de Lourença Fernandes, 87 anos, que ajudou a muitas mulheres a dar à luz. De acordo com ela, todas as crianças das quais foi parteira nasceram saudáveis, mas um caso a traumatizou:

*Veio um povo da medicina dar um curso aqui pra nós. Entregaram um livro e disseram até onde a gente podia ajudar as grávidas e depois mandar pro hospital. Disseram que se a gente não fizesse do jeito que ensinaram, a gente taria cometendo crime. Daí teve uma moça que a criança não queria nascer. Eu sabia o que fazer, mas não fiz com medo de ser crime. Aqui não tem ambulância e ela sofreu muitas horas, e nós sofremo com ela. Quando conseguiram carro levaram pro hospital. Longe... depois voltou só a notícia. Não salvaram a mãe, nem o nenê.*

Lourença Fernandes

Em Diadema não existe ambulância e um carro comum é totalmente incoerente à uma emergência como a citada. O caso fez Lourença sentir culpa por muitos anos. Ela, que nunca tinha “perdido” a vida de uma criança, deixou de salvar mãe e filho por uma imposição do Estado. Desde então, apenas orienta outras moças para estas auxiliem mulheres nos primeiros meses de gestação.

A disputa da legitimidade dos conhecimentos dos brancos em detrimento do silenciamento e encobrimento dos conhecimentos de outros povos é parte do epistemicídio engendrado pelos colonizadores.

## 5.1.7 Outros problemas sociais

Há uma enorme dificuldade de deslocamento por parte dos quilombolas. Além da distância do centro do município (76Km) a ponte sobre o rio que atravessa a comunidade foi destruída por uma tromba d'água há cerca de um ano. Para entrar ou sair do trecho em questão é necessário passar pelo rio. Neste ano a seca permitiu a acessibilidade ainda que inadequada, porém com a cheia do rio a previsão é de que parte das famílias fiquem isoladas — sem acesso à escola, à saúde, à cidade. Um retorno da prefeitura de Teresina foi o de que obras já foram iniciadas para a construção da nova ponte, mas em visita realizada no mês de março de 2017 a Comissão apurou que ainda não há sinais de intervenções e que a situação da comunidade é exatamente a mesma de um ano atrás.

Quanto a infância, as crianças da comunidade raramente têm brinquedos. As brincadeiras se dão com o que existe no espaço físico, por exemplo, as árvores onde sobem e se escondem para dar sustos nas pessoas. Muitas começam cedo a ajudar aos pais nas roças, nos plantios e nas colheitas.

A etnia Kalunga está dividida em pelo menos quatro municípios na região Norte de Goiás e em Tocantins e é constituída por diversas comunidades, algumas dessas ainda não são certificadas. Uma que chama a atenção é o Povoado de Abobreira que cumpre com todos os quesitos estabelecidos pelo Decreto 4887/2003<sup>16</sup> e necessita de orientação e apoio técnico para dar entrada no processo de Autodefinição junto à Fundação Cultural Palmares. O mesmo ocorre com as comunidades Ema e Limoeiro.

De acordo com seus representantes o principal problema nesses povoados ainda em fase de identificação estão relacionados à saúde e à dificuldade de acesso aos direitos fundamentais. Somente em Abobreira, oito pessoas foram diagnosticadas com câncer nos últimos anos e a comunidade atribui isso a efeitos de produtos químicos lançados na água por empresas de mineração. No mesmo interim foi ressaltada a necessidade de valorização dos raizeiros e parteiras que, na ausência do Estado, muito fizeram para tratar e garantir a saúde da população local.

Em reunião com a CVN/SBB, na devolutiva ocorrida em 2017 às comunidades Riachão e Diadema, os representantes de Abobreira, Ema e Limoeiro informaram que a Secretária de Saúde do Município entregou o cargo para não ser conivente com o desvio de verbas do Programa Mais Médicos, completando ainda que as duas cubanas que as atendiam foram embora.

16 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1998.

### 5.1.8 Potencialidades e desafios

As comunidades Kalunga são das pouquíssimas do Brasil com alto número de universitários em formação, graduados e até mestres nas áreas de Educação, Agronomia e Saúde. Porém, a maioria dessas pessoas estão desempregadas devido à ausência de mercado de trabalho e/ou de vagas nas pouquíssimas possibilidades de empregos existentes. Nesse contexto, a Comissão coloca como desafio aos gestores a iniciativa de investimento em novas áreas que venham a desenvolver os municípios social e economicamente, atendendo às demandas da população.

A visita da Comissão proporcionou ainda, alguns momentos de reflexão sobre novas possibilidades. Sugestões ao desenvolvimento das comunidades se deram em relação a alguns valores detectados. Por exemplo, na região é muito característico o potencial do Cajuzinho do Cerrado ou Cajuí. Por se tratar de uma planta nativa os quilombolas talvez nunca tenham pensado na possibilidade de investimento na roça deste fruto. De acordo com a Comissão, há grandes chances de dar certo a produção em grande escala e posteriormente em uma cooperativa de beneficiamento do Cajuí, assim como de outros frutos do Cerrado – Guariroba ou Gueroba, Jatobá e Mangaba. O custo destes frutos e de produtos dos quais são base é alto nas capitais do país e podem se tornar uma importante fonte de renda às duas comunidades.

Em relação às mulheres, em uma das casas visitadas havia um tear. Questionada sobre a produção de tecidos com o instrumento, a dona informou que o trabalho exige muito e que o tempo de confecção de uma peça pequena é muito extenso, o que torna inviável a produção em média e grande escala. Uma senhora de outra família comentou seu interesse em trabalhar com uma máquina de costura. Outras se identificaram com a ideia de desenvolver peças artesanais a partir da costura. A conclusão da Comissão a respeito dessa questão é de que com a doação de algumas peças de máquinas de costura, materiais e uma oficina essas mulheres podem mudar sua perspectiva com a abertura de uma pequena cooperativa de artesanato.

## 5.2 Kilombo Moinho/Alto Paraíso de Goiás/Go



Rodas de conversas no Kilombo Moinho

### 5.2.1 Histórico

O Kilombo Moinho foi formado a partir de famílias advindas dos Kalunga, mais precisamente do Vão de Almas, além de algumas famílias que vieram da Bahia, andando desde o município de Barreiras. Este trajeto corresponde a algo em torno de 512 Km, o que, para ser concluído, resultou numa viagem de quatro meses.

A decisão da maioria das pessoas mais velhas de escolher essa região para se estabelecerem constituindo o Kilombo Moinho aconteceu porque, ao longo da cansativa viagem desde a Bahia, alguns quilombolas perderam no caminho esposas, maridos, filhas e filhos, optando assim por abandonar a meta de chegar a Mato Grosso.

Vieram cerca de 2 famílias do Kilombo Vão de Almas e de Barreiras e quando chegaram à região que viria a compor a área do Kilombo Moinho, verificaram que havia poucos habitantes. Os entrevistados não souberam informar se havia população branca já instalada, mas relataram a existência de indígenas, sem saber especificar suas nações.

O surgimento do Kilombo Moinho se deu por meio de doação, de posse e de ocupação. Os entrevistados da comunidade, não souberam informar qual era extensão original da área ocupada. Na sua configuração atual, a distância entre a comunidade e a sede de Alto Paraíso é de, aproximadamente, 15 Km.

De acordo com relatos, a escravidão na comunidade continuou por muito tempo após a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea. O quilombo era um território

de pessoas livres, que, porém, muitas vezes eram capturadas por jagunços e levadas para trabalhar forçadamente nas fazendas dos coronéis das redondezas. Segundo os depoimentos colhidos, essa situação durou até 1960. A comunidade só conseguiu sair desse processo de escravidão porque o tempo foi passando, os coronéis morrendo e os quilombolas começaram a prover o próprio sustento, produzindo arroz, milho, mandioca, feijão e trigo.

Segundo o que consta no processo de Certificação da Fundação Palmares, o quilombola Sr. Antônio Neres Santiago, nascido no ano de 1930, no Kilombo Moinho e ali criado, conta que sua avó, Marçalina Almeida Campos, uma das matriarcas da comunidade, chegou a vivenciar a época da escravidão. Tendo ela falecido com a idade de 115 anos, Marçalina contava sobre as pessoas que foram marcadas a ferro quente na pele, como animais.

A comunidade se chama “Moinho” porque havia uma enorme plantaçao de trigo, para a qual se construiu uma moenda que ficava no fundo da casa do patriarca Domingos Luiz Gomes, onde se limpava também o arroz, o café e o milho. Por isso, as pessoas do local eram chamadas pelos brancos da seguinte forma: “*olha o muim*”. Hoje, do velho moinho que dá nome à comunidade, só existe a pedra.

Atualmente a comunidade pertence ao Município de Alto Paraíso de Goiás. Sempre foi um lugar tranquilo, mas a notícia da certificação começou a trazer incômodos aos não-quilombolas e, conseqüentemente, medo de represálias à comunidade.

## **5.2.2 Perfil socioeconômico**

Atualmente o Kilombo Moinho é formado por, aproximadamente, 40 famílias, sendo os principais sobrenomes: Marcos ou Marques, Leite de Moraes, Moura, Xavier, Almeida e Borges. O homem mais velho é o patriarca Antônio Neres Santiago, com 86 anos.

## **5.2.3 Situação fundiária**

O processo de certificação começou por iniciativa da Vereadora Helena Luiz Gomes, filha do Patriarca Domingos Luiz Gomes que foi orientada pela Superintendente de Promoção da Igualdade Racial do Governo de Goiás (Supir/GO), Marta Ivone de Oliveira Ferreira.

O Kilombo Moinho foi certificado pela Fundação Cultural Palmares, há menos de um ano, através da Portaria nº 201, publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 30 de dezembro de 2015, registrada no livro de Cadastro Geral nº 017, Registro nº 2.240, fl. 060, Processo nº 0.142.013360/2014-05.

Por causa da certificação recente, a comunidade vem buscando informações sobre seus direitos fundamentais previstos na legislação brasileira, resgatando sua história e fortalecendo a sua identidade quilombola.

Sobre a identidade quilombola Euilcio Leite de Moraes afirmou:

*(...) O saber não ocupa lugar, nós só seremos capacitados quando nós conhecermos nossos direitos... Para que as pessoas possam estar aprendendo a andar, a buscar sua identidade, seus direitos.*

*[...] A gente quer continuar essa luta com capacitação, muitas vezes tem negro que esquece sua identidade, quer até ser branco, já acha que está diferente, em outros lugares a pessoa já não quer ser negro, esquece a sua identidade, não adianta quando você sofre acidente, você é identificado até pela arcada dentária.*

*Nós temos identidade, precisamos correr atrás disso. Às vezes a pessoa tem esse complexo de inferioridade por ser negro, por a gente não capacitar...*

*Então se nós formos capacitados chegamos com mais força, quando você chega e diz que é doutor, é diferenciado.*

*Nossa associação é muita boa... Os dirigentes aqui Lucas e o Noabio que são pessoas capacitadas, estudantes, eles estão aprendendo.. socar o milho, furar o pilão, como dizia os escravos. Vai com calma, você chega lá.*

Atualmente, o Kilombo Moinho espera a delimitação, demarcação e titulação de suas terras. Com a passagem do tempo o Kilombo sofreu com a invasão e a perda de parte de seu território, hoje são ocupadas por pessoas não pertencentes à sua identidade étnica. Inclusive, áreas que englobam rios e cachoeiras foram privatizadas, de modo que os quilombolas não têm mais acesso e/ou quando têm, é por algum tipo de acordo.

## 5.2.4 Trabalho / autonomia econômica da comunidade

Os mais velhos contavam que o trabalho que exerciam era na plantação “*de meia*” de milho, feijão, arroz e abrindo “*rego*”, canalização da água para lavar o ouro do garimpo, no Rio São Bartolomeu e na Cachoeira Anjos e Arcanjos que estão no território do Kilombo Moinho.

O trabalho no Kilombo Moinho está associado às roças e, entre os homens, as principais ocupações são de pedreiros. Algumas famílias recebem benefícios sociais. Muitos dos jovens acima dos 20 anos, especialmente os homens, não tiveram a oportunidade de concluir os estudos. Precisaram trabalhar cedo para contribuir no sustento de suas famílias. A maioria estudou apenas até a 3ª série. Porém, há um trabalho muito sério em relação ao estímulo de crianças e adolescentes para que sigam, se formem e tenham acesso a bons empregos no mercado de trabalho no futuro.

Em relação à alimentação, a comunidade sobrevive da agricultura familiar, plantando frutas, verduras, legumes e criando animais de pequeno porte. Os alimentos que não são produzidos internamente, bem como os animais que não são criados na comunidade são comprados em pequenos mercados no Kilombo Moinho ou em Alto Paraíso.

Os entrevistados afirmaram desconhecer a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária e as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.

## 5.2.5 Acesso a serviços públicos

A primeira escola foi criada em terras do fazendeiro Hermínio Bernardo Rabelo, onde as matriarcas e patriarcas começaram a estudar com idades entre 12 e 13 anos com os professores Maria Alves de Oliveira e Diolino Maduro.

Na roda de conversa da comunidade com a Comissão, os mais velhos contaram que abandonaram os estudos cedo para trabalhar na roça de onde andavam vários quilômetros até retornar ao local trazendo as colheitas de arroz, mandioca e milho. A maioria estudou na escola da própria comunidade. Grande parte deles não terminaram os estudos, são trabalhadores rurais, mas a comunidade conta com alguns servidores públicos.

É importante ressaltar que os mais velhos e seus pais tiveram uma vida difícil, cansativa, explorada por fazendeiros, muitos trabalharam até em troca de um pouco de comida, para não passar fome. Eles afirmaram que se orgulham muito da batalha de seus pais em proporcionar uma vida digna a eles, um verdadeiro exemplo de vida.

Hoje, o Moinho possui uma escola que funciona oferecendo os anos iniciais do Ensino Fundamental com turmas multisseriadas que vai do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Possui biblioteca que atualmente está fechada, pois seus livros não condizem com a realidade da comunidade. A Escola Municipal Povoado Moinho tem um espaço adequado, mas mal utilizado, e ainda não é reconhecida como escola quilombola pelo Ministério da Educação (MEC). Por conta do baixo número de crianças, a prefeitura local tem planos de fechá-la. O argumento é o de que custa caro manter uma única professora para atender a tão poucas crianças.

A partir do 6º ano do Ensino Fundamental, as crianças da comunidade tem que estudar no município de Alto Paraíso, em uma escola com três turmas na mesma sala. Para isso, as crianças utilizam atualmente um ônibus escolar precário (com péssimas condições de manutenção, sem cintos de segurança e sem qualquer respeito à acessibilidade), disponibilizado pela prefeitura. Não existe o transporte escolar do Programa Caminhos da Escola, do Ministério da Educação.

A comunidade conta ainda com um Posto de Saúde todo reformado e com equipamentos novos, mas que são pouco utilizados pelos quilombolas. À época da primeira visita da Comissão à comunidade, os relatos foram de que a prefeitura de Alto Paraíso não disponibilizava médicos e enfermeiros com a frequência necessária ao atendimento das necessidades da população. Há mais de seis meses médico algum visitara o Moinho. A visita da Comissão chamou a atenção no município e em sua segunda visita, um semestre depois, o cenário relatado foi outro: um médico passou a atender no posto com a frequência de uma vez por mês.

Com essa ausência de médicos, todo o cuidado referente à saúde dos quilombolas fica por conta da parteira e raizeira Florentina Pereira Santos, mas conhecida como dona Flor. Aos 18 anos ela aprendeu a fazer partos auxiliando a própria mãe, que teve um parto de alto risco. Desde então começou a ser chamada para os serviços de parteira. Dona Flor fez os próprios partos, de cada um de seus 18 filhos, adotando ainda outras 27 crianças e fez pelo menos 315 partos na comunidade. Como raizeira, detém vasto conhecimento sobre as ervas curativas que se encontram no Cerrado e atende a todos os que necessitam. Apesar de

protestante, é responsável pela organização do templo católico da comunidade, uma prova viva de que no Moinho não existe intolerância religiosa, mas respeito à liberdade de crença.

As crianças quando nascem são registradas em Alto Paraíso e as pessoas que morrem são enterradas no Cemitério do Kilombo.

Em relação à moradia, observamos casas com construções de arquitetura tradicional, de arquitetura antiga e de arquitetura moderna. Já no que tange ao transporte, este geralmente é feito a pé, a cavalo, em carroças, em carros particulares.

No que tange ao lazer, as pessoas mais velhas relataram que, quando crianças, adolescentes e jovens, se divertiam com brincadeiras de roda, cavalo de pau, gangorra, futebol na poeira e/ou na lama, polícia e ladrão, ciranda, bicicleta, felizes na frente da Escola Quilombola, isto quando não levavam as crianças, os adolescentes e os jovens para a roça, as pessoas mais velhas se divertiam dividindo as atividades e os papéis entre elas na organização, preparação e realização da Festa de São Sebastião. Em relação à cultura, relataram que a manifestação cultural de raiz africana que era praticada no Kilombo Moinho era a catira mas parou na medida que foram se convertendo ao protestantismo.

Quanto à religiosidade, os quilombolas relataram que as religiões de matriz africana tentaram se inserir no Kilombo Moinho, mas não conseguiram dada a grande influência do catolicismo. O Padre vinha uma vez por ano para realizar os ofícios sacerdotais, a Igreja Adventista chegou em 1945, a Igreja Presbiteriana chegou em 1950, a maioria das e dos quilombolas se converteu ao protestantismo e hoje, 65% são protestantes da Comunidade Evangélica Projeto de Deus (CEPRODEUS).

Apenas os membros da Diretoria da Associação Quilombola do Kilombo Moinho tinham informação sobre a verba a mais que a Prefeitura de Alto Paraíso recebe pelo fato de ter em seu território o Kilombo Moinho, contudo, informaram desconhecer o valor da verba, quando ela chega e em que está sendo empregada.

## **5.2.6 Violações de direitos vivenciados pela comunidade**

Com a invasão de suas terras, os quilombolas não têm mais acesso a áreas que englobam rios e cachoeiras, uma vez que foram privatizadas.

Atualmente a escola quilombola existente na comunidade corre o risco de fechar e o ônibus escolar que leva as crianças até Alto Paraíso é extremamente precário, trazendo risco para as crianças.

## 5.2.7 Outros problemas sociais

Na reunião com os jovens foram realizadas enquetes para que se pudesse diagnosticar o grau de seu conhecimento sobre seus direitos no que se refere, sobretudo, à educação. Foram dadas orientações e por fim focou-se em suas ambições pessoais. A maioria sonha em se formar na área de Humanas, embora percebam a existência de alguns obstáculos, sobretudo aqueles postos pelas próprias instituições de ensino universitário. De fato, os poucos cursos direcionados pelas universidades — que estas apresentam como mais adequados “*ao perfil quilombola*” — são cursos de licenciatura em áreas que muitas vezes não atendem aos interesses daqueles jovens. Isso resultou em forte desestímulo na luta pela formação em nível superior. Foi praticamente um “para quê estudar, para ser o que não gosto ou não quero ser?”.

Ou seja, se o direito à educação é limitado por imposições dos meios educacionais, os quilombolas não veem sentido em estudar algo que não vai lhes favorecer. Deste modo, todo o esforço em estimular as crianças e adolescentes vai perdendo força quando estes chegam às séries mais avançadas.

Por fim, foi notado que a maior demanda da comunidade é por informação e orientação a caminhos que os levem a resultados concretos.

## 5.2.8 Potencialidades e desafios

Dentro da área ancestral do kilombo estão as cachoeiras Anjos, Arcanjos e Virtudes, herança jacente do Parque Solarium que está sob posse da família russa Andreas. As cachoeiras também são importantes à geração de emprego e renda da comunidade uma vez que o desenvolvimento sustentável e os potenciais ecológicos são fatores determinantes à sobrevivência dessas famílias.

A Estrada Cavaleira, que dá acesso à comunidade é precária, sendo de barro solto misturado a uma espécie de cascalho e com pedras afiadas em alguns trechos, o que torna a viagem mais cansativa e muito insegura, arriscada nos períodos de chuva. É uma demanda do kilombo a sua reativação pois, a mesma passa por Japecanga, Galheiros, Fazenda Prata, atravessa a GO 110, desce a Serra do Santana e chega a Cavalcante. O trajeto é importante ao incremento ao turismo.

## 5.3 Kilombo Flores Velha/Flores de Goiás/Go



Casa antiga no Kilombo Flores Velha

### 5.3.1 Histórico

O Kilombo Flores Velha, em Flores de Goiás, é possivelmente um dos primeiros do Brasil. Sua criação se deu anteriormente ao ano de 1623. A população quilombola, segundo a tradição oral, se formou pela confluência de escravizados fugidos da Bahia e de Minas Gerais e de indígenas originários do local. As narrativas dos quilombolas indicam ainda outros momentos da chegada de pretos à região. Cruzam histórias de chegadas de negros/as em situação de fuga, bem como em situação de liberdade e riqueza.

O nome “Flores” é devido à existência, em grande quantidade na região, de uma flor chamada “*Cebolinha do Campo*”, a qual floresce após as chuvas de setembro e outubro. A visita da Comissão à comunidade se deu justamente na época de seu florescimento, o que, de fato, causa um espetáculo peculiar.

Os entrevistados da comunidade contaram que, inicialmente, os primeiros negros que chegaram à região habitavam na margem oposta do Rio Paranã, área chamada de Conceição. Em 1653 o bandeirante Manoel Rodrigues Tomar instalou-se no mesmo local, fundando oficialmente o povoado. Segundo narrativas populares, o bandeirante teria recapturado quilombolas que passaram a compor também o grupo de seu domínio. A narrativa oficial afirma a existência de registro paroquial que confirma a chegada de Tomar na região (GOIÁS, 2016).

Traços históricos são encontrados em diversas partes de Flores de Goiás, como por exemplo, o atual cemitério, construído sobre antigas ruínas de um casarão que, de acordo com as narrativas orais, constituíam uma habitação tradicional. Portanto, partes do casarão seriam de uma senzala. As ruínas atualmente são bem visíveis, pois se tratam de grandes pedras enterradas no chão, que, no passado, teriam sido as bases da construção. Estas demarcam um quadrado no cemitério e de acordo com as pessoas entrevistadas, estas bases simbolizavam obstáculos para que aqueles em situação de escravidão não conseguissem cavar o chão e escapar. Causou espécie a reflexão acerca do antigo espaço de enclausuramento de pessoas hoje ter se tornado um cemitério.

É válido destacar que os membros da comissão chegaram à comunidade de Flores num dia de intenso calor e quase inexistência de vento. Quando a equipe adentrou ao cemitério, entretanto, foi surpreendida por um redemoinho que começou a se formar bem no centro do quadrado da antiga senzala. As folhas das árvores do cemitério foram suspensas e todas subiram, como que em uma dança, a uma altura de cerca de oito ou dez metros. Os membros da comissão ficaram muito tocados pelo ocorrido, conforme depoimento deles próprios:

*“Nossa equipe ficou muito impressionada, com alguns/mas integrantes arrepiadas/os e emocionadas/os. Para todas/os nós ficou a grande impressão que se tratava de uma espécie de boas vindas das/os nossas/os ancestrais. Nas epistemologias afro-brasileiras de nação Keto e Angola, o vento é domínio da orixá Iansã e Mbambulucema e são energias ligadas à luta, justiça e comunicação com os mortos.”*

Outro ponto histórico de destaque é a igreja dedicada à Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, prédio construído em 1770 pelos escravizados com doações de senhoras ricas (brancas e negras), as quais doaram também uma fazenda à Santa. Neste caso, as narrativas disputam espaços no que diz respeito ao fato de terem sido apenas três irmãs negras ricas da região as doadoras. Apenas uma pessoa citou a possibilidade de ter tido participação também de uma senhora branca.

A prática da devoção a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no século XX, com a chegada de brancos à região, passou a gerar a segregação, havendo assim uma festa dos brancos (em julho), numa segunda igreja construída e chamada de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos e outra dos negros (em outubro). Outubro é o mês das grandes cheias do Rio Paranã, momento em que pode

ficar perigoso acessar as margens dos rios. Segundo narrativas dos/as moradores/as a festa dos pretos teria sido transferida para outubro exatamente pelo fato de ser um período considerado mais perigoso. Acentuaram também que a chamada festa dos brancos é a que recebe mais investimentos públicos e a que efetivamente ganhou uma marca e força turística.

A territorialidade da cidade é intrigante exatamente porque Flores de Goiás é uma cidade que teria sido emancipada por um quilombola. O primeiro prefeito da cidade, um homem negro quilombola, teria feito ele mesmo o desenho de um centro que se pretendia urbano num território ao lado do que hoje se chama de “Flores Velhas”, isto é, a parte velha da cidade. O centro da cidade, considerado a “*parte nova da cidade*”, é, portanto, resultado da divisão da praça e de lotes comerciais e residenciais projetado pelo referido quilombola, que teria vendido estes lotes, redesenhado a cidade e, finalmente a emancipado.

Há inúmeras narrativas de linhagens de pretos ricos que teriam chegado à região no século XIX, vindos da Bahia e de Minas, com “*os lombos dos burros carregados de ouro*”. O que explica a complexa formação do Kilombo que se fez cidade. Assim, ricas famílias negras teriam se instalado na região. Na conversa com antigos/as moradores surgiram narrativas de uma época ainda marcada por riqueza dos negros na região, embora também houvesse os negros pobres. Parte expressiva das famílias negras que tinham as posses hoje estão pobres e rememoram um tempo da primeira metade do século XX como uma época de opulência. Uma das entrevistadas, com mais de noventa anos, relatou que não entendia porque os pais tinham dinheiro, que poderia bancar a educação dos/as filhos/as, mas que não o fizeram. Percebe-se assim a perversidade do racismo. Mesmo se tratando de famílias aparentemente abastadas, estas ficaram paralisadas, fenômeno provavelmente ligado ao racismo institucional e à lógica da vigilância dos lugares demarcados da sociedade colonizada, que indicava que a escola e os estudos não seriam para os negros.

Na parte antiga de Flores, junto à praça da igreja histórica, local onde se encontra o prédio da prefeitura, a narrativa popular afirma que havia um pé de laranjeira onde eram presas as pessoas que praticavam algum tipo de crime, sendo elas em sua maioria, negras.

Quanto ao processo de oficialização do Kilombo trata-se de algo recente, uma vez que a certificação se deu apenas em 2014, não dispondo ainda do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

### 5.3.2 Perfil socioeconômico

A comunidade é composta por 9.000 habitantes e a cultura quilombola é evidenciada pela existência de elementos culturais de origem africana na manifestação da religiosidade, notadamente nas festas religiosas ligadas à Igreja Católica. É o caso da festa de Nossa Senhora do Rosário, quase sempre comemorada em dois momentos: primeiro a festa religiosa na igreja e depois a comemoração social por meio do canto e da dança, em geral no gênero “batuque”.

Segundo a tradição oral essas danças ocorriam com frequência e consistiam no momento alto da diversão popular. Atualmente percebe-se nas lideranças e ao menos em boa parte da população o interesse em resgatar e fortalecer essas manifestações, demonstrando inclusive, grande proximidade com a cultura kalunga, como por exemplo, na utilização de canções encontradas na execução da dança “*Sussa*”. Note-se que o rio que corta a comunidade quilombola é o Paranã que também atravessa os territórios das comunidades Kalunga, o que sugere que possivelmente as comunidades quilombolas mantiveram, desde o período colonial, contatos por meio do rio.

Um momento de destaque pela expressividade e ineditismo para a comunidade local foi a realização da missa afro na igreja histórica ocorrida no dia 07 de outubro de 2016. Um sacerdote, Pe. “*Preguinho*”, foi convidado especialmente para sua celebração. Ele, vindo de Arinos, Minas Gerais, realizou uma cerimônia marcada por gestos africanos e uma pregação bem afinada com a história e cultura dos afrodescendentes.

A capoeira também está presente na vida cultural de Flores, se bem que na forma de iniciativa individual. Há um professor de capoeira que, mesmo sem contar com apoio governamental tem levado adiante um projeto com um expressivo número de alunos da cidade de Flores de Goiás e dos assentamentos. Entretanto, professor, alunas e alunos reclamam o fato de a cidade não oferecer qualquer estrutura para que as aulas de capoeira entre outras possíveis possam acontecer. As escolas não permitem o uso do espaço, o que levou o professor a alugar um espaço, pago por meio das simbólicas contribuições dos alunos.

A vida cultural do Kilombo em questão é expressiva se considerar também as ações individuais de muitas personalidades locais. No curto espaço de tempo em que durou a visita da Comissão foi possível apreciar diversas ações culturais: cantoria, roda de batuque, apresentação de capoeira, entrevista com escritora, entre outras.

### 5.3.3 Situação fundiária

Em matéria de questão fundiária, Flores Velha não foge à situação da maioria dos quilombos visitados pela Comissão. Muitos quilombolas já perderam suas terras, vítimas de ações de grileiros, um deles conhecido e nomeado como Jonas Paulista. Uma entrevistada narra a ostensiva ação do referido personagem, quando inclusive seu marido seria um dos prejudicados não fosse sua negativa ao ser consultada da transação em curso.

Segundo informa a entrevistada, o grileiro induzia o cliente a assinar em uma folha em branco e assim conceder plenos poderes sobre a propriedade negociada. A dimensão criminosa era tamanha que o malfeitor já havia providenciado um atestado declarando a morte do esposo da entrevistada, ou seja, o atual dono da propriedade. Segundo narra a declarante, muitos quilombolas foram vítimas de ações semelhantes.

Um caso particular refere-se à Fazenda de Nossa Senhora do Rosário. Segundo alguns quilombolas entrevistados, as doadoras da fazenda à Nossa do Rosário tinham por intenção, à época, deixar que a propriedade ficasse destinada aos negros. Todavia, não foi o que aconteceu. Aparentemente, a fazenda virou patrimônio da paróquia local que, tempos depois, teria efetuado sua venda, em uma operação que envolveria o prefeito, o padre e o conselho paroquial. Os quilombolas reivindicam a revisão dessa operação de venda, bem como a posse da fazenda, considerando que se trata de uma propriedade histórica e que deve ser colocada à disposição dos descendentes africanos, assegurando-se assim a vocação coletiva da terra.

O problema fundiário em Flores, todavia, não se resume à Fazenda Nossa Senhora do Rosário. O processo de demarcação do território como um todo precisa ser reavaliado, inclusive no que tange à área que compõe o antigo núcleo denominado Conceição, à margem oposta do Rio Paranã, que deve ser incluída na demarcação por se tratar de um espaço de fundamental importância para a história local.

Da mesma forma, foi identificada a presença de grandes fazendeiros não quilombolas na área. Estes se dedicam à agricultura e pecuária, destacando a produção irrigada de arroz em grandes dimensões. São terras que no passado serviram para o cultivo de alimentos destinados ao sustento dos quilombolas. Por sua grande dimensão essa área poderia ser de grande utilidade na alocação dos quilombolas, que no momento não dispõem de terras.

O território quilombola foi palco de instalação de diversos acampamentos da reforma agrária. A comunidade afirma que muitos dos assentados não são quilombolas, fato que reduziria a área de sua posse. Por exemplo, as terras de Zeca Preto, importante

personagem de Flores, foram invadidas e tomadas por grileiros e posteriormente consideradas devolutas pelo Incra, atendendo aos assentados. Nos assentamentos há carências como de moradia, saneamento básico, escolas e saúde.

Mesmo que não se trate da remoção desses acampamentos, faz-se necessário que eles sejam incluídos dentro do projeto quilombola, a fim de que haja uma maior potencialização de políticas estruturantes. Hoje, a região de Flores de Goiás é uma das maiores produtoras de arroz no Brasil. Os investimentos são de agricultores brancos que chegaram à cidade nos anos 1980 e as terras são identificadas como aquelas que, no passado, as irmãs negras teriam doado à Igreja.

Por fim, convém ainda ressaltar que o problema fundiário não atinge somente o núcleo de Flores Velha ou de Flores em Geral, mas também de vários núcleos quilombolas que compõe o conjunto territorial em processo de regulamentação. A comunidade acentua a necessidade de maior agilidade no processo de regularização por parte do Incra, uma vez que a certificação ocorreu em 2014 e até então não houve nenhuma ação de continuidade, inclusive no que diz respeito a providências quanto ao RTID. Afirmaram ainda que o território quilombola é composto por vários povoados, além da cidade de Flores.

### **5.3.4 Trabalho/autonomia econômica**

Flores é um dos quilombos mais antigos do entorno do DF. Os negros que ali chegaram, às margens do rio Paranã, habitaram as terras que foram doadas à Nossa Senhora do Rosário, prática comum naquele período. Essa prática se repetia na maioria das comunidades, de modo que doar as terras ocupadas aos santos era uma forma de garantir a posse das mesmas para as gerações futuras.

No entanto, não foi o que aconteceu e hoje, a área do Kilombo Flores Velha se reduz a aproximadamente 60 famílias que, pelo o que consta não são donas das terras que foram doadas à Santa no passado. Muitas frações foram vendidas para grandes produtores de arroz, aliás, dadas as condições geográficas do município os seis rios que o cortam propiciaram que este se tornasse um dos maiores produtores de arroz irrigado do estado de Goiás.

Em que pese algo em torno de 60% da população de Flores de Goiás ser remanescente de Kilombo, esses verdadeiros donos da terra vivem hoje espalhados em 28 projetos de assentamentos, cujas atividades são o trabalho nas lavouras de arroz, criação de animais e citricultura. A Comissão não teve a oportunidade de conhecer nenhum dos assentamentos.

### 5.3.5 Acesso a serviços públicos

A carência relacionada aos setores da saúde, saneamento, assistência social, atenção à infância, juventude e aos idosos é expressiva em Flores de Goiás. Porém, maior destaque deve-se dizer em relação à existência de atividades voltadas à saúde do povo negro, uma vez que sequer houve-se falar do assunto.

As pessoas entrevistadas (lideranças e demais membros da comunidade) apresentaram diversas informações sobre a escola. Algumas falas declararam que o que se sabe da história local foi aprendido com os mais velhos e também na escola. Por outro lado, há pessoas que reclamam muito das últimas gestões de direção administrativa e pedagógica da escola. Segundo dizem, na maioria são pessoas evangélicas e que por isso têm dificultado por demais a realização de atividades de cunho africano.

Ainda que a escola esteja em bom estado, as turmas não são separadas por séries, havendo apenas turmas multisseriadas. Um sério agravante da situação é a constante falta de merenda e a precariedade do transporte. A Comissão constatou a existência de três ônibus escolares, porém, os três estavam estragados. Ressalta-se ainda que os veículos são alugados.

Desta forma, parece urgente uma ação do Estado e da sociedade a fim de que seja garantida uma prática educativa que leve em conta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Isto considerado em dimensões de gestão, currículo e calendário.

Tendo em vista a metodologia do trabalho da Comissão, a única reunião grupal realizada durante a visita foi uma com jovens pertencentes ao projeto da capoeira. Durante a realização da roda de conversa os jovens abordaram uma ampla gama de questões, com destaque para falta de emprego, dificuldades para cursarem o ensino superior e ausência de atividades de entretenimento.

A comunidade tem alguns representantes entre os assentados em região distante do centro urbano e a precariedade de transporte público termina por dificultar a vida dessas pessoas, uma vez que prejudica no básico que é a comunicação. Há apenas um ônibus que cumpre o percurso entre as duas realidades (urbana e rural) e este sai do assentamento para a cidade pela manhã, retornando apenas às 18h. Por essa razão, a CVN/SBB registra a dificuldade de participação de todos os interessados no projeto nos dias em que se deram as reuniões de apresentação e devolutiva do projeto.

Por exemplificação de carência generalizada mencionaram o caso do projeto da capoeira o qual não dispõe de local adequado e apoio governamental, mesmo havendo um espaço privilegiado à prática esportiva, o ginásio local, o qual tem uma ótima estrutura como quadra interna com arquibancada, área para vestiários, chuveiros e banheiro. No entanto, o prédio encontra-se em total abandono, janelas e portas quebradas, telas de proteção arrancadas e outras inconveniências.

### **5.3.6 Violações de direitos vivenciados pela comunidade**

Cada vez mais restrito acesso à terra, em face da atuação de fazendeiros, que no decorrer das últimas décadas foram ocupando as terras quilombolas, aparece como a principal violação a que estão submetidos os quilombolas. Além disso, o episódio da venda da Fazenda Nossa Senhora do Rosário pela paróquia é objeto de questionamento dos quilombolas que se consideram os verdadeiros donos da referida fazenda.

Durante a devolutiva da Comissão à comunidade, o momento mais intenso foi quanto ao tema políticas públicas, mais especificamente ao tratar da educação. Os presentes disseram que os estudantes da periferia de Flores não dispõem de escolas, são recolhidos por transporte escolar da Prefeitura e precisam sair muito cedo de suas casas para chegarem à escola que se encontra distante. Em oposição, os representantes do governo local disseram que os próprios pais e mães optaram que as crianças estudassem na cidade, o que ocasionou a manutenção do fechamento das escolas rurais desativadas na gestão anterior. As lideranças quilombolas rebateram alegando que os pais e mães se posicionaram a favor do deslocamento das crianças para a cidade por falta de assistência do governo municipal às escolas do campo, fato que levou à desativação delas.

### **5.3.7 Outros problemas sociais**

Na fala dos quilombolas observa-se uma queixa às restrições impostas a algumas atividades ligadas à cultura, às crenças e às práticas populares na comunidade, muito em função da ação de professores da escola, em sua maioria protestantes.

As razões para a resistência dos protestantes segundo os entrevistados são que muitas das manifestações culturais negras estão ligadas aos católicos (festa de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Nossa Senhora Aparecida). A situação ainda é mais grave

quando se aborda algo relacionado à matriz africana. Neste caso considera-se que há uma relação imediata com o satanismo.

Outra questão se deu quando do tratamento da relação de gênero, particularmente ao se saber da existência de uma professora transexual branca na comunidade. A referida foi entrevistada pela Comissão e revelou que Flores é um local bastante acolhedor para com as pessoas homo, trans ou bissexuais. Porém, não deixou de revelar inseguranças. Além disso, não chegou a abordar as particularidades de pessoas negras na mesma situação. O otimismo da entrevistada em relação à boa aceitação das pessoas em referência foi, contudo, contradito por pelo menos um habitante que expressou total desacordo com esses sujeitos da comunidade. Em entrevista à Comissão, um senhor habitante da parte antiga de Flores afirmou que há e sempre houve quilombolas homossexuais, mas que isso era algo por ele considerado como “*anormal*”.

Outro aspecto importante se refere à conservação do patrimônio histórico-cultural. O curto espaço de tempo em que durou a visita da Comissão foi suficiente para detectar que o extenso patrimônio cultural local está sob ameaça de desaparecimento. Importantes espaços carecem de ação urgente de recuperação, tais como as ruínas históricas do cemitério, os casarões e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Na verdade, não se trata apenas de uma recuperação predial e da preservação de acervos como a Igreja do Rosário, onde inclusive encontram-se restos mortais de ancestrais da comunidade, mas em muitos casos há a necessidade de um trabalho arqueológico robusto e bem direcionado.

Quanto à dimensão organizativa do Kilombo, parece algo não satisfatoriamente estruturado, pois durante todo o tempo da visita não ocorreu nenhum encontro ou ato mais expressivo em relação à Associação, existência ou não de rotinas institucionais, assembleias ou ação de atendimento aos quilombolas. Pontualmente ocorreram breves contatos nos quais algumas pessoas foram apresentadas como membros da Associação.

### **5.3.8 Potencialidades e desafios**

Flores tem um grande potencial turístico, principalmente no que diz respeito à festa de Nossa Senhora do Rosário em julho e outubro e aos rios Paraná, Macacos, Parim, Macaço, Santa Maria, Piri-piri, Corrente e Farias. Há que considerar que nos assentamentos próximos a esses rios as pessoas vivem de uma produção de subsistência.

## 6. Santa Cruz de Goiás e os quilombos do sul rumo ao Distrito Federal

No Entorno Sul do Distrito Federal no Estado de Goiás, o município de Santa Cruz de Goiás se consolidou por volta dos anos 1730 como um grande centro de mineração, aos moldes do que ocorreu com Arraias no que está sendo chamado neste Relatório de Entorno Norte. De fato, assim como Arraias, em Tocantins, se estabeleceu como origem dos Kilombos que desceram em direção a região de Brasília, Santa Cruz de Goiás pode ser considerada a procedência dos Kilombos que sobem o mapa rumo às áreas em torno da atual capital federal.

A posse dessa área por bandeirantes foi simbolizada por uma cruz, com a inscrição *"Viva El-Rei de Portugal"*, justificando o título de Santa Cruz. Sua importância no período setecentista foi tal que, por se tratar de uma das primeiras povoações da Província Goiana, chegou a ser àquela época, por um curto período, a capital do estado. Logo nos primeiros anos seguintes à sua fundação, foram abertas estradas e conseqüentemente instalados os arraiais de Santa Luzia (atual Luziânia), Barra e Meia Ponte (Atual Pirenópolis).

São poucas as informações sobre o período colonial em Santa Cruz de Goiás. O que se sabe é que esta englobava uma das maiores áreas da região, mas após a queda do garimpo os povoados que pertenciam à seu território se tornaram independentes: Campo Formoso (Orizona), Vila Bela de Morrinhos, Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), Caldas Novas, Pouso Alto (Piracanjuba), Catalão, Pires do Rio e Bonfim (Silvânia).

Também foi uma das terras mais populosas tendo, no auge da mineração, centenas de escravizados em sua composição máxima. Atualmente, de acordo com o Censo 2010 do IBGE a população corresponde à apenas 3.142 pessoas.

Nos raros textos encontrados pela Comissão à respeito do município o que se nota é praticamente uma exaltação aos colonizadores, sempre tratados como heróis. Estes são representados por títulos de *"desbravadores dos sertões"*, *"sertanistas"*, *"bandeirantes"*, *"coronéis"* titulações estas que contavam inclusive com o apoio da Igreja Católica. Nesses textos, termos relacionados à negritude e à escravidão são praticamente um tabu e, quando aparecem, o fazem de maneira genérica e sem repetições ao longo dos conteúdos.

No entanto, a história oral mantida pelas comunidades quilombolas que se constituíram ao longo dessas estradas não deixa dúvidas quanto às práticas daqueles senhores no que tange à exploração do território, à escravização de negros, aos abusos, às torturas subumanas no período colonial e às inadimplências sociais no período pós-abolição.

Seguindo esta rota, a Comissão contemplou com visitas e pesquisas, a partir de dados técnicos, quatro Kilombos e obteve dados de um quinto em relação à sua história, cultura e contemporaneidade. São as comunidades Kilombo Boa Nova/Professor Jamil-GO, Kilombo Ana Laura/Piracanjuba-GO, Kilombo Nossa Senhora Aparecida/Cromínia-GO, Kilombo Jardim Cascata/Aparecida de Goiânia-GO, e Kilombo dos Almeidas/Silvânia-GO.

São comunidades remanescentes umas das outras, que mantiveram contato ainda com outros kilombos, entre eles o Kilombo Mesquita, e que definitivamente contribuíram para a constituição da população negra do Distrito Federal.

## 6.1 Kilombo Ana Laura/Piracanjuba/Go



**1. Córrego das Lajes, antigo marco da segregação entre negros e brancos;**

**2. Lucy Tavares (Presidenta da Associação Quilombola Ana Laura);**

**3. Matriarca Maria das Dores e o Patriarca Anastácio Jacinto.**

## 6.1.1 Histórico

Os quilombolas de Ana Laura são oriundos, em sua grande maioria, do Município de Santa Cruz onde se localizava uma grande mina de ouro. À medida que o garimpo foi ficando escasso, secundariamente o manejo agrícola e pastoril na região ganhou força. Na sequência, foi fundado o município de Piracanjuba e, por ter resistido, ilhado desde 1826 no centro da cidade, Ana Laura foi certificada como um kilombo urbano.

Com o fim do garimpo, muitas famílias de negros passaram a viver a partir do trabalho de meeiras nas fazendas dos grandes latifundiários. Os negros entravam com a mão de obra e os fazendeiros com as terras. A maior e melhor parte da produção era sempre dos fazendeiros.

O nome Ana Laura é uma homenagem a avó do sr. Anastácio Jacinto, patriarca do kilombo. Ela e seu esposo tinham muitas terras, assim como muitos negros naquela época, mas foram assediados e persuadidos pelos brancos a alugar as áreas por valores irrisórios. Por fim, foram ameaçados de morte e expulsos das próprias terras. Nesse sentido, há relatos de conflitos em que fazendeiros tomaram as terras de negros a força e forjaram documentos para formalizar a posse. A lei era a do fazendeiro e a justiça sempre estava do lado dele, do rico.

Em visita ao centro urbano a CVN/SBB teve a oportunidade de visitar a Casa das Tamarinas, uma residência de quilombolas assim identificada devido um pé de tamarindo plantado em sua frente. A árvore se tornou referência da cidade por ter pertencido à família que primeiro se estabeleceu no local. Com o tempo, outras famílias negras vieram para a vizinhança e assim cresceu a cidade. Ao redor da árvore, foram promovidas inúmeras edições da tradicional Festa do 13 de Maio. As festas não eram sacras e sim boêmias, celebravam a liberdade como vitória à memória sombria da escravidão.

A vice-presidente da associação da comunidade, Maria de Fátima de Souza Mendonça (Tamarineira, mais conhecida como Fátima, sobrinha do Sr. Jacinto, principal festeiro), recorda com saudade a infância na qual vivenciou algumas edições da festa. O Avô da Fátima veio de Minas Gerais e a avó Jacinta veio de Santa Cruz. Fátima se diz arrependida por não ter registrado em fotos o pé de tamarindo, ressalta também que sua tia Guita auxiliava nas festas com apresentações teatrais. Após a morte da matriarca e do patriarca a Festa do dia 13 de Maio foi se enfraquecendo, mas a família da Fátima ainda tenta manter e resgatar o máximo daquele tempo.

Todos da grande família quilombola assinam Jacinto de Souza. Dos patriarcas, vive apenas o “tio Zé, já doente e um pouco esquecido das coisas”. Maria de Fátima relata que as pessoas mais velhas, como ele que reside em Aparecida de Goiânia/GO, ainda recordam alguns detalhes do período pós-escravidão. Mas o relato de Fátima é marcado pela festividade do povo negro que apresentou à Comissão cantando um trecho da música que os quilombolas cantavam na Festa do dia 13 de Maio:

*“Salve a princesa Isabel. Deu liberdade a cor.  
Foi no dia treze de maio, preto não é mais lacaio, preto não  
tem mais senhor.  
Desde o dia que a princesa assinou a Lei Áurea da Abolição,  
hoje pode ser um cidadão, deputado e senador.  
Hoje o preto pode ser doutor e não há mais preconceito de cor.  
Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós.  
Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós”.*  
(Trecho da música cantada na Festa do dia 13 de Maio)

Uma das grandes características do quilombo urbano é a miscigenação e a interculturalidade que, por força do convívio confuso, ofusca e oprime a identidade do negro. Lucy Helena Roza Tavares (presidenta da Associação Quilombola Ana Laura) destaca um breve resumo do que representa sua genealogia. Sua bisavó paterna foi uma senhora negra que viveu em senzalas e que se destacava na cozinha e na voz. Essa matriarca teve muitos filhos, porém cada um desses filhos teve um pai diferente. Muitos deles tiveram por pai algum dos filhos dos patrões: “hoje, aqui na cidade os parentes do meu pai são completamente diferentes um do outro”, afirma a liderança.

Já o avô de Lucy, Gil Francisco da Rosa, destacou-se entre as pessoas do seu tempo, foi um dos poucos que aprendeu a ler e a escrever pois, os patrões envelheciam e precisavam de pessoas que pudessem sair para a cidade com o objetivo de resolver as demandas financeiras. As instruções básicas de alfabetização eram passadas a Gil pelos filhos de seus patrões.

O início foi difícil, pois além de se dedicar aos estudos, Gil plantava e colhia nas lavouras o sustento de seus quatorze filhos. Devido às dificuldades, com o tempo entregou algumas das crianças aos cuidados dos padrinhos, dentre os quais Humberto Pires Rosa, pai da Lucy. A vida de Gil foi marcada por infortúnios, mesmo assim, por sua dedicação alcançou cargo cuja competência era coletar impostos estaduais no município. Já a infância de Humberto foi marcada pela saudade dos irmãos, pela pressão que

recebia da família adotiva e por ser impedido de sair daquela casa em que a sua cor era motivo de chacota. “*Meu pai era um escravinho lá*”, recorda Lucy.

Em um lado da cidade ainda existe a ponte que segregava a população negra da população branca, a riqueza da pobreza. Às margens do rio Piracanjuba reside uma família branca de médicos, parentes do Guarda-mor fundador da cidade de Piracanjuba. Conforme as lideranças quilombolas, essa família é antiga e conhece muito da história da cidade, porém não relata publicamente sobre o assunto.

Heulália das Graças Rosa Causada, irmã da Lucy, descobriu em um cartório muitos documentos que comprovam a venda e a compra de escravizados, porém o acesso não é fácil, há muita burocracia institucional para o manuseio de documentos históricos. Outra fonte de documentos antigos comprobatórios do período colonial nessa região se encontram na Paróquia Nossa Senhora da Abadia, em Piracanjuba. Os que mais se destacam são os registros de batismos de negros alforriados.

Já um acervo expressivo da memória do quilombo foi apresentado à Comissão. Junto à documentos, utensílios, livros antigos e fotografias importantes como as que trazem o registro das últimas procissões da extinta “*Reza das Almas*”, bem como da família de uma senhora idosa que foi mantida em situação análoga à escravidão por um servidor público até mais ou menos o ano 2000.

Hoje, a população não-quilombola de Piracanjuba manifesta um preconceito velado para com os quilombolas. Apesar de esforços da Associação da comunidade e do município em minimizar o racismo a partir de campanhas, em algumas apresentações da Associação os integrantes foram vaiados.

Em entrevista, o jovem Wander Alves, neto do sr. Anastácio e da sra. Maria das Dores, relatou que num evento estudantil em 2015, em Piracanjuba, o grupo de maculelê, constituído por jovens negros e negras, com o intuito de ressignificar e atualizar as manifestações culturais da região foi ridicularizado por centenas de pessoas num ginásio da cidade. Wander contou emocionado que no episódio, integrantes do grupo continuaram a apresentação chorando, uma vez que as pessoas riam e os chamavam de “*macumbeiros*”, como forma de tentar ofendê-los.

Atitudes como essas, fazem com que o maculelê e outros aspectos culturais como a Procissão das Almas e o treição estejam se perdendo. Este espetáculo público de racismo cultural flagra a cultura de ódio sobre os elementos de pertença dos povos pretos em nosso país, historicamente criminalizados e perseguidos pelos discursos que constituíram o processo colonizador e que ainda não cessam de avançar e perseguir a essas populações.

Wander destacou que as vaías se deram tão somente porque o grupo usava trajes não-brancos, sinalizando a estética, a musicalidade e a corporeidade dos povos pretos. *“Há muita dificuldade por parte dos jovens de assumir suas identidades por conta do racismo que sofrem cotidianamente”*, disse.

### **6.1.2 Perfil socioeconômico**

O quilombo conta com um total de 241 habitantes, sendo 91 adultos, 62 jovens e 88 crianças. Chama a atenção entre os adultos o grande número de pessoas idosas, com mais de 65 anos, cerca de 80% ou seja, 73 pessoas. O perfil econômico dos quilombolas dessa comunidade é de baixa renda.

### **6.1.3 Situação fundiária**

O Kilombo Ana Laura já tem a certificação de Comunidade Remanescente de Kilombo pela Fundação Cultural Palmares. Com a certificação, segundo a presidenta da Associação, a comunidade se sentiu mais empoderada, com mais estímulo a realizar suas comemorações e manifestações culturais e com maior reconhecimento de sua identidade cultural.

### **6.1.4 Acesso a serviços públicos**

A comunidade conta com energia elétrica e abastecimento de água e rede de esgoto, além de um sistema de coleta pública de lixo, creche e um Centro de Assistência Social. Há um posto de saúde a uma distância de dois quilômetros da comunidade. A comunidade também é atendida pelo Programa Minha casa Minha Vida.

A escola fica na cidade próxima e não respeita os preceitos da Lei nº 10.639. As crianças vão para a escola de ônibus ou bicicleta. As questões étnico-raciais não são trabalhadas por falta de iniciativa e por falta de preparo dos profissionais da educação. A própria escola solicita o empenho da Associação em eventos culturais, mas não assume o papel de estudar a história do próprio povo e a legislação sobre o ensino de história e de cultura africana.

### **6.1.5 Autonomia econômica da comunidade**

A comunidade sobrevive da agricultura familiar e do plantio do fumo, além de produzir artesanato. A renda obtida vem principalmente da produção e da venda de cigarros de palha.

## 6.1.6 Violação de direitos

De acordo com relatos de testemunhas oculares, há na cidade o caso de uma senhora que viveu, juntamente com seus filhos, na fazenda de um servidor público da cidade em que os mesmos foram tratados como pessoas escravizadas por muitos anos, até recentemente. Segundo os relatos, esta mulher hoje está mentalmente enferma, o que inviabilizaria uma possível entrevista. Tiramos uma foto da fotografia desta senhora, ao lado de sua filha e dois netos gêmeos. E de acordo com os entrevistados, toda a família tem problemas de saúde. Especialmente problemas mentais.

Nos limites do território do Kilombo Ana Laura passa a BR 153 conhecida como Transbrasileira sob responsabilidade da empresa Triunfo Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A., de CNPJ 18.572.225/0002-69. A BR é a fronteira entre os municípios quilombolas de Piracanjuba e de Professor Jamil. A empresa duplicou a BR no ano de 2013 e em 2015 instalou um pedágio no trecho sem consulta à comunidade. O pedágio se encontra ainda, há cerca de 30 quilômetros (em linha reta) do centro urbano da comunidade, razão pela qual a mesma questiona a falta de diálogo e de contrapartidas por parte da empresa. Esta por sua vez, não solicitou o Licenciamento Ambiental pelo fato de que o kilombo ainda não era certificado na época em que se deram as obras. Porém, agora que o kilombo teve sua Certidão de Autodefinição Quilombola emitida (2015) a comunidade deve ter seus direitos revistos e toda a orientação necessária com o objetivo de alcançá-los.

As taxas do pedágio em Professor Jamil variam entre R\$ 2,30 e R\$ 9,20<sup>17</sup> e, conforme placas de advertências das praças de pedágios, *“se o pagamento não é realizado pelo motorista, considera-se que este comete uma infração grave, com multa de R\$ 127,69 e acúmulo de 5 pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH)”*. Os lucros por trecho da Triunfo Concebra não impede que o kilombo seja indenizado pelos impactos da rodovia que são permanentes. Entre esses impactos a maior ameaça registrada é o aumento crescente da especulação imobiliária sobre as áreas verdes do território. Fazendeiros que já residiam no local estão fracionando as terras às margens do Ribeirão das Grimpas e vendendo a preços irrisórios. O Ribeirão é uma das principais fontes que abastecem o kilombo.

17 Fonte: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/06/cobranca-de-pedagios-comeca-dia-27-nas-brs-060-e-153-diz-concessionaria.html>>.

## 6.1.7 Outros problemas

De acordo com a presidenta da Associação de Quilombolas, há problemas com o racismo institucional nos postos de saúde. Do mesmo modo, há forte incidência de violência doméstica contra mulheres.

## 6.1.8 Potencialidades e desafios

O kilombo apresenta forte capacidade de interação com outras comunidades, a saber Ana Laura (Piracanjuba) e Nossa Senhora Aparecida (Cromínia); apresenta uma associação quilombola empreendedora e visionária para a busca de recursos, bem como para a consolidação de empoderamento por via do conhecimento das leis e da educação; a preservação da memória e da história é uma tendência forte. Recomenda-se formalizar essa tendência para que, com o passar do tempo ela não se dissipe. À medida que as novas gerações ocupem a frente do kilombo o esquecimento pode mudar o rumo. A forma de manutenção econômica do kilombo apresenta duas grandes tendências que podem ser impulsionadas: a agricultura e o artesanato.

## 6.2 Kilombo Boa Nova/Professor Jamil/Go



Primeira visita da CVN/SBB às Comunidades quilombolas Boa Nova, Ana Laura e Nossa Senhora Aparecida, na Escola Quilombola Boa Nova, em Professor Jamil, 15/10/2016.

## 6.2.1 Histórico

O Kilombo de Boa Nova, situado no município de Professor Jamil foi criado nos anos 1950 em função da presença do Médium Alírio Elizeu Teixeira, que realizava cirurgias espirituais. Seu Centro Espírita Kardecista passou a chamar a atenção de pessoas do campo e das cidades que acabaram fixando residência no local. O senhor Alírio faleceu em 15 de janeiro de 2015, sendo reconhecido como um dos patriarcas mais importantes do Kilombo.

Uma marca do Kilombo Boa Nova que o distingue dos demais, é a religiosidade mais ligada ao espiritismo. Há também um bom número de fiéis do protestantismo. No entanto, há uma grande tolerância religiosa entre os fiéis do catolicismo, do espiritismo e do protestantismo considerando que, independente da organização religiosa, todas e todos reconhecem a importância espiritual, política e econômica do Médium Alírio para o desenvolvimento do Kilombo Boa Nova.

Das pessoas entrevistadas quase todas já receberam algum tipo de tratamento do senhor Alírio. Os relatos destacam a grandiosidade dos feitos do médium. Destacam também as ações da comunidade em prol da construção da cidade. Parentes e filhos do senhor Alírio dão continuidade aos trabalhos religiosos e sociais da região. A associação conseguiu visibilidade no âmbito da prefeitura do município, sobretudo na escola que fora reconhecida como escola quilombola.

Numa segunda visita a comunidade (março de 2017), para fins de realização da devolutiva dos primeiros trabalhos, a Associação Quilombola Boa Nova, juntamente com alguns dos membros ali presentes trouxeram mais complementos à história do Kilombo, como por exemplo, relatos e biografias de pessoas e famílias basilares da comunidade, conforme relata a própria Associação:

Dentre as muitas histórias da origem do povo quilombola do Município de Professor Jamil, que antigamente era chamado de Campo Limpo, seguem alguns relatos coletados e compilados pelo jovem Tayro da Silva Vieira:

**História 1:** *a família de José Maximiano da Silva, veio da cidade São João Del Rei, do estado Minas Gerais, a mais ou menos 70 anos atrás, quando José tinha apenas 12 anos de idade. Ele veio após presenciar a morte dos pais em Minas Gerais por um capitão do mato, revoltado saiu pelo mundo andando a pé, encontrou um grupo pelo caminho tocando bois e acompanhou esse grupo, vindo se instalar em Professor Jamil que era distrito de Piracanjuba, antigo Pouso Alto. Trabalhava na zona rural para sobrevivência em troca de comida. Casou-se em Professor Jamil e formou família.*

**História 2:** *Geraldo Modesto de Jesus, 66 anos e Cleusa Maria Martins de Jesus, 61 anos, é uma família que segue a religião umbanda. Quando jovens, vieram de um garimpo em Uruaçu, onde moravam, para Professor Jamil. Cleusa já foi parteira, assistente de parteira, além de benzedeira e curandeira. Dona Cleusa diz ter nascido com dons mediúnicos. O casal trabalhava em carvoaria e garimpo. Os pais deles moravam em Professor Jamil, trabalhavam em draga como pa-zeiro, carregador de caminhão. O pai do Sr Geraldo se chamava Mariano Lino da Silva e a mãe Embelina Modesta de Jesus, os pais vieram de Porangatu, pois tinha o sr Alírio como parente.*

**História 3:** *Família de João Heleno Caetano: Os avós de João Heleno Caetano trabalhavam em fazenda praticamente em regime de escravidão. João Heleno conhecido como Cavaco, morava em Minas Gerais, veio para Professor Jamil depois dos seus irmãos João Firmino e Antônio. Marta Caetano filha de João Heleno conta que ele adoeceu e foram para Palmelo primeiramente procurar recurso espiritual, lá descobriram que em Professor Jamil tinha um médium chamado Sr. Alírio, de lá vieram e se instalaram em Professor Jamil, onde moram a mais ou menos 50 anos. Moravam em uma fazenda, no início viviam em casa de pau a pique, depois as casas foram construídas de adobe e capim. Dos 13 filhos 12 nasceram em casa, somente 1 nasceu no hospital. Eram da religião espírita. Sofreram muita discriminação por conta da cor da pele. Eles lavavam roupa no córrego, buscavam lenha na cabeça, tiravam água na cisterna. Os vizinhos eram todos unidos, uns ajudando os outros. Não tinham energia elétrica, a iluminação era com lamparina.*

**História 4:** *Dona Adelaide tem 69 anos, era da Bahia, foi criada lá, depois veio pra Goiânia, mora em Professor Jamil há mais ou menos 22 anos. Segundo a filha, Dona Adelaide já sofreu maus tratos na Bahia, foi tratada como escrava: sofreu queimaduras, era torturada, passou fome, apanhava com tábua com prego, pra fazer os serviços. Dona Adelaide é cadeirante devido a Acidente Vascular Encefálico, teve 13 filhos, dos quais 6 são vivos.*

**História 5:** *Dona Flora Pereira da Silva Brito é esposa de José Ludoino de Brito. Dona Flora é benzedeira e conta que seu pai Paulo Pereira da Silva veio da Bahia aos 14 anos com um grupo de amigos e se instalou em Goiás, moraram em Santa Cruz (hoje Cromínia). Após se casarem moraram em Piracanjuba e de lá vieram pra Campo limpo, hoje Professor Jamil, onde vivem há mais de 40 anos, refere que o pai trabalhava nas fazendas da redondeza. Os mais de 10 filhos nasceram nestas cidades, sendo a maioria em Professor Jamil, todos nasceram em casa, com exceção da caçula que nasceu em hospital. Refere que o marido que fazia os partos, Dona Flora é benzedeira na região.*

**História 6:** *Andrezinho Miranda, 78 anos, natural de Patos de Minas, no estado de Minas Gerais. Como em Minas Gerais não havia ofertas de emprego veio para Goiás em meados de 1960, depois seguiu viagem para os arredores de Campo Limpo, antigo distrito de Piracanjuba e trabalhou como tratorista para o fazendeiro Urias Ponciano, e acabou construindo sua família, formada de sua esposa e quatro filhos. Depois de ser tratorista começou a trabalhar como comprador e vendedor de cereais, antes porém, trabalhou na construção de Brasília, a atual capital do país. Contudo nunca deixou a cidade de Professor Jamil.*

### **6.2.2 Perfil socioeconômico**

O quilombo conta com um total de 140 habitantes, sendo 80 adultos, 40 jovens e 20 crianças. Grosso modo, o perfil econômico dos quilombolas dessa comunidade é de baixa renda. São pessoas simples sendo que alguns dependem de programas sociais para a sobrevivência.

### **6.2.3 Situação fundiária**

A posse da terra ainda não está consolidada, pois uma das dificuldades para esse passo é a característica urbana do Kilombo. Porém, Boa Nova já tem a certificação de Comunidade Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares, e está na expectativa da visita técnica do antropólogo do Inbra para a confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). As lideranças afirmam que a visita do Inbra às terras é iminente.

### **6.2.4 Acesso a serviços públicos**

A comunidade não conta com uma escola quilombola nos moldes previstos em Lei, embora as crianças frequentem a escola na vizinhança. A comunidade diz que a escola ainda não contempla satisfatoriamente a Lei 10.639/2003, mas algumas ações já estão sendo promovidas no sentido de trabalhar a diversidade racial, a história da comunidade e o combate ao racismo. Toda essa mobilização partindo da escola surgiu da união dos moradores contra a decisão executiva de fechar a escola Boa Nova. A comunidade se uniu e criou uma nova identidade para a escola como quilombola. A rua da escola divide geograficamente a comunidade Boa Nova

da região central do município. A escola tem se tornado um ponto de referência de diálogo das diferenças religiosas, raciais, geográficas e políticas.

Outros equipamentos urbanos também estão ausentes, como o acesso à telefonia pública e a postos de saúde. A população tem recorrido a uma raizeira local para tratamentos mais simples. A comunidade tem acesso à energia elétrica e água tratada. Observa-se no município a presença de prédios e serviços públicos, tais como: escolas, posto de saúde, cemitério, campo de futebol. Percebemos também que o município é dependente de outras cidades maiores em alguns serviços, tais como o de delegacia, posto policial, hospitais e faculdades.

### **6.2.5 Autonomia econômica da comunidade**

A comunidade sobrevive da agricultura familiar, plantando mandioca e hortaliças, além de produzir polvilho, farinha de mandioca, doces, queijos e artesanato. A renda obtida vem principalmente da venda de polvilho e farinha de mandioca.

### **6.2.6 Violação de direitos**

A comunidade de Boa Nova vive sob constante iminência de violência e de casos de racismo por parte da Polícia Militar. Inclusive no dia da chegada dessa comissão ao município de Professor Jamil, testemunhou-se uma ação de abordagem violenta da polícia a um jovem negro quilombola, bem como a uma das consultoras da Comissão da Verdade que interveio a favor do referido jovem.

Outra reclamação dos entrevistados se refere ao fato de que, de um modo geral as pessoas brancas chegaram e deram jeito de cercar terras, expulsar pessoas e firmarem fazendas. Um dos entrevistados, hoje com 87 anos, ainda mora numa fazenda, onde ele é considerado alguém de confiança e, portanto, os ditos proprietários permitem que ele resida num pequeno espaço da terra. Entretanto, ele já cogita a possibilidade de ser expulso em breve e planeja morar numa pensão. Este mesmo senhor declarou ainda que presenciou em fazendas da região as pessoas sendo amarradas em troncos e sendo afogadas, numa explícita referência às práticas da época da escravidão.

Cortando o quilombo Boa Nova passa a BR 153 conhecida como Transbrasiliana sob responsabilidade da empresa Triunfo Concebra — Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A., de CNPJ 18.572.225/0002-69, que a duplicou em 2013 e instalou na proximidade do quilombo, em 2015, um pedágio sem consulta à comunidade. O argumento da empresa foi que quando se deram as obras, Boa Nova ainda estava em processo de certificação pela Fundação Cultural Palmares, motivo pelo qual não houve solicitação de Licenciamento Ambiental (LA). O quilombo confirma a informação porém, destaca o fato de que já se tratava de uma comunidade identificada segundo os critérios do Decreto 4887/2003 e que a Certidão de Autodefinição Quilombola foi emitida em 2015. A liderança Luzia informa que o máximo diálogo que teve com a empresa foi a visita de duas funcionárias que se apresentaram como sendo do setor Naturis Concebra no início das obras e que ficaram de retornar com orientações e propostas, mas nunca voltaram. A comunidade questiona o porquê da empresa não oferecer retornos diante dos lucros que recebe correspondente ao trecho da BR no seu território tradicional pelos impactos do referido pedágio que são permanentes. As taxas do pedágio em Professor Jamil variam entre R\$ 2,30 e R\$ 9,20 e, conforme noticiado, *“se o pagamento não é realizado pelo motorista, considera-se que este comete uma infração grave, com multa de R\$ 127,69 e acúmulo de 5 pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH)”* <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/06/cobranca-de-pedagios-comeca-dia-27-nas-brs-060-e-153-diz-concessionaria.html>>.

## 6.2.7 Outros problemas Sociais

Os entrevistados reclamaram da ausência de políticas de acesso ao microcrédito, para compra de insumos, máquinas e equipamentos que pudessem ajudar ao desenvolvimento da atividade produtiva local. Outro ponto enfatizado é a demora na regularização de suas terras e a morosidade política no despacho de verbas específicas para a manutenção dos recursos (terreno) de plantio e cultivo da associação.

Para que a escola do kilombo seja, de fato, considerada quilombola a comunidade escolar, o poder público local, bem como a associação quilombola carecem de competência pedagógica para a construção do Projeto Político Pedagógico-P.P.P. de Escola Quilombola. Recomendam-se nesse caso audiências públicas com todos os seguimentos a fim de escreverem o novo Projeto Político Pedagógico (P.P.P.) E por fim, fazer a comunicação e oficialização junto aos órgãos públicos da educação (Ministério da Educação, Secretaria de Educação/estadual e municipal).

Outro problema está relacionado ao número de casos de violação de direitos pela Polícia Militar (graves ameaças, coações, agressões, abusos de poder e racismo), somados ao corporativismo da instituição e à omissão do Ministério Público local na investigação dos casos denunciados.

## **6.2.8 Potencialidades e desafios**

O Kilombo Boa Nova acumula capacidades importantes ao seu desenvolvimento que precisam, portanto, de incentivos e apoios (financeiros). Entre essas habilidades estão o preparo de jovens quilombolas e sua consequente inserção na Universidade Federal de Goiás por meio de cotas em cursos como Medicina, Medicina Veterinária e Psicologia; o intercâmbio com outros povos tradicionais a exemplo dos quilombos Ana Laura (Piracanjuba) e Nossa Senhora Aparecida (Cromínia); e, forte interação com o poder público municipal e com a escola; organização empreendedora e visionária por parte da associação quilombola para a busca de recursos, bem como para a consolidação de empoderamento por via do conhecimento das leis e da educação.

Outros potenciais se refere à preservação da memória e da história e o respeito à diversidade religiosa. Sobre esses aspectos a CVN/SBB recomenda a formalização dessas tendências com o objetivo de que não se dissipe com o passar do tempo pois, a perda de um dos principais patriarcas desta identidade é recente (2015) e à medida que as novas gerações venham a ocupar os cargos de lideranças, o esquecimento pode mudar o rumo dessa verdade. Também em Boa Nova, faleceu aos 103 anos, em abril de 2017, a matriarca Aparecida Maria de Paula. Quanto à religiosidade, recomenda-se preservar e cultuar esse nível maturacional de convívio para efeito de preservação da história por meio da escola, da associação, dos eventos festivos, das datas comemorativas.



Liderança Maria Lúcia das Dores, do Kilombo Jardim Cascata

## 6.3 Kilombo Jardim Cascata/Aparecida de Goiânia/Go

### 6.3.1 Histórico

O Kilombo Jardim Cascata, por ser uma comunidade urbana, tem algumas particularidades importantes. Em primeiro lugar, trata-se de um aglomerado formado inicialmente por famílias negras advindas de comunidades rurais. Dos registros disponíveis, destaca-se a presença de grupos provenientes de Minas Gerais, mais precisamente as comunidades quilombolas rurais de Ambrósio e Campo Grande, em Minas Gerais.

A configuração comunitária atual do Jardim Cascata teve seu início por volta de 1982, com a fixação da comunidade nos arredores da cidade de Aparecida de Goiânia. Nos primeiros tempos tratava-se de um acampamento com barracas de lona armadas espalhadas pela área. Em função das precárias condições de habitação e de infraestrutura, forjou-se, no âmbito da comunidade, um movimento em prol de moradia, destacando-se a atuação de Maria Lúcia das Dores Ferreira como principal liderança e ativista. O movimento ganhou força, conseguiram a construção de barracos para os moradores, além de uma pequena escola, onde a própria Maria Lúcia era a professora.

Em 2003, ao saberem que o Governo Federal estava desenvolvendo ações em benefícios das Comunidades Remanescentes de Kilombo, Maria Lúcia e alguns companheiros e companheiras fundaram a Associação Quilombola Urbana Jardim Cascata, com finalidade de trabalhar pela constituição e oficialização do Kilombo. Com efeito, importantes conquistas, como a obtenção de luz elétrica, asfalto e uma praça foram feitas.

Em 2006 a Fundação Cultural Palmares conferiu à comunidade a certificação de Kilombo Urbano. Todavia, o problema, sobretudo das moradias, permanecia, fato esse que exigia a continuidade da atuação das lideranças junto aos agentes e órgãos públicos.

Com o reconhecimento oficial da Comunidade como remanescente de Kilombo, houve um maior acesso aos recursos e às ações públicas. Desta forma, em 2015, a Prefeitura, em parceria com o Governo Federal, entregou à comunidade 73 casas (Minha casa Minha Vida).

Essa foi uma conquista importante para os quilombolas, mas ficaram ainda sem acesso a novas moradias cerca de 50 famílias da comunidade. Estas continuam sem casas, morando de aluguel, aguardando assim a vez de obterem seus imóveis próprios.

### **6.3.2 Perfil socioeconômico**

As cerca de 120 famílias que compõem a comunidade quilombola urbana do Jardim Cascata têm um perfil social bastante homogêneo. São famílias de baixa renda, que se enquadram no perfil de beneficiários dos programas sociais do Governo Federal. Como já informado, 73 famílias já foram contempladas pelo Programa Minha Casa Minha Vida. As outras 50 estão cadastradas para a aquisição da moradia.

Sendo constituída de famílias em condição de pobreza a comunidade tem acesso também a outros programas sociais como o Bolsa Família, o Brasil sem Miséria, o PAIF (Centros de Referência de Assistência Social), entre outros.

### **6.3.3 Situação fundiária**

Em se tratando de uma comunidade urbana, a situação fundiária se expressa na posse da moradia. Para 60% da comunidade essa questão já está resolvida. Construídas em uma área próxima ao antigo local original de instalação da comunidade, as novas residências são dotadas de toda infraestrutura urbana, com área de lazer e um local para atividades comunitárias.

Das cinquenta famílias ainda não contempladas com as novas residências deverão ter suas casas construídas em outra área. Isso fará com que a comunidade seja dividida espacialmente.

### **6.3.4 Trabalho**

A comunidade convive com o desemprego, que assola parte significativa da população economicamente ativa da comunidade. Dos que trabalham, uma parte significativa não tem carteira assinada, sobrevivendo do subemprego e da informalidade. Entre as mulheres que trabalham, há uma grande incidência de empregadas domésticas ou diaristas. Entre os homens as principais ocupações são lavouras e serviços gerais da construção civil.

### **6.3.5 Acesso a serviços públicos**

A comunidade tem acesso aos serviços públicos de transporte público e à educação. Esta, no entanto, não leva em conta as especificidades quilombolas. Há próximo à comunidade uma escola de ensino fundamental. A verba federal destinada para as questões quilombolas foi utilizada na construção do equipamento escolar. No entanto, não seguindo um currículo próprio a escola não observa as diretrizes da educação quilombola. Além disso, não dispõe de docentes e nem de gestores quilombolas. A despeito de o equipamento escolar ter sido construído para a comunidade, apenas dez vagas foram destinadas aos alunos quilombolas, sendo que a grande maioria dos alunos vem de fora da comunidade.

Do mesmo modo, falta um posto de saúde na proximidade das casas. O atendimento de saúde é feito nas áreas centrais dos municípios de Aparecida e Goiânia.

Observou-se ainda a ausência de equipamentos urbanos para o exercício esportivo e o acesso à cultura, sobretudo bibliotecas e/ou pontos de cultura.

Sobre o acesso aos demais programas sociais não foram obtidas informações.

### **6.3.6 Autonomia econômica da comunidade**

Como já havíamos ressaltado na parte sobre trabalho, a comunidade mantém-se com a prestação de serviços no âmbito do emprego doméstico e de outros tipos de atividades informais.

O nível do desemprego é alto o que faz com que seja necessária uma ação do governo com vistas à criação de oportunidades de trabalho e/ou ocupação para os quilombolas.

### **6.3.7 Violações de direitos vivenciados pela comunidade**

O tráfico e o consumo de drogas é uma realidade que assola a comunidade e que não tem sido devidamente enfrentada pelo Poder Público.

### 6.3.8 Potencialidades e desafios

Alguns desafios do kilombo Jardim Cascata são: a dificuldade de comunicação. Embora a maior parte das famílias (72) que compõem a comunidade estejam geograficamente reunidas em um espaço estratégico, a comunicação deixa a desejar; o alcoolismo é evidente entre jovens, homens e mulheres; é alto o índice de desemprego e os poucos serviços se caracterizam pela informalidade e subemprego; há dificuldade econômica e autossustento pois, não existem espaços para plantio, cultivo ou produção agrícola, apenas para a moradia; a comunidade necessita de estudos mais aprofundados e de registros de sua história, parece que perdeu o sentido de existência e de identidade da comunidade, a impressão é de que gravitam apenas no que diz respeito ao programa de moradia; falta ainda a implementação de uma escola quilombola na comunidade.

Já quanto às suas potencialidades, a organização da associação quilombola é positiva. A figura da presidenta nos espaços sociais e nas conquistas de direitos para a comunidade tem sido exemplar para a criação de unidade e fortalecimento do grupo. Outro fator é o fomento aos estudos. Por exemplo, a associação possui uma biblioteca voltada à luta quilombola e a comunidade já conta com jovens universitários que foram contemplados pelo sistema de cotas.

## 6.4 Kilombo dos Almeidas/Silvânia/Go



Roda de conversas da CVN/SBB no Kilombo dos Almeidas

## 6.4.1 Histórico

Segundo entrevistados da comunidade, o Kilombo dos Almeidas tem sua origem no fim do século XVIII, em um processo que deve ter se dado em paralelo ao aparecimento de outras Comunidades Remanescentes de Kilombo da região e na mesma época do surgimento dos sítios urbanos. De fato, o Kilombo dos Almeidas surge a partir do final dos anos 1700, tendo sido Luziânia fundada em 1746 e Silvânia, em 1774.

Informações do IBGE afirmam que Silvânia foi fundada por exploradores de minérios deslocados de Luziânia. Inicialmente o nome do povoado era Arraial do Bonfim, mesmo nome da devoção da igreja local, o que leva à hipótese da forte presença de baianos no local desde o início do arraial. O nome Silvânia foi adotado a partir de 1943, em homenagem a Vicente Miguel da Silva, Sargento-Mor e Comendador, membro da elite local.

Segundo Laura Aparecida de Almeida Pires, presidenta da associação da comunidade, por ser Silvânia lugar de garimpo, é possível que muitos quilombolas de Almeida fossem fugitivos das minas de ouro. Maria Rita de Almeida, neta da matriarca Persila Pires, afirma que o Kilombo, situado em região conhecida como Córrego de São Sebastião da Garganta, surgiu com a participação conjunta de negros e índios: *“Contava minha mãe e meu pai também que nós era descendentes de índio e de escravos... Nós era descendentes de índios e de escravos, tal qual e esses sofriram demais”*. Dos ex-escravizados e índios vieram, portanto, os Almeida e Pires do Kilombo.

Os mais velhos presentes narram as dificuldades antigas, das casas de palha, relembram ainda casos de incêndio nessas residências. Falam ainda do isolamento do lugar, a maioria das pessoas nunca tinha visto um automóvel.

Uma das fontes afirma que sua avó materna parecia uma africana, grande de porte, cabelos crespos e que gostava de se vestir como africana, saia rodada, amarrações em tecidos e de um pano especial, não gostava de sentar em cadeira, sentava só no chão.

Sua avó paterna foi *“pega a cachorro”*, era de cor escura e cabelo liso. A fonte não sabe dizer se no caso essa pessoa foi capturada por ser índia ou por ser negra fugitiva.

Em determinado momento, a entrevistada mais idosa do grupo pergunta à outra participante: *“O teu pai era o Dé, não era?... O Dé era um escravo”*.

Os presentes asseguram morarem no local desde que *“se entendem por gente”*, ou seja, *“desde de sempre”*. Dada a presença de idosos no grupo e que esses falaram com desenvoltura de seus avós parece evidente que seus antepassados encontram-se na região seguramente em data anterior a 1888.

Outra participante da roda de conversa afirma que seu pai falava a respeito da vida dura que a avó dele teve. Segundo ele sua avó tinha criado os filhos no regime da escravidão, nas condições de uma vida muito difícil. Ela seria uma escravizada. A mesma afirma que seu pai *“trabalhava das 03 da manhã às 05 da tarde para ganhar um litro de manteiga, ou um quarto de arroz”*.

Um participante também relembra a vida dura que teve trabalhando nas fazendas da região. Sua avó era índia e seu pai era pardo, cabelo enrolado e de grande estatura. Moravam em casa de sapé e chão batido.

Outra participante menciona que um antigo conhecido afirma que na região próxima havia uma fazenda onde o proprietário jogava os escravizados dentro de um forno para queimar. Alguns desses queimados no forno poderiam ser fugitivos das minas de ouro. Tal fazenda era conhecida por ser mal-assombrada, fruto da perversidade com que os negros eram tratados. Sinal da presença dos escravizados na região eram também os *“vals”*, valas cavadas para estabelecer os limites das propriedades.

Talvez devido à vida difícil que todos levavam havia (e ainda existe ao menos resquício) a presença de benzedores, parteiras, manipuladores de ervas medicinais e outros produtos naturais. Uma fonte afirma que havia pessoas na comunidade que tinham habilidades especiais como, por exemplo, encantar abelhas, *“rezar nas abelhas”*, tendo por isso grande facilidade em extrair o mel.

Antônio Gambeta (negro, que gostava muito de andar descalço), Dejaniro, João Lopes são citados como benzedores do Kilombo.

Havia também *“a reza para as almas”*, reza de agonia, cantada na Semana Santa. Havia o batuque, mas só dos *“negros do Almeida”*. Havia também uma oração na noite da Quinta para a Sexta Santa. Todos se reuniam na casa de uma matriarca, descaroçavam o algodão e fiavam. Quando era por volta da meia noite iam descansar. Mas na madrugada, quando os galos começavam a cantar, todos levantavam e iam fazer os cordões. Tiravam a linha e traçavam os cordões, os quais terminavam transformados em colares (compostos de nós), os quais eram usados nos pescoços para a proteção pessoal. Serviam inclusive para tirar lagartas das roças.

Na reza de retirada das lagartas, a orante percorria toda a roça, circulando, mas deixando um corredor para as lagartas saírem. Alguns dias depois retornava para fechar o corredor para as lagartas não mais entrarem na roça.

Como prática de solidariedade havia o “*mutirão treição*”, na mesma modalidade do Kilombo Mesquita, a qual consistia no seguinte: os quilombolas ao saber da dificuldade de alguém na execução de um trabalho (plantio, capina, etc.) combinavam entre si de fazer uma visita surpresa ao necessitado. Chegavam então à casa logo cedo, saudavam os moradores e iam para os trabalhos; os homens para a roça e as mulheres para a cozinha. À noite todos (as) divertiam-se na dança.

### **6.4.2 Perfil socioeconômico**

A Comissão não teve acesso a essa informação.

### **6.4.3 Situação fundiária**

A discussão referente à quilombidade ocorreu em 2004, quando uma professora cubana esteve visitando a comunidade, realizando pesquisas, o que levou à elaboração do estatuto e fundação da Associação. Em 2004 ocorreu também a certificação, todavia, carece ainda do relatório antropológico, Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), o qual ainda encontra-se em fase de feitura.

Em comum acordo, os quilombolas afirmam que seu principal problema é a falta de terra para plantar, inclusive para a prática da lavoura comunitária. A questão fundiária é histórica no local. Narram os presentes na roda de conversa que um fazendeiro da região, ampliou gigantescamente suas propriedades por meio de compra de terra junto aos quilombolas, com pagamento irrisório. Por exemplo, em troca da banda de um “*capado*”, se apossava da terra. Então quando acabava a terra esse dizia para a pessoa “*agora você vai trabalhar pra mim*”. A exploração era tanta que os quilombolas às vezes trabalhavam cortando cana “em troca de um facão”.

### **6.4.4 Trabalho**

A maioria das pessoas que trabalham sobrevivem do plantio de subsistência, sendo roças individuais ou coletivas (plantadas em regime de *mutirão*) em terras arrendadas. Algumas trabalham para fazendeiros residentes na região.

### 6.4.5 Acesso a serviços públicos

A comunidade reclama a falta de elementos básicos de política pública, quais sejam, educação, transporte, saúde, saneamento. Argumentam ainda que muitas das verbas destinadas ao município obtidas em razão da existência de um “*Kilombo*”, na verdade não chegam à comunidade nem favorecem os quilombolas.

Há também a falta de políticas para a juventude. Os jovens quilombolas reclamam a ausência de ações de governo relacionadas particularmente à cultura, educação e entretenimento. Sentem-se abandonados e desamparados.

Tratando-se de uma comunidade pobre, percebe-se que há carência de condições básicas de vida, tais como, alimentação, vestuário, moradia.

Um caso particular se refere aos cemitérios, havendo dois e ambos em áreas privadas de não-quilombolas. A Comissão visitou o Cemitério das Crianças, também chamado “*Cemitério dos Anjinhos*”. Em área particular, esse quase foi destruído totalmente por ação de máquinas destinadas ao plantio.

### 6.4.6 Violações de direitos vivenciados pela comunidade

A restrição do acesso à terra em face da atuação de fazendeiros, que no decorrer das últimas décadas foram ocupando as terras quilombolas, aparece como a principal violação a que estão submetidos os quilombolas Almeidas.

Dona Délia Vieira de Almeida chama a atenção para o fato de que serviços de saúde e educação têm chegado na região do Centro Comercial Quilombo, onde existe escola, posto de saúde, farmácia, etc, porém não há quilombolas. A comunidade relata que a situação é de usurpação do título Quilombo pelos proprietários do comércio, pois a partir do mesmo alcançam benefícios enquanto a população que é de fato quilombola, e que está situada há oito quilômetros deste local, mal tem acesso aos direitos fundamentais.

Enquanto o centro comercial é representado e valorizado pelo título, a estrada que dá acesso à comunidade quilombola não tem sequer sinalização. Não há placas ou referências quilombola também no posto de saúde que atende às famílias locais.

Sobre este assunto a prefeitura municipal representada por José da Silva Faleiro parece ser cúmplice do falso testemunho na medida em que solicita da associação dos Almeidas que “*não devem sair por aí dizendo que existem verbas específicas para comunidades quilombolas*”.

### 6.4.7 Outros problemas sociais

Uma reclamação importante da comunidade se refere à re- tração de algumas atividades ligadas à cultura, às crenças e às prá- ticas populares na comunidade.

### 6.4.8 Potencialidades e desafios

Uma grande preocupação está relacionada a problemática das misturas de políticas públicas para quilombolas e assentados do município de Silvânia, acenando para uma situação que o Inkra precisará enfrentar.

## 6.5 Kilombo Nossa Senhora Aparecida/ Cromínia/Go

### 6.5.1 Histórico

O Kilombo Nossa Senhora Aparecida, situado no Município de Cromínia tem uma importância fundamental no estudo realizado pela Comissão. No entanto, não foi feita a essa comunidade a visita em campo como nas comunidades quilombolas vizinhas, a saber, Boa Nova e Ana Laura. Em contrapartida, o presidente da Associação quilombola, Valdivino Alves da Silva esteve presente nos trabalhos iniciais de entrevista, bem como de devolutiva na Comunidade Boa Nova, no Município de Professor Jamil. Lá, ele respondeu a entrevista e preencheu ao Formulário de Levantamento — Perfil Socioeconômico e Cultural Quilombola.

Uma segunda fonte para esse histórico foi encaminhada por Valdivino. Trata-se de uma publicação da própria Associação Beneficente e Quilombola Nossa Senhora Aparecida, que apresenta o histórico da Comunidade, como transcrito literalmente:

*A Comunidade Quilombola Nossa Senhora Aparecida de Crominia-Goiás é formada por Negros descendentes de escravos, trazidos de várias regiões do Brasil, especialmente do Triângulo Mineiro. Os Negros foram induzidos e arrancados de suas terras quilombolas onde viviam com suas famílias. Na década de 30 fazendeiros emigraram para o estado de*

*Goias, aonde compraram grande quantidade de terras, na região conhecida como PLANURA VERDE, localizada no município de Santa Cruz de Goiás, hoje município de Crominia-Goiás com objetivo de desenvolver a Agricultura e a pecuária, leiteira. Para conseguir atingir seus objetivos, os fazendeiros precisavam de mão de obra boa e barata para executar o trabalho na roça e o trabalho doméstico. O perfil de famílias que os fazendeiros interessavam era por famílias numerosas, como a do senhor, Pedro Carreiro, Jose Benedito, Jose Candido, Olimpio e Dona Elelena Moura, Zico Pé de Mulata, Maria de Lurdes e Altamiro, Antonio Bueno, Joao Criolo. Muitas familias de Negros quilombolas viviam do que produziam em suas terras com suas familias, plantavam e colhiam e viviam felizes. Os fazendeiros para convencer os Quilombolas virem para Goiás diziam a eles que em Goiás um pé de milho ficava maior que um homem e no primeiro ano todos poderiam ficar muito ricos, na primeira colheita e comprar muitas terras. Mas, quando chegavam aqui a realidade era muito diferente, os Negros Quilombolas eram tratados muito mal, como escravos, trabalhando na derrubada do mato para fazer lavoura de arroz, milho, feijao, café e pasto para gado de leite e corte, chegando a trabalhar ate 12 horas por dia, além de não serem remunerados, eram agregados, meeiros ou diaristas e as mulheres faziam o trabalho domésticos para os patrões e outras iam para a roça com os filhos ajudar os maridos. Os fazendeiros forneciam os mantimentos para o sustento das familias Negras para serem pago nas colheitas, porém quando chegava a época da colheitas as familias de Negros Quilombolas continuavam devendo e nao conseguiam pagar as suas contas e pegavam mais mantimentos das familias para o sustento das familia ao ponto que um pai de familia trabalhar o dia todo para ganhar um litro de manteiga ou urna quarta (20 litros) de arroz com casca, que limpo no monjolo ou no pilão dá apenas 03 (trés litros de arroz sem casca), e as mulheres trabalhavam*

*como doméstica na cozinha, lavando, passando, arrumando cuidando das crianças dos patrões em troca de resto de roupas ou comida, e quando matava, porco ou vaca era dado aos negros as carnes inferiores como bucho, tripas, pés, cabera, pele, orelhas, paquera (língua, coração, pulmão). Quando não admitia mais a situação desumana, covarde ou porque estava doente, velho ou era expulso da fazenda sem nenhum reparo ou indenização e sem ter para a onde ir ou mesmo voltar para sua terra de onde foi iludido e arrancado com falsas promessas, ficava obrigado a levantar um rancho de folha de buriti cercado de pau a pique ao redor do patrimônio, povoado Planura Verde, hoje Cromínia. Negros Quilombolas continua sem acesso a terra, trabalhando como diarista, sendo ainda mal remunerados e as mulheres fazendo trabalho doméstico também mal remuneradas em toca (sic) de roupas velhas e resto de comidas, vivendo na periferia da cidade. O índice de analfabetismo é muito grande entre a população Negra Quilombola de Cromínia, muitas crianças fora da escola, jovens não conseguem concluir o ensino médio. O sistema de saúde ignora as doenças específicas da população Negra Quilombola como anemia falciforme. A população Negra Quilombola vive sem dignidade, marginalizada. A Comunidade Quilombola Nossa Senhora Aparecida é formada por mais de 150 (Cento e Cinquenta) famílias Quilombolas que tem aptidão agrícola, pecuária como cultivo de arroz, feijão, milho, mandioca, polvilho farinha, hortaliças, criação de frangos, suínos, bovinos, peixes artesanato etc.*

Partindo das informações prestadas e das conversas compartilhadas, outras informações sobre a Comunidade Nossa Senhora Aparecida são: No que diz respeito a sua identidade a Comunidade tem no dia 13 de maio a comemoração festiva em que o Congado se apresenta, bem como no dia 20 de novembro (Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra) com apresentações culturais. De acordo com o relatório preenchido as religiões praticadas são: catolicismo, protestantismo e espiritismo. Pelo fato de não ter ocorrido a visita em campo mais detalhes não foram obtidos, em razão de entrevistas não realizadas com as famílias da comunidade.

## **6.5.2 Perfil socioeconômico**

A Comunidade Nossa Senhora Aparecida é composta por 150 famílias, sendo 100 homens, 88 mulheres e 86 crianças. No que diz respeito aos traços que compõem o perfil socioeconômico da Comunidade a Comissão não obteve informações suficientes para este fim, uma vez que não foram realizadas entrevistas com os membros da Comunidade.

## **6.5.3 Situação fundiária**

A Comunidade, que ocupa uma área de 12 hectares, já é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, no entanto a atual situação é a luta pela certificação da terra, cuja visita técnica da antropóloga do INCRA era iminente na data da ocasião da reunião da Comissão com o presidente da Associação em março de 2017.

## **6.5.4 Trabalho**

A principal fonte de renda provém de produção de famílias agrícolas, como a fabricação de polvilho e farinha de mandioca. A Comunidade também produz muito artesanato, galinha caipira, hortaliças, leite, queijos, doces.

## **6.5.5 Acesso a serviços públicos**

Em termos de infraestrutura: não há transporte público, as pessoas fazem seus trajetos a pé ou em conduções de lotação adaptadas, tais como vans tipo Kombi; na Comunidade há um posto de saúde, mas a assistência especial para a saúde dos negros não é adequada. As principais doenças são, diabetes, pressão alta e anemia falciforme. Há na comunidade medicina alternativa, como por exemplo, raizeiras; a escola não é adaptada à altura para a demanda das questões quilombolas. Os jovens encontram muitas dificuldades para a conclusão do Ensino Médio.

Em contrapartida, há energia elétrica, água encanada, cartório, posto de saúde, bancos públicos, encaminhamentos constantes de jovens à Universidade Federal de Goiás (UFG) por meio de cotas específicas para quilombolas, parcerias com o SEBRAE no preparo operacional de manejos agrícolas e técnicas alimentares.

### **6.5.6 Violações de direitos vivenciados pela comunidade**

No município de Edealina, próximo ao quilombo, há uma filial da Mineradora Votorantim Cimentos que foi inaugurada em 2015 para atender a demanda de mercados da construção civil nos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. A área de mineração fica há 56Km da sede do quilombo. O trânsito intenso na comunidade existe maiores cuidados quanto à iluminação da via e sinalização de trânsito. As carretas da empresa passam obrigatoriamente pela comunidade (GO 217) para alcançar a BR 153 e conseqüentemente aos destinos das regiões norte e nordeste de Goiás e de Minas Gerais transportando toneladas de cimento. Em decorrência disso a arquitetura das casas ficam constantemente comprometidas.

Outra mineradora próxima ao centro urbano da comunidade (8Km), a Maguinesita S.A. explorou por muito tempo os metais da região. Foi desativada há alguns anos, mas que deixou como herança no território uma grande área desmatada, com cavernas, um córrego contaminado e um alto índice de diagnosticados com câncer. Sobre essa questão, a comunidade guarda registros de pessoas que faleceram pela doença e por outras respiratórias, resultantes da poeira da mineração do Cromo (Cr).

Através da reunião com as demais comunidades vizinhas inferimos por entrevistas que a situação da Comunidade Nossa Senhora Aparecida se alinhe ao exemplo das demais comunidades, tais como: omissão e negligência do Poder Público nas diversas demandas e problemas enfrentados pelos quilombolas; apatia das esferas jurídicas nas temáticas concernentes ao abuso de poder por parte da polícia, por instituições públicas e opressão dos fazendeiros e latifundiários.

## 6.5.7 Outros problemas sociais

A tendência ao esquecimento da história é uma preocupação. O município de Cromínia, antiga Santa Cruz tem uma relevância histórica para as comunidades quilombolas dessa região, pois foi de lá que saíram os negros presentes nas duas comunidades vizinhas (Boa Nova e Ana Laura). A mudança do nome do município tende a encobrir o passado, o esquecimento de fatos, detalhes e registros da origem quebrando os elos entre os quilombos irmãos.

Os jovens quilombolas não são inseridos no senso escolar; falta transporte público, falta tratamento de resíduos sólidos e de esgoto; falta assistência de programas governamentais e principais políticas públicas para os quilombolas.

## 6.5.8 Potencialidades e desafios

Nossa Senhora Aparecida apresenta como potencialidade forte poder de produção agrícola. A comunidade conseguiu parcerias com entidades locais para a produção. A Comissão não teve conhecimento das formas legais dos vínculos entre as partes, se é meramente um empreendedorismo ou um programa de governo, bem como não teve informações quanto ao impacto e ao envolvimento dos membros associados na produção e na economia.

Mas, de um modo geral, a Comunidade possui muito potencial em produção agrícola, embora tenha que travar uma luta descomunal de desafios para poder consolidar as suas conquistas. Conforme respostas do questionário, a comunidade possui parcerias com o SEBRAE em termos de cursos e incentivos, mas falta acesso ao microcrédito para a aquisição de insumos agrícolas. Falta também programas de fomento à economia local e à agricultura familiar.

O resgate e registro da história de origem e resistência do quilombo se fazem necessários a fim de que os mais jovens tenham suas próprias referências. Os mais velhos estão falecendo. No início de abril de 2017, faleceu o patriarca José de Souza.



Lideranças do Kilombo Mesquita durante a devolutiva da CVN/SBB à comunidade

## 7. Kilombo Mesquita/Cidade Ocidental/GO: o Kilombo do Distrito Federal

Sendo o único Kilombo com território no Distrito Federal e localizado a 45Km de Brasília, o Kilombo Mesquita teve um relevante papel na História do Brasil. Além de contribuir forçadamente com trabalho e produção, uma vez que sua população foi escravizada como muitas no período colonial, participou já na década de 1960 de outro grande momento histórico: a construção e desenvolvimento da atual capital federal. E essa participação se deu não apenas com a mão-de-obra, dessa vez remunerada, mas também cedendo parte de seu território ancestral.

Claro que a cessão não se deu espontaneamente. Alguns percentuais da área foram vendidos ou ocupados, em diversos momentos da história, em favor de diferentes proprietários, que por sua vez renegociaram esses espaços. Outras frações não eram reconhecidas como terras quilombolas até muito recentemente quando surgiram documentos históricos e cartoriais que comprovam as suas localizações como partes das terras pertencentes ao Kilombo Mesquita. Brasília e o Distrito Federal se desenvolveram assim, sobre a terra herdada pelos remanescentes de Mesquita, ainda que esse quinhão fosse considerado uma área sem dono.

Hoje, após muitas perdas, a delimitação do Kilombo corresponde à uma fração insignificante do que um dia foi. Para se ter uma ideia, toda a região onde atualmente se encontram os Condomínios do Lago Sul e as Regiões Administrativas (RAs/DF) de São Sebastião, Jardim Botânico, a Reserva da Marinha do Brasil, todo o Lago Paranoá e o bairros Lago Sul e Lago Norte, se estendendo até o Paranoá e parte de Planaltina do DF, já pertenceu comprovadamente ao Mesquita.

Além disso, praticamente metade da cidade de Santa Maria, pertence ou pertenceu aos ancestrais quilombolas, tendo por proprietários personagens como Manoel Pereira Braga ou Pereira da Paixão. Hoje, esta herança é alvo de disputa judicial entre o Governo do DF e os quilombolas que aguardam, além da indenização pela ocupação de parte desse território, a justa negociação pela fração que tende a expandir a cidade.

De fato a construção de Brasília teve uma participação decisiva da comunidade do Mesquita. Muitos quilombolas atuaram diretamente na construção da Capital, o caso de Sinfrônio Lisboa da Costa, que foi pioneiro na construção do Catetinho e de Onélia Pereira Braga e Enedina Pereira que, por sua vez, foram das primeiras cozinheiras do presidente Juscelino Kubistchek. Outros mais deram sua contribuição fornecendo seus produtos (frutas, verduras, cereais, leite, queijo, doces) aos pioneiros construtores e candangos que se deslocaram de outras regiões do país.

Por conseguinte, há razões suficientes para que Mesquita seja um Kilombo emblemático e ao mesmo tempo um ponto de convergência para os outros quilombolas de comunidades distantes. De fato, Mesquita tem se constituído em um espaço de acolhimento para quilombolas de todo o País, que, muitas vezes vêm à Brasília participar de ações sociais, resolver problemas de ordens administrativas, individuais ou coletivas, e, principalmente, lutar pela garantia de seus direitos fundamentais.

## 7.1 Histórico

A origem do Kilombo Mesquita parece estar ligada diretamente ao surgimento de Luziânia, fundada em 1746 por Antônio Bueno de Azevedo. Na tropa desse bandeirante havia um parente seu chamado José Correa de Mesquita, o seu capitão-mor, que tudo indica ter sido o proprietário das terras que atualmente guardam o seu nome (BRASIL, 2011).

Com a vinda da crise na exploração do ouro (1775), muitas famílias pioneiras abandonaram Luziânia e, entre elas, possivelmente, estava a família Mesquita, que findou por destinar suas terras a três escravizadas. Segundo estudos recentes, essas seriam Maria Abadia, Martinha Pereira Braga e Maria Pereira Dutra (NERES, 2016).

Com o passar do tempo a comunidade foi adquirindo os aspectos de um verdadeiro arraial, ao mesmo tempo em que recebia diversas variantes do nome “*Mesquita*”, tais como, Fazenda Mesquita, Sítio do Mesquita, Tapera do Mesquita, Arraial dos Pretos, Arraial dos Crioulos, Crioulos, etc.

As terras, nos primeiros períodos, eram concebidas em caráter mais ou menos coletivo. Todavia, esse formato foi alterado com a tramitação de um processo de inventário, iniciado em 1943 e concluído em 1957. Fato que parece ter gerado algumas fraturas no relacionamento entre os quilombolas.

Alguns fatores externos também interferiram na vida dos Mesquita, por exemplo, a construção de Brasília (inaugurada em 1960) e a de Cidade Ocidental (1976). Esses dois acontecimentos impactaram diretamente a realidade do Kilombo, positiva e negativamente. O fator positivo foi a criação de oportunidade de empregos e de comercialização de seus produtos. Já como elementos negativos encontram-se a constante sedução de empresários em geral, de imobiliárias, construtoras, mineradoras e outros ramos de empreendimentos que têm buscado convencer ostensivamente os quilombolas a se desfazerem de suas terras.

O branco quando percebeu a riqueza e as potencialidades do local, foi buscando obter a confiança da comunidade, semelhantemente aos tempos idos da chegada da corte portuguesa ao Brasil, quando o poder era imposto utilizando-se de sedução financeira, ameaça e/ou semeando a discórdia em meio à população local.

## 7.2 Perfil socioeconômico

Quanto aos habitantes, esses foram se constituindo a partir principalmente dos troncos das ex-escravizadas, formando-se o conjunto das famílias Pereira Braga, Pereira Dutra, Lisboa da Costa e Teixeira Magalhães. Essas famílias até hoje são muito expressivas no Kilombo, embora tenham se integrado a elas pessoas vindas de diversos lugares, tais como dos estados de Minas Gerais e Bahia.

Atualmente, a população é constituída de aproximadamente 3.500 pessoas, sendo que segundo censo de 2011 (CIDADE OCIDENTAL, 2016) 80% é constituído de negros e pardos. Conforme o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) sobre a comunidade, essas pessoas estão distribuídas em aproximadamente 1.435 famílias pertencentes ao referido tronco genético: cerca de 850 em território e as demais em êxodo temporário, distribuídas pelo estado de Goiás.

A produção local é marcada basicamente pela agricultura familiar, porém alguns pequenos produtores são também empregados de grandes fazendeiros, trabalhadores em Brasília e em Cidade Ocidental. Algumas famílias ainda seguem o regime de mutirão característico da comunidade, no qual o trabalho é dividido por tipo de produção. Em um dos casos, três ou quatro famílias investem nas roças de marmelos e vendem a colheita para a família que vive da produção e negociação da marmelada.

Em outra situação, diferentes famílias investem em diferentes roças (leguminosas, pomares, hortaliças) e vendem para a o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) do Governo Federal. Este, por sua vez, organiza cestas e as encaminha à instituições públicas do município como escolas, creches e hospitais.

## 7.3 Situação fundiária

Apesar da vigência do Decreto Presidencial 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos Kilombos, o Mesquita enfrenta como suas piores ameaças o sufocamento pelo crescimento de bairros periféricos, os desmatamentos nas áreas nativas de Cerrado e a violenta especulação imobiliária comandada por grileiros que agem na região. Muitos deles, personalidades importantes no cenário do Distrito Federal, nacional e até internacional como é o caso do ex-presidente José Sarney.

Fazendeiros de gado e de plantio de soja estão invadindo criminosamente o território da comunidade, ameaçando as famílias que se autoafirmam quilombolas, afetando a agricultura familiar, comprometendo as nascentes a partir da perfuração ilegal de poços artesianos e da prática do desmatamento, e contaminando o lençol freático com o uso constante de agrotóxicos. Trata-se de uma grande irresponsabilidade social, visto que por se tratar de uma região rica em recursos hídricos, importantes não apenas para o Kilombo, mas também para todo o município da Cidade Ocidental e para a Bacia do Rio São Bartolomeu que, com 200 Km de extensão, abastece a todo o Distrito Federal e municípios do estado de Goiás, sendo ainda afluente do Rio Corumbá.

A principal luta de resistência da comunidade se dá no sentido de garantir respeito ao reconhecimento do Governo Federal à sua Autodefinição Quilombola. Porém, uma estratégia dos grileiros procura derrubar a certificação conquistada após muitos anos de empenho por parte da Associação Renovadora do Kilombo Mesquita (Arenquim). Trata-se das investidas dos especuladores e grileiros no sentido de combater a quilombidade das famílias da comunidade, no intuito de inviabilizar a titulação definitiva da área tradicionalmente ocupada pela comunidade para apropriação das terras. Essas investidas se dão com a promoção de ocupações de diferentes pontos do território, sobretudo através de loteamentos irregulares, por pessoas externas ao meio étnico.

Atualmente há um número importante de loteamentos clandestinos já iniciados e em via de realização, o que tem provocado revolta e preocupação da parte dos quilombolas. Mas não é só isso, há também constante risco de danificação ao meio ambiente, de comprometer o extrativismo tradicional na região rica em frutos nativos: pequi, jatobá, quabiroba, caju; árvores de lei, ervas e flores medicinais.

## 7.4 Trabalho

Por muitas décadas, especialmente após a abolição da escravidão, a fonte de renda do Kilombo Mesquita girou em torno do cultivo do marmelo e da produção do doce marmelada. No entanto, uma praga que atingiu o plantio, praticamente dizimando a grande produção, bem como o advento da construção de Brasília, mudou o perfil de subsistência da comunidade que para se adequar à nova realidade buscou novas possibilidades de recursos.

Uma dessas alternativas foi a busca de oportunidades de emprego na nova capital federal, o que fez com que muitos quilombolas passassem a trabalhar na sua e posteriormente nos setores empregatícios que a cidade demandava. Por cerca de 40 anos, o Kilombo foi uma comunidade-dormitório onde, durante a semana era comum a presença de uma maioria de crianças e idosos.

Já recentemente, os esforços da Arenquim em conquistar direitos para as famílias quilombolas vem mudando este cenário. A certificação do Mesquita pela Fundação Cultural Palmares foi um impulso ao alcance de políticas públicas de desenvolvimento direcionadas especialmente ao meio rural. Com essas medidas e com o acesso mais fácil ao meio acadêmico, parte das gerações mais jovens vêm investindo na agricultura familiar e em meios mais estratégicos e sustentáveis de produção e negociação de alimentos.

Um percentual ainda não-avaliado estatisticamente dessas gerações trabalha no centro do município da Cidade Ocidental e em cidades próximas (do Distrito Federal e do Goiás) como prestadores de serviços.

## 7.5 Educação, cultura e economia

As atividades educativas em Mesquita têm por base uma escola pública de ensino fundamental que atende do primeiro ao nono ano. A comunidade não dispõe, entretanto, de creches, de escola de ensino médio e muito menos, de ensino superior. A unidade escolar existente atende, além de quilombolas, moradores de bairros vizinhos (urbanos e rurais).

Embora a escola esteja localizada em território quilombola, sua direção tem colocado muitas dificuldades à iniciativa de se oferecer uma educação consonante à especificidade do lugar. Na luta para a consecução de uma verdadeira escola quilombola, com currículo adaptado bem como um projeto pedagógico que respeite as especificidades do kilombo, participam membros da associação do Kilombo e algumas professoras da própria comunidade. Essa luta se dá, não só na vivência cotidiana, mas também na tentativa de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Plano Municipal de Educação (PME) de acordo com interesses quilombolas.

As resistências referidas acima são devidas a fatores políticos e a atuação de pessoas e entidades opositoras ao Kilombo e que, na maioria das vezes, têm interesse nas terras quilombolas. O prefeito eleito no último pleito é abertamente contrário ao Kilombo e tem feito constantes ameaças aos profissionais da escola, apoiadores dos quilombolas, das políticas públicas e de todo o processo de regularização, cuja consecução poria fim a ambições de fazendeiros e especuladores sobre o que ainda resta do território do Mesquita.

Devido ao processo de conflito dentro do ambiente escolar gerado pela negação do reconhecimento quilombola, muitos moradores da comunidade têm retirado seus filhos daquela escola levando-os para estudar no Distrito Federal ou na Cidade Ocidental, fato que tem aumentado as dificuldades das famílias em oferecer uma educação mais adequada às suas crianças.

Além disso, outro problema é o analfabetismo que atinge um bom número de adultos e adolescentes, fato mais ainda agravado pela não existência do projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Já no que diz respeito à cultura, Mesquita é a principal referência do município de Cidade Ocidental onde se destacam a Festa do Marmelo, dedicada à colheita do fruto no mês de janeiro, e as diversas festas religiosas, por exemplo, a Folia de Nossa Senhora da Abadia. Praticamente em todos esses festejos é fácil encontrar danças tradicionais como a caira e a raposa (esta última, exclusiva do Mesquita).

Importantes iniciativas têm ocorrido no sentido de estimular o surgimento de novas e o resgate de antigas expressões culturais, em acordo com os valores identitários locais. Sobre isso foram criados o Espaço de Memória, ambiente reservado à preservação e exposição de objetos históricos do território do Kilombo e o Grupo Som de Kilombo, que se dedica ao resgate de músicas referentes à história e contemporaneidade do Mesquita.

Ainda no tocante à cultura, é importante destacar que, apesar do pesado processo de perseguição às religiões de matriz africana, ainda é possível encontrar algumas pessoas praticantes, mesmo que na maioria das vezes isso seja feito de maneira clandestina e/ou disfarçada com elementos, por exemplo, do catolicismo.

Além dos mutirões de mulheres nos períodos de festas, notável também é a fartura e a diversidade da culinária, representada por exemplo, no tradicional festival de doces que acontece durante a festa de Nossa Senha da Abadia. Neste caso merece destaque o doce de marmelo, cujo fruto se destaca e simboliza bem a produção e a identidade a população local.

## **7.6 Violações de direitos vivenciados pela comunidade**

A mais ameaçadora violação de direitos da comunidade é a persistência de grileiros em se manterem no território apesar de notificados pelo Incra de que serão desintrusados. Esta persistência tem como argumento a alta produtividade da terra a que se referem no processo de titulação do kilombo que está em andamento. Nomes como José Sarney (ex-presidente da República), Marcos Pereira Lombardi (dono do Jornal de Brasília), Fábio Correia de Oliveira (prefeito de Cidade Ocidental/GO) e Manuel Junqueira (militar) aparecem relacionados às maiores e mais produtivas terras do território Mesquita.

A presença dessas pessoas no kilombo representam todos os tipos de intimidação que vão de conflitos verbais a ataques às formas de subsistência: desvio de regos, contaminação das águas, intervenções nos projetos direcionados aos quilombolas, invasão de terras e de espaços de convivência da comunidade. Por exemplos: 1) A terra sob posse de José Sarney é uma das maiores em produção de soja, razão de desmatamento de ampla área de Cerrado nativo para a monocultura e

contaminação das águas por agrotóxico; 2) A terra em nome de Marcos Pereira Lombardi é constantemente desmatada sob o argumento de manutenção de pasto, porém, permanece inativa; 3) A terra onde reside o prefeito da Cidade Ocidental, Fábio Correia, também é um horizonte de soja; 4) Já Manuel Junqueira, é conhecido por praticar tiros na fazenda onde vive ignorando que por trás da estreita faixa de Cerrado, da qual parte ele próprio desmatou, existem áreas de plantio e residências de quilombolas.

A briga na Justiça segue com todos os tipos de investidas. Muitas das lutas contra o Mesquita são individuais, mas é também estratégia da grilagem se apoiar em seus pares. No processo do Incra, uma decisão judicial determina que o ex-presidente José Sarney não pode ser notificado por desintrusão da área que utiliza, muito provavelmente uma tentativa de se ganhar tempo para negociar politicamente interferências na delimitação do território Mesquita que beneficiem os proprietários ruralistas que lá residem.

Curioso ao quilombo é o fato de que o então presidente que criou a Fundação Cultural Palmares e se posicionou a favor das cotas raciais esteja tão convicto em grilar e ameaçar justamente as terras e população que diz defender. O próprio Sarney visitou o senhor Benedito Antônio, então liderança do Kilombo Mesquita, e anunciou à ele diante de sua família e de testemunhas da comunidade que quando chegasse o momento oportuno conforme o estipulado pelo Incra, devolveria espontaneamente a área e contribuiria para que outros fazendeiros compreendessem e se espelhassem em sua atitude, o que não ocorre.

No que se refere às políticas públicas, o quilombo dispõe de forma precária de energia elétrica, água encanada e telefone. Não possui rede de esgoto. Já a internet, apenas algumas pessoas dispõem na modalidade via rádio. No âmbito da saúde, há um posto com estrutura também precária e que não possui ambulância para os casos necessários. Nele, há a presença de apenas um médico, um enfermeiro e um auxiliar de enfermagem. Estes atendem apenas alguns dias por semana. Em situações de média ou alta gravidade os doentes precisam se deslocar por conta própria para o centro do município ou para cidades do Distrito Federal. No segundo caso, nem sempre conseguem atendimento por serem oriundos de outro estado.

Precária também é a situação do transporte público, principalmente tendo em consideração que boa parte das pessoas trabalham e estudam fora da comunidade, além de necessitarem desse meio de deslocamento para fazerem compras ou para outros compromissos pessoais.

A segurança também é problemática, havendo com frequência assaltos à ônibus, casas e pessoas no local, além da ocorrência de assassinatos. Tal violência se justifica pelo sufocamento proporcionado pelo crescimento do centro do município e da criação de novos bairros ao redor do território Mesquita. Em resumo, a violência externa impacta no quilombo.

Quanto à juventude, há uma forte incidência de adolescentes em situação de risco, muitos deles envolvidos no consumo de álcool e uso e tráfico de drogas. Um dos fatores que mais contribui para essa realidade é a falta de acolhimento da escola e o conseqüente desinteresse dos jovens pelo espaço escolar. A ausência de iniciativas de projetos e ações mais direcionadas faz da escola um ambiente distante dos reais interesses e do mundo cotidiano desses jovens. Essa inércia, essa incapacidade de influir positivamente sobre essa perigosa realidade a que estão afetos esses adolescentes é fruto, em última análise, do racismo institucional. A negligência e o desinteresse sobre as questões que afligem a juventude quilombola é sua trágica resultante. Nesse ambiente escolar os adolescentes não se veem como sujeitos e permanecem alheios a uma realidade que não se adapta às suas vivências. Como consequência, muitos jovens buscam as chamadas “*escolas neutras*” situadas fora de seu território onde é forte a presença de práticas de bullying contextualizado em casos de preconceitos e impropriamente justificando o racismo entre os adolescentes, notadamente contra os jovens quilombolas, resultando assim em mais evasão escolar.

## 7.7 Outros problemas sociais

O Kilombo está comemorando 270 anos de existência e 10 de certificação. Há uma Associação que já supera os 10 anos de vida e dispõe de uma sede (embora a propriedade seja de fato da presidenta da Associação), de uma caixa postal e uma pequena estrutura de secretaria. Há o projeto de um viveiro de plantas em funcionamento, embora ainda de forma precária. A associação promove também outras iniciativas como o atendimento a turistas e entidades interessadas em parcerias. A despeito do importante trabalho a entidade carece de melhor organização, no que diz respeito a atividades de rotina, como realização de reuniões, elaboração de uma agenda, elaboração e gestão de projetos, atendimento qualificado às pessoas, comunicação e mobilização da comunidade. Além disso, há necessidade de uma melhor atenção à gestão documental e financeira.

## 7.8 Potencialidades e desafios

Mesquita é um kilombo com grandes potencialidades, porém um importante fator ainda não explorado seria o turismo com contexto histórico, antropológico e ecológico, uma vez que é a comunidade negra tradicional mais próxima de Brasília — a capital federal — e com parte do território no Distrito Federal. No entanto, o aspecto ecológico teria que se fortalecer por se tratar de uma área muito prejudicada pela atuação de grileiros no sentido do desmatamento.



Região da Chapada dos Veadeiros onde estão situadas comunidades Kalunga

## 8. Alguns dos quilombos não visitados contemplados pela comissão

No período de março de 2016 à março de 2017 a Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do Distrito Federal e Entorno (CVN) acompanhou 18 comunidades quilombolas num raio de 300Km de Brasília contemplando o território do Distrito Federal e seu entorno no estado de Goiás. Não contemplou comunidades da Bahia e de Minas Gerais pelo fato destes estados já terem comissões próprias para tratar da questão. Outro motivo se deu no sentido de que no período colonial as fazendas eram extensas e a área onde, em 1960, se concretizou Brasília era um grande plano de circulação de pessoas advindas das cercanias, em sua maioria negros escravizados, forros e fugitivos do regime de graves abusos.

Seguindo o cronograma proposto em sua metodologia de trabalho a Comissão visitou Kilombos e cidades do período colonial, além de museus e acervos relacionados. Apenas nove foram as comunidades visitadas, pois algumas interferências prejudicaram o andamento dos trabalhos:

**1. Custos:** A Comissão é constituída por membros-voluntários da sociedade civil, de diferentes áreas do conhecimento, que se dedicam aos levantamentos registrados neste relatório. Os recursos adquiridos para a execução de toda a proposta foi insuficiente dada a amplitude do projeto;

**2. Prazo:** A Comissão se dispôs a trabalhar por um ano com o objetivo de que fosse apresentada a primeira versão do relatório nos primeiros seis meses, com a pretensão de que todas as 18 comunidades fossem visitadas, porém as incompatibilidades de agenda da Comissão com as das associações Quilombolas tornou a atuação inviável para o limite de tempo;

**3. Período eleitoral:** Devido às Eleições Municipais, o ano de 2016 foi atípico. Alguns dos kilombos que não foram visitados pela Comissão, tinham suas lideranças diretamente envolvidas em campanhas políticas. A fim de que não fossem prejudicadas em suas campanhas algumas lideranças optaram por não receber as consultoras e os consultores.

No entanto, essas comunidades não visitadas foram contempladas pelo projeto de outras maneiras: com a participação de representantes no Encontro com as Lideranças Quilombolas onde estas foram instadas a preencher o Formulário de Levantamento Perfil Socioeconômico e Cultural Quilombola. Esse Formulário contém informações relevantes de cada uma das comunidades em todos os seus aspectos, por exemplo, dados territoriais, educacionais e da saúde. Foram as seguintes as comunidades não visitadas, mas cujas informações foram obtidas a partir dos questionários preenchidos: Kilombo Kalunga Tinguizal/Monte Alegre/GO e os Kilombos Kalunga Vão de Almas e Engenho II/Cavalcante/GO, no Entorno Norte de Brasília — e, o Kilombo Nossa Senhora Aparecida/Cromínia/GO no Entorno Sul.

O encontro com as Lideranças Quilombolas ocorreu no mês de agosto de 2016 em Brasília e garantiu um importante espaço de voz aos representantes das comunidades. Muitas falas trataram dos conflitos enfrentados, das demandas cotidianas, da luta pela manutenção da identidade. Porém uma em especial chamou a atenção. Foi a fala de Maria Helena S. Rodrigues do Kilombo Tinguizal/Monte Alegre/GO que tratou de conceitos contemporâneos à luta Kalunga:

*Então, a escravidão nossa hoje, do nosso povo Kalunga e o chicote do nosso povo Kalunga é o racismo institucional. Ele ainda é muito presente, ele ainda está presente em todos os momentos nas nossas comunidades (...). Acho que hoje nós estamos com uns 90% dos que formaram no ensino médio*

*todos dentro da Universidade, alguns fazendo licenciatura, outros pedagogia, nós temos médicos, temos advogados e mesmo assim a gente não se sente fazendo parte daquele município”.*

*(...) Porque tem aquela escravidão voluntária onde eu posso ser escrava voluntária, mas tem também a escravidão involuntária por falta do conhecimento e nós juventude, estamos com a responsabilidade de libertar o nosso povo da escravidão involuntária, se ele for escravo voluntário, aí já é outro problema, não se diz que o sujeito não tinha o conhecimento, mas se nós formos alienados voluntariamente, é porque a gente quer.*

*(...) O estupro no Kalunga, não é só o estupro sexual, físico, há também o estupro ideológico, e esse é o mais perigoso. O estupro ideológico é o mais perigoso dentro de todas as comunidades quilombolas. Porque o estupro ideológico começa quando você diminui a menina, quando você acha que a menina não tem capacidade, quando você acha que a menina não tem condições estudar, quando você acha que a menina não tem condições de trabalhar, quando você acha que a menina não tem condições de ser um ser humano. Quando você traz isso para o povo quilombola... de que eles são menos, as meninas não veem isso como estupro, os pais das meninas não enxergam isso como estupro.*

Também foram tratadas outras questões como possíveis influências religiosas nas comunidades servindo de instrumento à omissão de casos graves a partir dos argumentos de valores morais. Por exemplo, eram comuns casos de estupros resolvidos com casamentos forçados.

Essas e outras questões vieram à tona no encontro com as lideranças que foi de suma importância para o direcionamento dos trabalhos da Comissão.

## 8.1 Os Kilombos de Uruaçu e Niquelândia/Go

A CVN/SBB foi procurada com o objetivo de atender às demandas de quilombos de outros municípios do Estado de Goiás. Muitas dessas comunidades só realizaram o primeiro contato com a equipe ao final do projeto, razão pela qual não puderam participar dos levantamentos. Apesar disso, a Comissão fez o que pôde para contemplar, ainda que minimamente, a essas populações. Os quilombos citados são: o Kilombo urbano João Borges Vieira, situado no município de Uruaçu, e o Kilombo Rufino Francisco, do município de Niquelândia, respectivamente representados pelas lideranças Domingas Gouveia de Carvalho e Juarez da Silva Rocha.

De acordo com Domingas, o Kilombo João Borges Vieira é remanescente do Kilombo Pombal situado no município vizinho, Santa Rita do Novo Destino. A comunidade luta para que a Escola Estadual Luiz de França, situada no território, seja reconhecida como escola quilombola pelo Ministério da Educação (MEC).

A Associação da Comunidade Quilombola João Borges Vieira vem se organizando para se informar sobre os direitos do quilombo e para transmitir as informações às famílias, precisa de mais orientações sobre o que pode ser alcançado a partir da sua Certidão de Autodefinição Quilombola, emitida em 2009.

Já o Kilombo Rufino Francisco vem sofrendo com as invasões de terras quilombolas por grileiros e por pessoas influentes da cidade, inclusive juízes e donos de cartórios. Muitos dos quilombolas que perderam suas terras no conflito estão partindo para a zona urbana sem condições financeiras para sobreviver e sem qualquer assistência do governo.

Os ataques e a apropriação das terras só comprovam o sistema de escravização que se perpetua desde o colonialismo, onde o Negro parece não ter direitos ou chances de se defender. O Kilombo Rufino Francisco, assim como outras comunidades quilombolas do município pedem socorro, razão pela qual esta Comissão, ao mesmo tempo em que denuncia este crime contra a dignidade humana, solicita esclarecimentos e posicionamentos das autoridades quanto à possibilidade de resolução dos casos.



## 9. A organização das comunidades e suas reivindicações

Era o ano de 1850 e o tráfico negreiro passou a ser proibido no Brasil. Os movimentos de quilombagem já eram muito expressivos e a Coroa Portuguesa se via cada vez mais pressionada a oficializar a abolição. Com as mudanças no cenário, os colonizadores começaram a proclamar medidas que os mantivessem com o domínio das terras as quais “desbravaram” e assim, foi instituída, em 1850, a chamada Lei de Terras. Por meio de Cartas de Sesmarias a Lei regularizava as grandes áreas em nome dos seus dominadores.

No entanto, as verdades transmitidas por meio da oralidade em muitos dos Kilombos deixam claro o entendimento de que era aquele processo de regularização das terras a oportunidade estabelecimento de vínculos formais e inquestionáveis entre essas comunidades e as áreas por elas ocupadas. As lideranças de muitos quilombos se articularam naquele momento com o objetivo de executar estratégias de alcance da documentação, uma garantia de proteção para o futuro.

As histórias perpetuadas nos territórios quilombolas trazem estratégias como a das matriarcas do Kilombo Mesquita que, logo que herdaram, por volta da década de 1850, a área onde se firmou a comunidade, tiveram o cuidado de documentá-la, fazendo o mesmo sempre que a mesma era dividida entre seus descendentes (Neres, 2016). Em outros casos, como o de Pilar de Goiás, os negros aquilombados se instalaram em uma região onde havia muito ouro e enquanto não eram descobertos trabalharam no garimpo guardando quantidades de ouro suficientes para a compra da própria liberdade e do território ocupado.

Passados mais de um século e meio e a questão das comunidades quilombolas, notadamente sua regularização, permaneceu sem resposta. A retomada dos debates em torno dos direitos quilombolas teve lugar, no Brasil, na década de 1970, no bojo da retomada da questão racial com a reorganização do movimento Negro. Inspirados no conceito de “quilombismo” de Abdias do Nascimento, as comunidades remanescentes de Kilombos definiram sua estratégia de luta política pela regularização de suas terras e pelos direitos fundamentais tendo por base a resistência pacífica.

A adoção dos preceitos do quilombismo fortaleceu as comunidades remanescentes e as próprias populações negras urbanas que as apoiavam. O ponto de partida da luta era sair da invisibilidade. As comunidades foram assim se organizando, buscando espaços de voz, logrando algumas significativas vitórias, como o reconhecimento e proteção de seus direitos

sociais, culturais, econômicos e políticos pela Constituição Federal de 1988 — Artigos 215 e 216, além do Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias — e a instituição, no mesmo ano, da Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão vinculado ao Ministério da Cultura:

*Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP, vinculada ao Ministério da Cultura1, com sede e foro no Distrito Federal, com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.*

Lei nº 7.668/1988

Visando a preservação dessas conquistas pela via da efetivação dos mecanismos governamentais de fiscalização e controle das políticas bem como pela consolidação dos direitos assegurados aos quilombolas, as comunidades passaram a se organizar de uma forma mais institucionalizada. Passaram a constituir associações de comunidades, comissões, coordenações e federações em prol da causa quilombola em suas demandas diversificadas, seja por identidade étnica, especificidades municipais ou abrangências regionais.

Dentre as organizações criadas aquela que congrega o maior número de comunidades filiadas é a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), com presença em praticamente todos os estados. Fundada no ano de 1996, a Conaq é um dos mais ativos agentes do movimento negro no segmento quilombola. Seu mais recente documento, uma reflexão sobre seus 20 anos de luta, traz a indignação quanto à recente aliança entre a gestão governamental Michel Temer e os setores ligados ao latifúndio. Essa nova conjuntura representa um forte retrocesso. As mudanças patrocinadas pelo atual governo sinalizam um panorama de ataque aos interesses e à causa quilombola, diante do que a Conaq externou seu posicionamento através de um conjunto de reivindicações, a saber:

- *Que a Pauta Quilombola retorne imediatamente ser competência do INCRA, para titular os Territórios Quilombolas, dentro da nova fusão dos Ministérios Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social e Combate à Fome;*
- *Que fica sob a competência do MINC através da FCP a pauta sobre as Certificações dos Quilombos;*
- *O reconhecimento de nós quilombolas como Público da Reforma Agrária, conforme a Portaria nº 175 de 19 de abril de 2016, assim sendo não compete ao MINC tal função;*

- *Que a SEPPIR não seja desmantelada para que possa continuar executando o seu papel sendo a ponte entre os (as) quilombolas e o Governo Interino de Michel Temer, executando as políticas do Programa Brasil Quilombola, assim sendo não podem reduzir a SEPPIR numa simples 'pasta' no 'novo' Ministério da Justiça e Cidadania;*
- *Que o Estado Brasileiro cumpra e respeite as determinações do Decreto 4887 de 2003, foi uma conquista do Movimento Negro, ONGs e Quilombolas este Decreto que compõe mais da metade da população no Brasil;*
- *Que o Brasil respeite os (as) negros (as), os (as) quilombolas, os (as) indígenas, os (as) Camponeses (as) e todos os povos que compõe a formação desta Pátria, que resistem e lutam, pois nunca estiveram adormecidos (as) ou não existiríamos mais;*
- *Que o Brasil respeite os Tratados, Convenções e Acordos Internacionais assinados, firmados para combater o Racismo, a violência no campo e na cidade, os conflitos agrários, os direitos humanos, a terra, a vida dos (as) brasileiros e brasileiras lutadores (as) desta Pátria. (Conaq, 2016).*

A pauta da Conaq é emblemática e representa, de um modo geral, o descontentamento dos quilombolas com a atual conjuntura política e seus prováveis desdobramentos. Além de demonstrar pouco ou nenhum interesse para as questões daquelas comunidades, o governo sinaliza com o desmonte das atuais políticas e ações governamentais que, ainda que de forma pontual e incipiente, têm sido construídas a duras penas nesses últimos doze anos.

É importante assinalar que a luta pelos direitos fundamentais quilombolas é caracterizada pela representatividade de uma maioria feminina. Nesse contexto, as entrevistas realizadas com as lideranças dessas comunidades pela Comissão mapeou a grande preocupação das mulheres não apenas quanto à manutenção de seus territórios ancestrais, mas também em relação à formação moral e educacional das crianças, ao desenvolvimento dos jovens junto à valorização da identidade, ao bem estar físico, nutricional e psicológico das famílias, à organização econômica do meio quilombola.

Tal expressividade pode ser justificada por um dado da Organização das Nações Unidas (ONU) que afirma que entre 50 e 80% de toda a produção de alimentos do mundo é produzida por mulheres de comunidades tradicionais e são também elas as principais mantenedoras dos territórios como espaços de preservação de recursos naturais e de preservação da cultura (da linguagem aos saberes), uma vez que os homens na maioria das vezes buscam outros meios de sobrevivência e sustento nas cidades.



Porém, sobretudo nesse meio rural, continuam significativas as disparidades de gênero. Apesar do maior número de mulheres nos Kilombos e dessas serem, na maioria dos casos, suas representantes legais, as vozes dos homens ainda pesam sobremaneira em algumas decisões. Quanto a estes posicionamentos e interferências, as quilombolas líderes de comunidades alertaram recentemente, por meio de uma carta da Secretaria de Mulheres Quilombolas, vinculada à Conaq, durante a 5ª Marcha das Margaridas em 2016, o seguinte:

*[...]Por meio da Marcha ressaltamos questões que julgamos relevantes de serem aprofundadas pela sociedade. Por exemplo, as disparidades sociais entre homens e mulheres e entre mulheres negras e não negras. Em linhas gerais todas as mulheres negras correspondemos nos dados de violência doméstica, segurança pública e mortalidade, aos mais altos índices enquanto vítimas. Em nossas buscas por proteção, auxílio ou orientação somos mais uma vez expostas, dessa vez ao que é hoje conhecido como racismo institucional. Nos territórios quilombolas sofremos também com os conflitos agrários, apesar de todas as formas de preconceito já estabelecidas estamos ainda mais vulneráveis devido às lutas enfrentadas em defesa de nosso espaço ancestral. Estamos cansadas, nós e nossas famílias, de sermos criminalizadas pela posse das terras que herdamos, quando sequer são lembrados o que nos foi tirado a partir da escravização. Contudo, nos adequamos a esta terra chamada Brasil e pelo amor que aprendemos a dedicar somos hoje consideradas nativizadas deste país. Aqui, tivemos filhos, netos, bisnetos. Estamos nas quarta, quinta e até sexta gerações, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade da qual somos co-fundadoras e nossa luta contemporânea é por reconhecimento, por cidadania e por respeito às nossas vidas [...]*

A invisibilidade dada às mulheres interfere no próprio desenvolvimento dos Kilombos. Um tema de debate entre quilombolas se refere ao modo como, mesmo dentro das associações, por vezes os homens surgem como lideranças, pelo simples fato de estarem na ponta das negociações, quando quem toca as produções são as mulheres. Há casos onde são elas que plantam as hortas, produzem os alimentos tradicionais, se reúnem para os debates e encaminhamentos comunitários, porém os homens são reconhecidos como líderes por serem a face conhecida das comunidades, os vendedores desses

produtos para o mercado externo ao território e os que assinam documentos com instituições quando é o caso.

Diante do exposto, a carta da Secretaria de Mulheres Quilombolas, vinculada à Conaq, durante a 5ª Marcha das Margaridas em 2016, também pontua:

**[...] Estamos em Marcha:**

- *pelo fim do feminicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas;*
- *pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a penalização dos culpados;*
- *pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras;*
- *pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho;*
- *pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções;*
- *pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos;*
- *pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e nos mantemos ligadas à ancestralidade;*
- *pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana;*
- *pela nossa participação efetiva na vida pública.*

*[...] Imbuídas da nossa força ancestral, da nossa liberdade de pensamento e ação política, levantamo-nos – nas cinco regiões deste país – para construir a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, para que o direito de vivermos livres de discriminações seja assegurado em todas as etapas de nossas vidas.*

*Comitê Impulsor Nacional da Marcha das Mulheres Negras  
Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver 2015  
Secretaria de Mulheres Quilombolas  
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades  
Negras Rurais Quilombolas*

## 10. Os programas e as ações do Estado

A despeito dos esforços governamentais nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Vana Rousseff, as políticas públicas direcionadas aos quilombolas foram restritas e não deram conta de enfrentar as demandas existentes. Em alguns casos, se viram paralisadas pela ausência de recursos financeiros; em outros, comprometidas por brechas existentes na atual legislação. De todo modo, o aparato legislativo e de programas e ações, construído com muita luta merece aqui ser descrito.

### 10.1 O enquadramento legal: o estatuto da igualdade racial e seus desdobramentos

A virada do Século XXI foi particularmente positiva para o Movimento Negro brasileiro. A Constituição de 1988 já havia aberto algumas trilhas a serem seguidas no sentido da ampliação da luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação. A Carta Maior garantiu o direito à diversidade, bem como a afirmação cultural e política do cidadão, em um ambiente de democracia e liberdade. Esse foi o pano de fundo que proporcionou uma pungente participação do Brasil na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa. A delegação brasileira foi composta em sua grande maioria por integrantes do Movimento Negro, o que suscitou uma atuação destacada, sobretudo em causas mais relevantes para o Brasil. Coube ao país a Relatoria da Conferência, sobre a responsabilidade da Dra. Edna Rolland, destacada militante do Movimento Negro.

O relatório final da Conferência reproduziu a riqueza dos debates e trouxe algumas importantes propostas em torno de uma ideia-síntese: a do reconhecimento da temática racial como um campo de políticas públicas. Após Durban, o racismo e suas derivações na forma de preconceito e discriminação racial passam a ser objeto de políticas, com destaque para as ações afirmativas. A reiteração da existência do racismo como elemento estruturante da desigualdade, sobretudo em países com o histórico da escravidão, deu maior centralidade ao debate racial, suscitando polêmicas notadamente no que tange às ações afirmativas em suas mais variadas vertentes.

Com efeito, o debate sobre as ações afirmativas, sobretudo no que tange à tipologia das cotas, ganha relevo no Brasil a partir de Durban. Algumas universidades como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e, posteriormente

a Universidade de Brasília (UnB), criam programas de cotas para os vestibulares, iniciativa que ganhou a adesão de dezenas de instituições de ensino superior em todo o país até o final da década passada.

Ainda em 2002, por iniciativa do então Deputado Federal Paulo Paim, foi apresentado o Projeto de Lei do Estatuto da Igualdade Racial. Tratava-se de uma consolidação da legislação sobre a questão racial incorporando proposições sobre ações afirmativas, a questão quilombola, a criação da Ouvidoria Nacional e do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial — SINAPIR, entre outros. O destaque era a previsão da criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial (FNPIR), que seria a fonte de recursos para a execução das Políticas de Igualdade Racial em todo o país.

A tramitação do projeto foi difícil. A bancada governista, isso em 2003, já no governo Lula, exigiu a retirada do Fundo do Estatuto. Outros segmentos mais conservadores mantiveram o projeto sob vigilância, negociando cada etapa da tramitação. Ao fim de oito anos o Estatuto foi aprovado. Sem o Fundo, o Estatuto se constitui em uma referência importante para a militância. Lá está prevista a adoção de ações afirmativas pelo Estado, por empresas, etc. No entanto, a despeito de sua importância, a maioria dos dispositivos ali inscritos ainda não está sendo cumprida.

A luta pela consolidação da questão racial no Brasil, em sua nova etapa pós-Durban, passa pela busca do respeito, aparato legal em vigor. Leis como a 10.639/2003 e a 11.645/2008, que obriga incluir no currículo oficial da rede de ensino a história e cultura afro-brasileira e indígena, não têm sido fielmente cumpridas pelas escolas, sejam elas públicas ou privadas. A política de cotas para as Universidade e Escolas Técnicas Públicas, bem como para o serviço público tem sido objeto de fraudes e burlas. Pessoas reconhecidamente brancas têm se utilizado do instrumento declaratório para concorrerem pelas cotas.

O esforço de consolidação de políticas de ação afirmativa tem esbarrado em práticas racistas e na conduta omissa do Estado. A legislação existe, ainda que incompleta e bastante incipiente. A tentativa de descumprimento da legislação, bem como das ações e políticas têm sido prática recorrente, largamente denunciada por instituições como a Educafro, em recente audiência pública no Senado Federal<sup>18</sup>. Tal cenário fragiliza a comunidade negra e compromete a trajetória de mudanças em prol de um ambiente de maior igualdade para o país.

---

18 Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-07/movimento-negro-pede-regulamentacao-de-cotas-em-concursos-publicos>.

Os ataques desferidos pelos setores conservadores a todos os amparos legais relacionados às minorias têm constantes. Dentre as inúmeras tentativas de impedimentos aos direitos fundamentais quilombolas destacam-se as seguintes:

- **O Decreto 4887/03** — tem sua constitucionalidade julgada pelo Supremo Tribunal Federal. O processo de Ação Direta de Inconstitucionalidade 3239 protocolado pelo Partido Democratas, já tem dois votos (um favorável e um contrário) e encontra-se sob a apreciação do ministro Dias Toffoli;
- **O Novo Código Florestal** (Lei 12.651/2012) — transforma indígenas, quilombolas e Loutras populações tradicionais em ameaças ao meio ambiente traindo o próprio posicionamento do Estado de que as áreas preservadas estão diretamente ligadas as essas populações;
- **Cadastro Ambiental Rural** (CAR) — deixa em aberto um debate entre os especialistas da área de Meio Ambiente sobre a possibilidade de este ser mais um mecanismo para a grilagem de terras;
- **PEC 215/2000** — apresentada pelo deputado federal Almir Moraes de Sá, do Partido da República (PR-RR) propõe que as demarcações de terras indígenas, a titulação dos territórios quilombolas e a criação de unidades de conservação ambiental deixem de ser competências do poder Executivo e passem a ser responsabilidade do Congresso Nacional (uma atribuição dos deputados federais e senadores);
- **PEC 65/2012** — proposta pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO) prevê o fim do Licenciamento Ambiental e defende que a simples apresentação do Estudo de Impacto Ambiental é suficiente para garantir a continuidade de grandes obras de infraestrutura, não sendo permitida a sua suspensão ou cancelamento;
- **CPI Funai e Incra/2016** — destinada a investigar os processos de delimitação territorial competentes às duas instituições, oferece risco ao modelo de atuação da Fundação Cultural Palmares quanto ao reconhecimento das comunidades quilombolas. Após tentativas frustradas de extinção da Funai, a bancada ruralista que encaminhou a CPI recomendou o indiciamento de lideranças indígenas, funcionários das referidas instituições e antropólogos, além de limitar o orçamento do Incra e das fundações referentes aos encaminhamentos de processos de titulação.

## 10.2 As ações direcionadas às comunidades e o Programa Brasil Quilombola

Em 1988, a Constituição Federal (CF) em seu art. 68 do Ato e Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) assegurou aos remanescentes das comunidades dos Quilombos que estivessem ocupando suas terras o reconhecimento à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Ainda na CF, inciso I, art. 215, foi exposto que:

*“(...) o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (...);” e no art. 216, “(...) que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...).”*

Com a crescente pressão dos segmentos ligados à questão racial e, particularmente, do próprio movimento quilombola e, tendo em vista a alteração do cenário político no começo do século XXI, o novo governo edita o Decreto nº 4.887, de 20/11/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de Quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF.

*Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.*

*§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade (Decreto nº 4.887, BRASIL, 2003b, online).*

Criada em 20/11/1980, a Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão do Ministério da Cultura, passa a ser responsável, a partir de 2004, pela instituição do Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Kilombos, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Kilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03. Assim, além de incorporar a concepção de autodefinição de grupo étnico prevista pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) — ratificada pelo Brasil em 2001 — de acordo com o Decreto 4.887/03, houve uma divisão de tarefas: a FCP ficou responsável pelo cadastro geral das comunidades e o Incra pelos procedimentos de regularização dos territórios.

Com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, por meio da Medida Provisória nº 111, de 21/3/2003, convertida na Lei nº 10.678, em 23/5/2003, fica estabelecida como uma de suas competências a coordenação e monitoramento de programas e projetos de acesso das comunidades quilombolas, tradicionais de matriz africana, às políticas públicas.

Assim, no âmbito do programa Brasil Quilombola, lançado em 12/3/2004, com a finalidade de consolidar os marcos da política de Estado para as populações quilombolas, foram consolidadas as ações governamentais para aquelas populações. Como desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola, por meio do Decreto nº 6.261, de 20/11/2007, que dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola.

De acordo com o Decreto nº 6.261 as ações que constituem a Agenda deverão ser desenvolvidas de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em comunidades de Kilombos no Brasil.

O Decreto instituiu ainda, o Comitê de Gestão da Agenda Social Quilombola composto pela SEPPIR com 11 ministérios com a finalidade de propor a articulação de ações intersetoriais para o desenvolvimento integrado.

Integram o citado Comitê de Gestão: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Casa Civil da Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Ministério da Cultura e Fundação Cultural Palmares, Ministério das Cidades, Ministério da Educação e Fundo Nacional de Educação, Ministério da Saúde e Fundação Nacional da Saúde, Ministério do Trabalho, Ministério da Integração Nacional e Ministério de Minas e Energia.

As ações para comunidades Quilombolas estão previstas em mais de 14 programas temáticos, contemplando iniciativas de quase todos os órgãos que compõem o Comitê Gestor.

As ações compreendem quatro eixos, a saber: (I) acesso à terra, (II) infraestrutura e melhoria da qualidade de vida, (III) políticas de inclusão produtiva e desenvolvimento local e (IV) direitos e cidadania, e têm como prioridade comunidades com índices significativos de violência, baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social.

As ações de garantia do acesso à terra têm como ponto de partida a certificação das comunidades e se encerram na titulação, que é a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural.

A infraestrutura e qualidade de vida compreende a consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas de saúde, educação e assistência social.

Algumas dessas ações estão inseridas no Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB), de competência dos ministérios da Saúde, das Cidades, da Fazenda, do Planejamento, do Meio Ambiente, da Integração Nacional e Casa Civil. No Ministério da Saúde funciona por meio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e se identifica por meio de ações de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário com a finalidade de ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento em comunidades rurais, tradicionais e especiais.

A inclusão produtiva tem por finalidade a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território.

Neste sentido, foi lançada a marca "*Selo Quilombos do Brasil*", em 2009, que constitui na identificação de produtos oriundos das comunidades e tem por finalidade atribuir identidade cultural aos produtos de procedência quilombola,

As ações ligadas ao eixo de fortalecimento da cidadania compreendem a busca de garantia de direitos a serem promovidas por órgãos públicos e organizações sociais a fim de estimular a participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social como fóruns e Conselhos.

O programa Brasil Quilombola já completou 17 anos. Um balanço no período demonstra que há muito a fazer no sentido de seu aperfeiçoamento. O acesso a terra ainda é um drama para as comunidades, seja para as que já conseguiram certificações, seja para as que ainda não foram certificadas. As certificadas têm tido uma enorme dificuldade para a preservação do território em face da atuação desmedida do poder econômico e da grilagem. Aquelas ainda não certificadas têm uma situação de maior fragilidade em função da ação do mesmo poder econômico e da falta de ação ou omissão do governo.

Acrescente-se a este fato a inexistência de políticas públicas nessas comunidades, expressas na ausência de infraestrutura e equipamentos públicos como escolas, postos de saúde, além da falta de políticas de

emprego e renda. Esse cenário faz com que os quilombos se configurem como lugares férteis para os mais variados tipos de problemas. De fato, as comunidades amargam isolamento e pobreza. Assim, é imprescindível que o programa seja monitorado a fim de verificar se os repasses do Governo Federal para essas áreas prioritárias estão realmente sendo aplicadas nas comunidades.

Nesse sentido, faz-se necessário também que os movimentos negros estejam atentos à situação dessas comunidades, auxiliando-as em suas dificuldades e incentivando-as a cobrar das instituições governamentais o respeito às suas pautas. A luta em prol do acesso a bens e serviços pela população negra, nos campos ou nas cidades, é uma luta contínua e requer, de todos, disposição para que realmente os negros possam ocupar seus lugares de fato e de direito na sociedade.

### **10.3 As comunidades remanescentes de quilombos e as políticas públicas**

De um modo geral, os resultados obtidos pelas ações governamentais junto às comunidades foram bastante tímidos. De acordo com as informações do próprio governo oficial, até meados de 2016, a FCP certificou cerca de 2500 comunidades quilombolas nas cinco regiões do país, sendo 63% delas no Nordeste. A certificação é importante, pois através dela a comunidade passa a ter acesso aos benefícios e programas governamentais. Entretanto, o processo de regularização fundiária só se completa com a titulação das terras. É com a titulação que a comunidade é reconhecida legalmente como proprietária da terra onde vive. A titulação, inicialmente da responsabilidade da própria Fundação, passou a ser da incumbência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e dos órgãos correlatos estaduais.

São cerca de 210 comunidades tituladas em doze anos, o que representa menos de 10% das certificadas. Tal cenário ganha maior dramaticidade quando se depara com a existência de um universo total de algo em torno de 5.000 Kilombos em todo o território nacional, de acordo com as estimativas da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)<sup>19</sup>.

A timidez do número de comunidades tituladas deve-se, sobretudo, à grande pressão de fazendeiros que, através da grilagem ou mesmo pela compra indevida de terras pertencentes a comunidades quilombolas, se instalaram em território em vias de titulação. Há que se res-

19 Esses números da Conaq podem estar subestimados. As informações do levantamento do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília (CIGA/UnB) estimam um universo de cerca de oito mil comunidades quilombolas em todo o país.



saltar ainda a falta de recursos governamentais destinados à titulação em uma escala compatível com o volume de comunidades. A situação pode se tornar ainda mais grave em face da mudança da legislação que pode ocorrer com a aprovação de proposições como a PEC 215, que atualmente tramita no Congresso Nacional e que transfere para o Parlamento a iniciativa da titulação das terras quilombolas. Isso, na prática, inviabilizaria a legalização desses territórios, com sérias consequências para a vida das comunidades.

De todo modo, as comunidades certificadas tiveram acesso à maior parte dos programas sociais. São 82 mil famílias quilombolas inscritas no Cadastro Único, principal instrumento do Governo Federal para seleção e inclusão de famílias de baixa renda nos programas sociais, como no caso do Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Luz para Todos, do Programa Minha Casa Minha Vida, do Bolsa Verde, entre outros.

Note-se que o total de famílias quilombolas pertencentes às 2,5 mil comunidades certificadas ultrapassa 210 mil, o que corresponde a 1,2 milhão de pessoas. Isso denota o reduzido alcance das políticas públicas para a comunidade quilombola. Se considerarmos o universo de aproximadamente 16 milhões de pessoas distribuídas em mais de cinco mil comunidades quilombolas existentes, de acordo com a Conaq, a situação se desenha de forma mais ruidosa.

São aproximadamente 2,9 milhões de famílias quilombolas, em sua grande maioria em condição de pobreza e que buscam o reconhecimento de sua condição de quilombolas, bem como os direitos que lhes são assegurados constitucionalmente.

A expectativa com a chegada do novo governo não é das melhores. O que foi sinalizado até agora pelos ministros e pelo próprio presidente da República é a desconstrução da atual política, com significativos retrocessos para os povos remanescentes de quilombos, como a revisão da política de titulação das terras e a realocação das atribuições do Inkra para o Ministério da Cultura.

# 11. Conclusões/recomendações

Ao longo de um ano de atividades, a Comissão percorreu um extenso e rico caminho, até chegar à conclusão deste Relatório. Logo nos primeiros meses, teve acesso a trabalhos de pesquisa sobre a temática e também a oportunidade de discutir a situação quilombola com alguns especialistas, militantes da causa e lideranças. Dessas reuniões surgiu a convicção de que o trabalho de campo era fundamental para a elaboração do Relatório. E que esse trabalho de campo deveria buscar dar protagonismo à fala da comunidade, privilegiando a reconstrução da história a partir dos depoimentos dos quilombolas, sobretudo os mais velhos, e resgatando o que foi aqui chamado de a “*memória negra*”.

A reconstituição da memória negra é a problematização da História do ponto de vista das próprias comunidades quilombolas. A História não-oficial, contada e recontada de geração a geração na mais pura tradição africana da oralidade, ressaltando suas crenças e valores, seus anseios e lutas. É também a História dos subalternizados, dos oprimidos, no passado e no presente. Retrato de uma sociedade que não reconheceu a interlocução desse importante segmento. De fato, a despeito de sua grande capacidade de organização, as associações quilombolas ainda não lograram assento nos fóruns de discussão política neste país. Não se consubstanciam como grupo de interesse. Não têm capital político que as permitam consolidar sua posição no jogo das forças atuantes no concerto social.

Nada disso, no entanto, reduz a importância e o significado da memória negra quilombola. Muitos acontecimentos não considerados pela História oficial foram aqui recontados com maior integralidade possível. De um lado, buscou-se a reelaboração do passado das comunidades quilombolas a partir da recuperação e da revalorização dos pilares culturais, da musicalidade, dos conhecimentos, das danças, dos festejos religiosos, das práticas comunitárias, entre outros. Estas são partes integrantes de um patrimônio imaterial que tem sido relegado, esquecido, desvalorizado pelo senso comum. A própria relação das comunidades quilombolas com o meio ambiente, caracterizando uma convivência secular de preservação e de respeito à natureza é, em si mesma, outro patrimônio imaterial que deve ser mais bem conhecido e tomado como exemplo a ser seguido.

De outro lado, foram também coletados relatos de situações degradantes, de práticas de violência contra os quilombolas por parte de fazendeiros e posseiros, muitos dos quais, através dos séculos, vêm lhes espoliando as terras, sequestrando direitos, pilhando seu patrimônio. O mesmo se pode falar da atuação do Estado, a despeito da existência de alguns programas destinados à melhoria das condições de vida dessas comunidades, programas esses que não lograram alterar seu padrão de existência. Em geral, em conluio com as elites políticas locais, os organismos públicos se alinham aos grupos mais poderosos em detrimento dos interesses das comunidades.

A sociedade brasileira, racista em essência, construiu, face às comunidades remanescentes de Kilombos, um particular e mais bem-acabado conjunto de mecanismos de exclusão, espoliação e marginalização, relegando os atuais quilombolas à condição de pobreza, renegando sua história e desdenhando de seus saberes e suas crenças. Como uma ideologia que molda as relações sociais no país, o racismo desrespeita o legado cultural dessas comunidades, ao mesmo tempo em que desvaloriza o todo seu arcabouço cognitivo, fruto de uma experiência de séculos de convivência harmoniosa com as forças da natureza. O racismo assim se desdobra em várias vertentes. É racismo ambiental, que vem negar a importância das práticas de conservação exercidas há gerações pelos remanescentes de Kilombos. Ao mesmo tempo, a visão racista é também aquela que, além de preconizar uma falsa hierarquia entre as raças, se opõe ainda às outras formas de diversidade, reforçando as práticas de desvalorização da identidade quilombola, bem como preconceitos contra tudo aquilo que fuja do padrão branco, heterossexual, eurocêntrico, caso principalmente da homofobia.

É importante assinalar que as comunidades negras, por sua cultura e organização, sempre foram muito pouco refratárias às diferenças. Os próprios Kilombos, já no século XVII, eram abrigos de negros, indígenas e brancos descontentes com o regime colonial. Havia a convivência de crenças e costumes, de forma pacífica e comunitária. O contraponto negativo dado pela sociedade branca se consolidou na prática do preconceito e da discriminação aos quilombolas através dos séculos. Há relatos de quilombolas entrevistados que testemunham o desconforto dessas pessoas ao visitar as cidades. A total inexistência de acolhimento dos quilombolas nas áreas urbanas fazia com que essas pessoas, como forma de proteção, buscassem andar sempre em grupo quando nas cidades. Há ainda depoimentos que testemunham a prática, em período recente, da violência dos fazendeiros contra os trabalhadores quilombolas, práticas estas que em nada devem àquelas utilizadas no período escravista.

O racismo assume ainda uma vertente mais sofisticada e acabada: o racismo institucional, aquele que não é exercido por uma pessoa ou um grupo, mas pelo sistema como um todo, pelas instituições, pelo aparato jurídico-institucional. O racismo institucional é, portanto, a aceitação da segregação e da discriminação do negro de forma generalizada, como *modus vivendi*, como uma concertação de indivíduos e instâncias institucionais, governamentais ou não, que se realimenta em prol da continuidade e da reprodução das desigualdades raciais, buscando a anulação da identidade e o epistemicídio, a negação dos saberes, a diabolização da cultura e da religiosidade, na tentativa de se reduzir a pó todo o secular legado dessas comunidades.

É nesse sentido que, tomando-se como exemplo a prática recorrente da grilagem, observa-se que esta tem sido não apenas tolerada, mas também legalizada com a oficialização dos documentos de posse da terra pelos cartórios locais, cujos donos, via-de-regra, comungam dos interesses dos grandes fazendeiros, quando não o são eles mesmos. O trabalho em condições precárias assemelhadas à escravidão também é algo corriqueiro em muitas áreas. Algumas comunidades quilombolas estiveram ou ainda estão submetidas a esse tipo de situação. Fatos como esses, fazem parte da História não contada, da História omitida pela imprensa, pelo Estado, pela memória branca.

Assim, ao se privilegiar a memória negra como elemento central da narrativa deste relatório está-se reconstituindo uma parcela importante da História do Brasil. Importante porquanto omitida para satisfazer interesses particulares, em detrimento das comunidades. São histórias de resistência às precárias condições de vida, ao assalto da grilagem, à violência policial, ao silêncio da justiça e à complacência do Estado para com os poderosos.

Se se pudesse resumir a saga dos Kilombos em poucas palavras, dir-se-ia tratar-se de comunidades de resistência marcadas por um profundo senso coletividade e pelo respeito à natureza. São comunidades que, a despeito da violência sofrida, da espoliação e das fraudes impetradas por fazendeiros, posseiros, grileiros, com a anuência das instâncias governamentais, lograram, no decorrer da história, resistir e sobreviver.

As condições sob as quais se dá essa sobrevivência variam de acordo com a situação atual e a própria história de cada comunidade. Algumas estão mais afetadas à presença da especulação imobiliária, e têm na luta contra os interesses das construtoras e incorporadoras seu maior desafio. Outras se deparam com a grilagem de suas terras por parte de grandes fazendeiros, constituindo focos de resistência à perda de suas posses. Em outras ainda, a questão maior se refere à falta de trabalho, o que obriga a que muitos dos quilombolas passem a buscar emprego junto aos próprios fazendeiros que invadiram e tomaram suas antigas terras, trocando a relação de conflito pela de dependência. Não se pode deixar de falar também das migrações de quilombolas para os núcleos urbanos, na busca por melhores condições de vida, sendo que muitas vezes, em face da falta de oportunidades nas cidades, retornam para o Kilombo após pouco tempo.

De modo geral, o que se pode identificar como o problema comum a todas elas é a questão da posse da terra. Os processos de regularização fundiária — iniciados logo após o reconhecimento oficial da comunidade remanescente de Kilombo pela Fundação Palmares — têm esbarrado em fortes obstáculos. Primeiramente, há a falta de recursos dos órgãos governamentais, federal ou estaduais, para realizar o processo de desapropriação com devido pagamento de indenização aos ocupantes não quilombolas. Mas

mesmo antes de se chegar a esse momento final do processo, existem outros empecilhos de maior monta, relacionados à força política dos fazendeiros locais, comumente grandes proprietários ligados ao agronegócio. Esses latifundiários são muitas vezes os responsáveis diretos pela destituição das terras quilombolas em proveito próprio. Via-de-regra, os fazendeiros são eles mesmos políticos ou fortemente ligados a políticos locais que, em parceria direta com lideranças estaduais e federais, empreendem uma cerrada luta contra os processos das desapropriações.

E mesmo em situações já definidas, com o processo de desapropriação finalizado, há casos de ações dos fazendeiros no sentido de restabelecer o controle sobre a terra perdida, aliciando ou constringendo os quilombolas. Essa luta dos fazendeiros contra a política de proteção às comunidades remanescentes de Kilombos já ganha dimensão nacional. Tramita atualmente na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda Constitucional, a PEC 215, de 2000, que transfere para o Parlamento a decisão final sobre a demarcação dos territórios quilombolas, bem como de terras indígenas, e unidades de conservação no Brasil. Note-se que, pela Legislação atual, somente o Poder Executivo, com o auxílio de seus órgãos técnicos, pode decidir sobre essas demarcações. A realização deste trabalho trouxe à comissão a percepção de que as estratégias de dominação daqueles que estão no poder se atualizam e sofisticam ao longo do tempo. Jamais caducam ou se estagnam.

Além da questão da terra, foram identificados outros constringimentos a que estão submetidas as comunidades remanescentes de Kilombos, como a ausência de serviços públicos básicos tais como o acesso a água, rede esgoto, postos de saúde e deficiências na rede de ensino.

A questão da autonomia econômica também se coloca como um sério desafio, em face da realidade encontrada em todas as comunidades visitadas. A falta de assistência técnica e extensão rural é uma tônica para aquelas áreas que ainda dispõem de terras para cultivo. O que se observou foi a existência de áreas potencialmente cultiváveis, mas que, devido à ausência de apoio por parte das autoridades governamentais, permanecem sem cultivo ou com cultivos de baixíssima produtividade. O resultado é que comunidades inteiras que poderiam viver do plantio, com a venda de excedentes, não têm logrado viver do cultivo próprio. Os quilombolas deixam de realizar atividades produtivas em favor de si mesmos, para exercê-las como empregados nas fazendas dos grandes proprietários da região.

Longe da atividade de cultivo próprio, o trabalho fora das cercanias da comunidade transformou o Kilombo em uma área improdutivo, destituída de equipamentos e serviços públicos básicos, local de moradia de uma população empobrecida e dependente de outrem para a obtenção de trabalho e renda.

Essa realidade consolida um panorama perverso que, de modo geral, é característica de todas as comunidades visitadas. Com maior ou menor grau de virulência os Kilombos estão sempre afetos a situações de cerceamentos de toda ordem, de falta de apoio, de oposição de fortes interesses econômicos, de perseguições e preconceitos. Tudo isso resulta em um conjunto de problemas que lhes afetam o cotidiano e que de forma pontual podem ser resumidos e apresentados por itens da seguinte forma:

### **TERRA:**

- Invasão e grilagem de terras quilombolas com a complacência dos órgãos governamentais;
- Processo de re-invasão com a prática ilegal de compra de terras de quilombolas cuja comunidade já obteve a legalização da posse da terra;
- Falta de recurso dos órgãos do Governo (Incra e organismos estaduais) para efetivar a regularização das terras mediante processo de desintração e de indenização dos antigos ocupantes;
- Inexistência de ações governamentais de assistência técnica e extensão rural (ATER) direcionadas para as terras quilombolas;
- Não respeito por parte do Estado, ao cumprimento da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, e que prevê sanções legais à prática de discriminação racial.
- Perigo de alteração na Legislação atual em face da bem como do Decreto nº 4887 ora em análise pelo STF.

### **TRABALHO E RENDA:**

- Desemprego de uma grande parcela de quilombolas advindo da falta de terras cultiváveis, bem como da ausência de fontes de microcrédito direcionadas para esses grupos;
- Informalização do trabalho dos quilombolas que, à falta de melhores oportunidades são obrigados a se empregarem ou trabalharem como meeiros nas fazendas vizinhas, muitas das quais assentadas em terras quilombolas griladas, em um processo que pode ser denominado re-escravização;
- Falta de oportunidades de trabalho não agrícola para alguns grupos específicos como as mulheres negras e os jovens;
- Algumas comunidades estão muito distantes do centro urbano bem como das áreas de oferta de emprego, caso dos Kalunga, o que faz com, à falta de oportunidades, essas populações vivam em regime de subsistência

## **EDUCAÇÃO:**

- Falta de escolas quilombolas dentro das comunidades; notadamente no que se refere ensino fundamental completo e ao ensino médio;
- Descaracterização das escolas quilombolas, com a não consideração das especificidades de conteúdo do ensino para aquela comunidade, sobretudo no que tange às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola bem como à Lei 10.639, que obriga o ensino da História da África e da contribuição cultural da população negra;
- Fechamento de escolas quilombolas obrigando os alunos das comunidades a cursarem seus estudos em escolas distantes, nas cidades, em condições degradantes de transporte e alimentação e em ambiente que não considera as especificidades da cultura remanescente de Kilombos;
- Penalização dos professores comprometidos com a temática racial e com a luta dos quilombolas mediante a prática de remoção dos mesmos, desabilitando a escola para o debate sobre os temas de interesse da comunidade;
- Inexistência de informação sobre as verbas de educação repassadas para as prefeituras e destinadas às comunidades quilombolas;
- Ausência de informações para os jovens quilombolas sobre a existência de cotas específicas para quilombolas na Universidade Federal de Goiás, bem como de vagas para os cursos de Licenciatura em Educação no Campo oferecidos pela UnB.

## **SAÚDE:**

- Inexistência de postos de saúde em funcionamento dentro das comunidades quilombolas;
- Ausência de um sistema adequado de transporte de pacientes para os centros urbanos onde se encontram os hospitais, notadamente no caso das mulheres negras grávidas;
- Falta de conhecimento dos profissionais de saúde sobre as enfermidades mais afetas à população negra como anemia falciforme, hipertensão arterial, entre outras;
- Desconsideração dos conhecimentos da cultura quilombola notadamente do trabalho das parteiras, raizeiras e benzedeadas da comunidade.

## **CULTURA e RELIGIOSIDADE:**

- Total desconhecimento do Estatuto da Igualdade Racial e seus preceitos de defesa ao direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos;
- Inobservância, por parte das instituições públicas, do direito de acesso à promoção, à preservação e à disseminação dos valores culturais referentes às civilizações negras como parte constituinte estruturante da nossa sociedade e de suas comunidades e da percepção das mesmas como patrimônio histórico;
- Desvalorização/vulnerabilidade/demonização dos cultos religiosos de matriz africana;
- Risco de extinção dos referenciais culturais quilombolas por meio dos marcos étnicos que os une enquanto comunidade, pela falta da prática de suas manifestações, como os rituais religiosos, as transmissões dos conhecimentos de diálogo com as plantas medicinais, danças como a Catira, o Maculelê, a Sussa, entre outras e a invisibilização de seu pertencimento cultural;
- Perda dos chamados patrimônios imateriais locais ligados à memória da cultura e ancestralidade quilombola pela não transmissão de saberes, (rezas, conhecimentos das parteiras, artes ou culinária) dos mais velhos para os mais jovens;
- Presença perversa do racismo cultural e violência religiosa de base cristã que ressalta uma superioridade manifestada em função das crenças, religião, costumes praticada contra os quilombolas;
- Ausência de políticas públicas punitivas e/ou reparatórias por parte do Estado que deem cumprimento constitucional que assegure a liberdade de culto quando relacionada aos crimes de intolerância religiosa.

## **CIDADANIA e VIOLÊNCIA:**

- Violência contra lideranças quilombolas e militantes por parte da polícia e dos fazendeiros;
- Criminalização das lideranças quilombolas e militantes por parte da polícia, do Ministério Público e do Judiciário;
- Ausência e omissão do Estado no fornecimento de bens e políticas públicas obrigatórias;
- Inexistência de sistema de registro dos recém-nascidos;
- Omissão policial nos casos de abuso sexual de jovens quilombolas cujo crescimento da incidência tem sido denunciado pelas lideranças;
- Existência de diferentes formas de violência contra os Kilombos: especulação imobiliária, desmatamento, exploração de minérios, poluição dos mananciais aquíferos, grilagem, racismo institucional, entre outros.

No que tange às recomendações, é de suma importância que as comunidades quilombolas sejam assistidas pelos organismos de defensoria pública para que se façam valer seus direitos. A ocupação de suas terras mediante ações de grilagem ou de simples invasão é fruto da impunidade que grassa junto aos grandes fazendeiros e de seu conluio com o poder local, por vezes com ramificações mais abrangentes. Além disso, o Estado deve garantir a integridade física das lideranças e dos militantes, muitas vezes ameaçados pelos próprios policiais. As corregedorias das Polícias Militares do DF e de Goiás devem ser mobilizadas no sentido de punir transgressões e excessos do efetivo policial.

Não menos importante é a transparência das ações das prefeituras que recebem recursos do Governo Federal específicos destinados às comunidades quilombolas. A efetiva destinação desses recursos ao público alvo não está garantida. A Comissão enviou para as prefeituras da região, com base na Lei da Transparência, solicitação de informações sobre o adicional de recursos recebidos do Governo Federal para aplicação nas comunidades remanescentes de Kilombos. O questionamento visava obter os dados sobre o volume de recursos enviados pelo Governo Federal nos últimos anos e a forma em que esses recursos foram aplicados. Foram as seguintes as prefeituras perquiridas sob os respectivos protocolos:

- 1) Alto Paraíso de Goiás (Moinho)- Não gerou número de protocolo, somente confirmação de envio de mensagem;
- 2) Aparecida de Goiânia (Jardim Cascata)- Protocolo 1156;
- 3) Cavalcante (Kalunga de Vão de Almas)- Protocolo 201611090528390;
- 4) Cavalcante (Kalunga de Engenho II) - Protocolo 201611090525193;
- 5) Teresina de Goiás (Kalunga)- Protocolo 201611090456483;
- 6) Silvânia(Almeida) - Protocolo 2016110903355210;
- 7) Professor Jamil (Boa Nova)- Protocolo 201611090958501;
- 8) Piracanjuba (Ana Laura) - Protocolo 2016110903254812;
- 9) Monte Alegre (Kalunga)- Protocolo 2113/2016;
- 10) Flores de Goiás (Flores)- Protocolo: 2016110904311518.
- 11) Os ofícios às prefeituras de Cromínia (Nossa Senhora Aparecida) e Cidade Ocidental (Mesquita) ainda não foram encaminhados por questões técnicas nos próprios sites dos referidos órgãos.

Até o momento a Comissão não obteve qualquer resposta por parte das prefeituras municipais.

Outro ponto a se destacar é a ausência de projetos de apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas nas comunidades. Grande parte da população quilombola encontra-se hoje desempregada. A maioria dos que conseguiram ocupação, trabalha na informalidade, em fazendas da redondeza, ou nas cidades próximas como prestadores de serviços. O potencial de empregabilidade da comunidade é muito grande, tendo em vista suas terras, bem como a existência de uma cultura artesanal que pode vir a ser comercializada. Trata-se da culinária local, com sua produção de doces artesanais, mas também da própria atividade de costura, entre outras.

O que se nota é que programas governamentais para a agricultura, que têm sido direcionados com sucesso a outras comunidades rurais, não têm chegado até os quilombolas. Programas de assistência técnica, distribuição de sementes e outras ações para melhoria do cultivo não se fazem presentes nas comunidades em foco. Órgãos governamentais como a Emater e Embrapa, com grande expertise nesses tipos de políticas, deveriam ser mais proativos para com essas comunidades.

Além disso, poder-se-ia pensar em programas de geração de emprego e renda com base na cultura local e na possibilidade de comercialização da produção artesanal. Estimular a criação de oficinas de costura, de fabricação de doces artesanais aproveitando-se da farta existência nas terras das comunidades de frutas como cajuzinho do Cerrado, marmelo, manga, entre outros.

Há também que se rever a atual situação da educação. O que se observou nas comunidades foi a existência de escolas em sua maioria sucateadas, e que não atendem plenamente às demandas locais. As instituições de ensino, quando instaladas nas comunidades, deveriam cumprir o preceito legal que normatiza o funcionamento de uma escola quilombola, dando ênfase às especificidades e necessidades daquela população, o que efetivamente não ocorre. Deveria haver por parte do Estado de Goiás e dos municípios, como contrapartida à verba federal recebida pela existência de comunidades quilombolas, um programa visando aparelhar as escolas quilombolas e garantir a cada comunidade internamente, ensino fundamental e médio localmente instalado. Escolas que levem em conta as demandas das comunidades. Além disso, o acesso ao ensino superior deve ser mais estimulado, sendo que a existência de cotas para quilombolas na Universidade de Goiás e os cursos da Universidade de Brasília destinados a essa população deveriam ser mais bem divulgados, e mesmo objeto de uma política mais agressiva de mobilização e sensibilização por parte daquelas instituições de ensino.

Ainda com respeito à educação, observa-se que a grande maioria dos adultos, sobretudo os mais idosos, não é alfabetizada, o que mereceria uma ação governamental no sentido de promover cursos locais de alfabetização.

Já no que se refere aos aspectos ligados à cultura e à história das comunidades, reforça-se a necessidade de estudos mais aprofundados das áreas para fins de Licenciamento Ambiental, de Certificação de Autodefinição Quilombola (quando for o caso) e de tombamento de algumas áreas como no caso da região da Chapada dos Negros, verdadeiro Patrimônio Histórico e Cultural que deve ser assim considerado e reconhecido pelos órgãos competentes do Governo Federal.

Ainda no aspecto de preservação da cultura do povo negro — enquanto um direito humano, — a Comissão solicitou à Senhora Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, apoio juntos aos órgãos competentes no que diz respeito a ações administrativas de preservação do patrimônio histórico da cultura dos Negros. Em resposta a tal solicitação, a Procuradora contatou a Fundação Cultural Palmares em questionamento sobre a atual situação de construção do Museu Nacional da Memória Afrodescendente. Em 10 de novembro de 2016, a Palmares responde que *“o imóvel está disponibilizado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para aceite do Ministério da Cultura por meio do SISREI (Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis)”*, conforme Ofício nº 720/GAB/FCP/Minc da Fundação Palmares (em anexo).

No que tange à saúde, é necessária a presença efetiva e perene de profissionais de saúde (médicos e paramédicos), atuando em postos dentro da comunidade de forma a suprir os Kilombos do atendimento básico para os casos mais simples, o que efetivamente não ocorre atualmente. Esses profissionais deverão estar também aptos a tratar as enfermidades que mais afetam a população negra como a anemia falciforme, a hipertensão arterial e o diabetes. Outro ponto relevante é a dotação de ambulâncias disponíveis para os casos mais graves que necessitem de remoção para os hospitais da cidade.

De um modo geral, pode-se dizer que, a despeito das iniciativas governamentais, sobretudo federais, no sentido do reconhecimento dos quilombolas, pouco se avançou em termos da melhoria das condições de vida desse contingente que totaliza hoje cerca de 16 milhões de brasileiros, distribuídos em mais de cinco mil comunidades. A ausência de recursos públicos espelha a falta de priorização. Os interesses ligados à grilagem das terras, ao agronegócio, à atividade extrativista e à especulação imobiliária são fortes opositores à consolidação de uma política efetiva de regularização das terras quilombolas. Essas forças atuam dentro do Estado, paralisando programas, reorientando recursos e mitigando as ações e políticas em favor daquelas comunidades.

O racismo também se consolida na prática da ausência de políticas públicas e de programas de apoio à produção, programas de geração de emprego e renda, enfim, mecanismos que promovam a autonomia econômica e a sustentabilidade das comunidades. À falta de tudo, as terras quilombolas findam por se desvalorizar, facilitando sua aquisição por parte de grandes fazendeiros e sua utilização para culturas diversas, inclusive do agronegócio. Trata-se assim, de uma questão movida pelo interesse econômico e que precisa ser enfrentada pelo Estado.

É sabido, no entanto, que os tempos atuais estão difíceis. Os retrocessos decorrentes da instabilidade política e econômica vivenciada atualmente fez revigorar uma visão conservadora, que não admite diferenças, que quer o fim dos programas sociais e que ataca direitos constitucionais. As comunidades quilombolas não ficarão imunes a tudo isso. O perigo de se paralisar a agenda de políticas públicas e de se acabar com a pauta quilombola é real. Uma eventual aprovação da PEC 215, de 2000, que passaria para o Congresso o poder de decisão sobre a demarcação das terras quilombolas e indígenas, poderá marcar o fim da política de regularização. Os parlamentares ligados à bancada ruralista rapidamente cuidarão de paralisar toda e qualquer iniciativa em prol das comunidades. Além disso, em franca adesão aos interesses do agropênjcio, dos empresários do ramo imobiliário, bem como do segmento extrativista, o Legislativo poderá promover uma ampla política de descaracterização dessas comunidades. Não possuindo mais o crivo de remanescentes de Kilombo, essas comunidades seguramente serão levadas à proletarização em massa, aumentando a pobreza e a miséria no campo e ocasionando a perda de uma parte importante da matriz cultural e identitária brasileira.

É, portanto, imbuída do mais alto espírito republicano e da certeza de que a luta pelos direitos dos povos remanescentes de Kilombos é também a luta de toda uma nação em prol de uma sociedade mais justa e democrática, que esta Comissão da Verdade da Escravidão Negra do Distrito Federal, vem instar os parceiros institucionais a apoiar a luta pela causa quilombola. Como primeira etapa a Comissão oferece este Relatório, cujo conteúdo poderá suscitar a abertura de frentes de ação junto ao Executivo, Legislativo e Judiciário. Que este Relatório possa vir a ser o ponto de partida de uma luta conjunta a favor das comunidades quilombolas, na perspectiva de que se possa em curto prazo construir uma sociedade onde o direito à diferença, à vida digna e à cidadania sejam garantidos a todos, brasileiras e brasileiros.

## 12. Arquivos e documentos consultados

- **A Matutina Meyapontense**, Volume III. Periódico – 1833.
- **A Matutina Meyapontense**, Volume IV Periódico – 1833.
- **PARÓQUIA SANTA LUZIA**. Dica de leitura. Disponível em: <<http://www.paroquiastaluzia.org/index.php/a-paroquia/nossa-historia>>. Acesso em: 21 jul. 2016.
- **SARMENTO**, Domingo de Moraes. Livro Tombo nº 01 da Parochia de Santa Luzia – Archidiocese de Goiaz, 1917.
- **ULTIMA PARADA**. Dica de leitura. Disponível em: <<https://ultimaparada.wordpress.com/category/goias/page/5/>>. Acesso em: 06 set. 2016.
- **PAROCHIA DE SANTA LUZIA**. Livro de Batizados nº 05. Archidiocese de Goiaz, 1812 – 1820.
- **PAROCHIA DE SANTA LUZIA**. Livro de Batizados nº 06. Archidiocese de Goiaz, 1821 – 1872.
- **PAROCHIA DE SANTA LUZIA**. Livro de Batizados nº 07. Archidiocese de Goiaz, 1873 – 1884.
- **PAROCHIA DE SANTA LUZIA**. Livro de Batizados nº 09. Archidiocese de Goiaz, 1836 – 1856.
- **PAROCHIA DE SANTA LUZIA**. Livro de Batizados nº 14. Archidiocese de Goiaz, 1872 – 1876.
- **PAROCHIA DE SANTA LUZIA**. Livro de Batizados nº 15. Archidiocese de Goiaz, 1872 – 1877.
- **O OESTE**, Revista. Veículo Oficial do Pensamento Moço de Goiaz. Periódico – 1943.

## 13. Referências bibliográficas

- **A. Glaziou.** Escolha do local para a futura Capital da Republica. A Informação Goyana. [Brasil] 1919.
- **ALMANACH DE SANTA LUZIA;** Organizado por: Evangelino Meireles e Gelmires Reis, 1920, Tipografia de O Planalto. Santa Luzia – Go. Pág. 16 a 20).
- **BARBO, Lenora de Castro;** SHLEE, Andrey Rosenthal. As estradas coloniais na Cartografia Setecentista da Capitania de Goiás. Brasília, UnB, 2011.
- **BERTRAN, Paulo.** História da terra e do homem do Planalto Central: eco-história do DF – do indígena ao colonizador. Brasília: Editora da UNB, 2011.
- **BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Relatório Antropológico: Quilombo Mesquita, 2011. Brasília: Incra, 2011.
- **CASTRO, Mário.** A realidade pioneira. Brasília: Thesaurus, 1986. CIDADE OCIDENTAL. Censo 2011.
- **CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal.** Índice Multidimensional da Pobreza no DF, Brasília, 2015.
- **COSTA E SILVA, Alberto.** O Brasil, a África e o Atlântico no Século XIX. Estudos Avançados, vol. 8, n. 21, São Paulo: USP. 1994.
- **A Enxada e a lança.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- **A manilha e o Libambo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- **FANON, Frantz.** Os Condenados da Terra, 2.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- **FAUSTO, Boris.** História do Brasil. São Paulo: USP, 2013.
- **GOMES, Flávio dos S. Mocambos e Quilombos:** uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- **GRINBERG, K. A poupança:** alternativas para a compra da alforria no Brasil (2ª metade do século XIX). Revista das Índias, v. 71, n. 251, p. 137- 158, 2011.
- **GUIMARÃES, HOSANNAH CAMPOS.** Suplemento cultural do diário da câmara legislativa - ano 1- nº 1 – Brasília, novembro de 1992, p. 12.
- **KACHRU, B. B. The Other Tongue.** English Across Cultures. Urbana, Ill. University of Illinois Press, 1982
- **LARA, Silvia Hunold.** Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- **MUNANGA, Kabengele.** Origem e histórico do quilombo na África. In: Revista USP. São Paulo ( 28 ) : 56 - 63, Dezembro / Fevereiro 95 / 96.
- **NERES, Manoel Barbosa.** Quilombo Mesquita: História, cultura e resistência, Cidade Ocidental: Gráfica Conquista, 2016.

- **NUNES LEAL, Vitor.** Coronelismo, Enxada e Voto. O município e o Regime Representativo no Brasil, 3.ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- **PALACIN, Luís.** O Século do Ouro em Goiás, 4.ed., Goiânia: UCG, 1994. PALAZZO, Pedro Paulo. Planaltina e suas narrativas: cultura, memória e patrimônio em publicações locais desde o século XX. *Historiae*, Rio Grande, 6 (2): 360-382, 2015.
- **QUEIROZ, Eduardo Pessoa de. STEINBERGER, Marília.** A formação histórica do DF e Entorno: os três municípios gênese. XII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e pesquisa e planejamento urbano e regional. 21 da 25 de Maio, Belém, 2007. In: CHAUVET, G. Brasília e Formosa 4.500 anos de História. Goiânia: Kelps, 2005.
- **QUIJANO, Anibal.** Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina, CLACSO, Buenos Aires, 2005.
- **REIS, Alexandre Anunciação.** Cartilha Comunidades Quilombolas no Processo de Licenciamento Ambiental. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.
- **REIS, Gelmires.** Genealogias de Santa Luzia. 1929.
- **REIS, Gelmires.** Almanach de Santa Luzia para 1920. Luziânia. Typographia d'ó planalto.
- **RIBEIRO, Matilde.** O Enlace entre direitos humanos, superação do racismo e da discriminação racial. In Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2010). Direitos humanos: percepções da opinião pública – análise de pesquisa nacional. (Gustavo Venturi org.)
- **ROCHA JUNIOR, Deusedith; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho.** Viagem pela Estrada Real dos Goyazes. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- **SANTOS, Márcio.** Estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e dos diamantes no Brasil. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.
- **SARMENTO, Nelson.** Origem Africana dos negros de Minas Gerais. Betim, MG, jornal /Revista Axé, set. de 1990.
- **SILVA, Martiniano José da.** Quilombos do Brasil Central: séculos XVIII e XIX (1719 – 1888). Introdução ao estudo da escravidão. Dissertação de Mestrado em História, UFG, Goiânia, mimeo, 1998.
- **VIANA, Oliveira.** Populações Meridionais do Brasil. Col. Edições do Senado Federal, Brasília, 2002.
- **ZATTAR, N.** Os sentidos de liberdade dos escravos na constituição do sujeito da enunciação sustentado pelo instrumento de alforria. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

# 14. Anexos

## 14.1 Legislação quilombola

**Artigo 68 da Constituição Federal 1988** – Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

**Artigo 215 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)** – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

- § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional;
- § 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais;
- § 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:
- I Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005);
  - II Produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005);
  - III Formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005);
  - IV Democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005);
  - V Valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005).

**Artigo 216 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)** – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I As formas de expressão;
- II Os modos de criar, fazer e viver;
- III As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

- IV As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- § 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação;
- § 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem;
- § 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais;
- § 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei;
- § 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos;
- § 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003);
- I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003);
- II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003);
- III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003).

**Lei Nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989 (Lei Caó)** – Define os crimes resultantes de preconceito, de raça ou de cor;

**Lei Nº 9.459, de 13 de maio de 1997** – Altera os arts. 1º e 20 da Lei 7.716, de 5 de Janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo no art. 140 do decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940;

**Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003** – Estabelece as diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira;

**Lei Nº 11.645, de março de 2008** – Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “*História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*”;

**Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010** – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003;

**Decreto Nº 5051 de 19 de abril de 2004** – Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais;

**Decreto Nº 5.520, de 24 de agosto de 2005** – Institui o Sistema Federal de Cultura e dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura;

**Decreto Nº 4.228, de 13 de maio de 2002** – Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências;

**Decreto Nº 4.886, de 20 de novembro de 2003** – Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR e dá outras providências;

**Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003** – Regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos;

**Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012** – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

## 14.2 Termos e conceitos na militância negra e quilombola

**Autodefinição:** é a própria comunidade que se autoreconhece “remanescente de quilombo”. O amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004.

**Calhambola:** termo muito usado no Brasil nos tempos coloniais significando o negro fugido, o negro do mato, homiziado nos quilombos, prevalecendo na denominação de tais negros o nome quilombola.

**Comunidade remanescente de Kilombo:** conforme o artigo 2º do Decreto 4887/2003, *“consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”*.

**Decreto de Desapropriação por Interesse Social:** no caso da área quilombola estar localizada em terras de domínio particular, é necessário que a Presidência da República, edite um Decreto de Desapropriação por interesse social de todo território.

**Desintrusão:** desapropriação e/ou pagamento de indenização de ocupantes não quilombola e demarcação de território.

**Epistemicídio:** tentativa deliberada de cerceamento às práticas culturais, religiosas e cotidianas, bem como ao conhecimento secular e tradicional das comunidades em seus vários aspectos, mormente em sua relação com a terra e o meio ambiente.

**Escravo Preto:** indivíduo da raça negra, proveniente do continente africano. Escravizados e forros, como em muitas áreas e períodos, preto era sinônimo de africano.

**Escravo Crioulo:** escravizado que nasceu no Brasil durante o período colonial. Crioulo era nascido no Brasil e criado sob os auspícios do senhor, e, por isso, aquele que melhor conhecia o serviço do dono.

**Escravo Cabra:** indivíduo, filho de pai mulato e mãe negra ou vice-versa.

**Escravo (a) Fula:** indivíduo proveniente da África ocidental com características físicas singulares, especialmente de pele amarelada e cabelo avermelhado.

**Femicídio:** é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, comuns em sociedades marcadas pela associação de papéis discriminatórios ao feminino, como é o caso brasileiro.

**Genocídio:** extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso.

**Grilagem:** o termo grilagem vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis falsificados eram colocados em uma caixa com grilos. Com o passar do tempo, a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência envelhecida. Assim como na prática com os grilos, a ocupação ilegal de terras públicas continua fundamentada no esforço para fazer documentos falsos parecerem verdadeiros.

**Kilombo:** os refúgios nomeados de *“quilombos”*, receberam este nome dos negros de origem bantu.

**Licenciamento Ambiental:** é uma exigência legal para a emissão de licenças à localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades efetivas ou parcialmente poluidoras do meio ambiente.

**Memória branca:** compreende informações detalhadas sobre a região, mapas, fotografias, edições jornalísticas, contratos de compra e venda de terras, de posse e venda de escravos, um rico conjunto documental, com uma visão parcial e até mesmo tendenciosa sobre a verdade dos fatos. Uma visão racista, que percebe o negro como coisa, destruído de dignidade.

**Memória negra:** contrapõe-se a história oficial, preservada através da oralidade, a história não contada, omitida, esfacelada. A resistência do negro para garantir sua sobrevivência, manter vivo sua cultura ancestral, proteger o meio ambiente. A história sobre a consolidação dos quilombos e todos os seus percalços.

**Portaria de Reconhecimento do Território:** documento publicado no Diário oficial da União e do Estado que reconhece e declara os limites do território quilombola definidos no RTID aprovado.

**Quilombidade:** significa identidade, particularidade características próprias de um indivíduo autoafirmado quilombola. Termo discutido na dissertação Educação quilombola em Mesquita: estudo da gestão da escola a partir do processo histórico emancipatório e das relações de conflito (NERES, 2015).

**Quilombismo:** movimento social e intelectual que propõe a quilombidade como referência à mobilização política da população afrodescendente, com base em sua própria experiência histórica e cultural. (NASCIMENTO A. O quilombismo. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002.)

**Quilombista:** ativistas e estudiosos da causa quilombola.

**Racismo Institucional:** é qualquer sistema de desigualdade que se baseia em raça que pode ocorrer em instituições como órgãos públicos governamentais, corporações empresariais privadas e universidades (públicas e privadas). O termo foi introduzido pelos ativistas Stokely Carmichael e Charles V.

**Relatório Técnico de Identificação e Demarcação (RTID):** produzido por uma equipe multidisciplinar do Incra, aborda informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas da comunidade em processo de Titulação.

**Título Emitido:** é a última etapa do processo e ocorre após os procedimentos de desintrusão do território. O título em nome das associações que legalmente representam as comunidades quilombolas, é coletivo, imprescritível e impenhorável. Não há ônus financeiro para as comunidades e obriga-se a inserção da cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade no título, o qual deverá ser registrado no Serviço Registral da Comarca.

## 14.3 Registros de Atendimentos Integrados (Boletins de Ocorrências)

 Registro de Atendimento <b>INTEGRADO</b>	<b>ESTADO DE GOIÁS</b> <b>SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO</b> <b>PENITENCIÁRIA</b> <b>REGISTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO</b> Nº 1519810 EMITIDO EM 16/10/2016 as 17:57	
<b>DADOS DO REGISTRO</b>		
SOLICITANTE: WALDICEIA DE MORAES TEIXEIRA		TELEFONE: (61) 98241-8272
ORIGEM DA COMUNICAÇÃO: RAI	DATA DA COMUNICAÇÃO: 16/10/2016 17:29	
UNIDADE DE REGISTRO: 1º DDP/APARECIDA DE GOIÂNIA		
UNIDADES ENVOLVIDAS: • DELEGACIA DE PIRACANJUBA		
PC - OCORRÊNCIA PREENCHIDA E FINALIZADA		
<b>DADOS DO FATO</b>		
DATA DO FATO: 15/10/2016 12:00	TIPIFICAÇÕES: • CRIMES CONTRA A PESSOA -> CPB ART. 146 CAPUT: CONSTRANGIMENTO ILEGAL • CRIMES CONTRA A PESSOA -> CPB ART. 147 CAPUT: AMEAÇA	
ENDEREÇO: LOGRADOURO: ESCOLA ESTADUAL BOA NOVA, QD: NÃO INFORMADO, LT: NÃO INFORMADO, Nº: NÃO INFORMADO, BAIRRO: CENTRO, CIDADE: PROFESSOR JAMIL, ESTADO: GOIÁS CEP: NÃO INFORMADO COMPLEMENTO: NÃO INFORMADO REFERÊNCIA: NÃO INFORMADO		
<b>PESSOAS ENVOLVIDAS</b>		
<b>VÍTIMA COMUNICANTE</b>		
NOME: WALDICEIA DE MORAES TEIXEIRA DA SILVA		
TIPIFICAÇÕES ENVOLVIDA: • CRIMES CONTRA A PESSOA -> CPB ART. 146 CAPUT: CONSTRANGIMENTO ILEGAL • CRIMES CONTRA A PESSOA -> CPB ART. 147 CAPUT: AMEAÇA		
SEXO: FEMININO	NASCIMENTO: 07/03/1958	IDADE: 58 Anos
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	NATURALIDADE: RIO DE JANEIRO / RIO DE JANEIRO	
BOLETIM ONLINE ACESSE O LINK <a href="https://raivirtual.ssp.go.gov.br">https://raivirtual.ssp.go.gov.br</a>		
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 040522b7bfa038be52212549c21ad63a		
Página 1 de 4		



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO  
PENITENCIÁRIA  
REGISTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO  
Nº 1519810  
EMITIDO EM 16/10/2016 as 17:57



ESTADO CIVIL: CASADO(A)		COR/RAÇA: NÃO INFORMADO		
NOME DO PAI: VALDIR ROSA TEIXEIRA				
NOME DA MÃE: ENICEA DE MORAES TEIXEIRA				
RG: 385795	CPF: NÃO INFORMADO	CNH: NÃO INFORMADO	TÍTULO DE ELEITOR: NÃO INFORMADO	PASSAPORTE: NÃO INFORMADO
PROFISSÃO: PROFESSORA APOSENTADA				
ENDEREÇO RESIDENCIAL: LOGRADOURO: SMPW, QD: 25, LT: 10, Nº: NÃO INFORMADO, BAIRRO: BAIRRO NAO IDENTIFICADO, CIDADE: BRASILIA, ESTADO: DISTRITO FEDERAL CEP: NÃO INFORMADO COMPLEMENTO: CONJUNTO 4 PARK WAY REFERENCIA: CASA G				
<b>TESTEMUNHA</b>				
NOME: LUCELIA SARAIVA AGUIAR				
TIPIFICAÇÕES ENVOLVIDA: <ul style="list-style-type: none"><li>• CRIMES CONTRA A PESSOA -&gt; CPB ART. 146 CAPUT: CONSTRANGIMENTO ILEGAL</li><li>• CRIMES CONTRA A PESSOA -&gt; CPB ART. 147 CAPUT: AMEAÇA</li></ul>				
SEXO: FEMININO	NASCIMENTO: 26/10/1979		IDADE: 36 Anos	
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	NATURALIDADE: SANTA INÊS / MARANHÃO			
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO(A)	COR/RAÇA: NÃO INFORMADO			
NOME DO PAI: JOSE RAIMUNDO AGUIAR				
NOME DA MÃE: JUSTINA SARAIVA AGUIAR				
RG: 11325195	CPF: 83876677300	CNH: NÃO INFORMADO	TÍTULO DE ELEITOR: NÃO INFORMADO	PASSAPORTE: NÃO INFORMADO
PROFISSÃO: ADVOGADA				
<b>TESTEMUNHA</b>				
NOME: LUCY HELENA ROZA TAVARES				

BOLETIM ONLINE ACESSE O LINK <https://raivirtual.ssp.go.gov.br>

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 040522b7bfa038be52212549c21ad63a

Página 2 de 4



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO  
PENITENCIÁRIA  
REGISTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO  
Nº 1519810



Registro de Atendimento  
INTEGRADO

EMITIDO EM 16/10/2016 as 17:57



TIPIFICAÇÕES ENVOLVIDA:

- CRIMES CONTRA A PESSOA -> CPB ART. 146 CAPUT: CONSTRANGIMENTO ILEGAL
- CRIMES CONTRA A PESSOA -> CPB ART. 147 CAPUT: AMEAÇA

SEXO: FEMININO	NASCIMENTO: 21/05/1956	IDADE: 60 Anos		
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	NATURALIDADE: PIRACANJUBA / GOIÁS			
ESTADO CIVIL: CASADO(A)	COR/RAÇA: NÃO INFORMADO			
NOME DO PAI: HUMBERTO PIRES RÓZA				
NOME DA MÃE: GENI FARIA ROZA				
RG: 2313601	CPF: NÃO INFORMADO	CNH: NÃO INFORMADO	TÍTULO DE ELEITOR: NÃO INFORMADO	PASSAPORTE: NÃO INFORMADO
PROFISSÃO: PRÉSIDENTA DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA ANA LAURA DE PIRACANJUBA				

NARRATIVA

RELATO PM: NÃO INFORMADO

RELATO BM: NÃO INFORMADO

RELATO PC: INFORMA A COMUNICANTE QUE NA TARDE DE ONTEM ESTAVA EM REUNIÃO COM A COMUNIDADE QUILOMBOLA BOA NOVA NO PÁTIO DA ESCOLA ESTADUAL BOA NOVA NA CIDADE DE PROFESSOR JAMIL, JUNTAMENTE COM LIDERANÇAS DAS COMUNIDADES CASCATÁ, ANA LAURA E NOSSA SENHORA APARECIDA DE CROMÍNIA E REPRESENTANTES DA COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIDÃO NEGRA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO, BEM COMO A SENHORA MARTA IVONE DE OLIVEIRA FERREIRA, SUPERINTENDENTE DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, QUANDO A COMUNICANTE E TODOS QUE ESTAVAM PRESENTES AVISTOU UM JOVEM NEGRO DEITADO COM O ROSTO COLADO NO ASFALTO, NA RUA AO LADO DA ESCOLA. NESTE MOMENTO PAROU A REUNIÃO E TODOS APROXIMARAM PARA ENTENDER O MOTIVO DA ABORDAGEM QUE ERA FEITA POR DOIS POLICIAIS MILITARES QUE OCUPAVAM A VIATURA DE Nº 7747, PLACA DOB-3296; QUE O CABO AGUILAR QUANDO PERCEBEU QUE A DECLARANTE PORTAVA UM APARELHO CELULAR ENTROU PELO PORTÃO DA ESCOLA E AVANÇOU CONTRA A MESMA PARA TOMAR ESTE OBJETO, OCORRE QUE O SENHOR NATANAEL DE OITENTA E SETE ANOS, PATRIARCA DA CIDADE DE PROFESSOR JAMIL, ENTROU NA FRENTE E IMPEDIU QUE O CITADO POLICIAL TOMASSE O CELULAR; QUE LOGO DEPOIS O SGT/PM REIS JUNTAMENTE COM O CB/PM AGUILAR EM TOM DE ARROGÂNCIA DETERMINOU QUE A COMUNICANTE E O ACOMPANHASSE ATÉ UMA DELEGACIA, ALEGANDO QUE A MESMA TERIA FILMADO SUA ABORDAGEM AO JOVEM; QUE NESTE MOMENTO A TESTEMUNHA LUCÉLIA, QUE É ADVOGADA E ESTAVA PRESENTE DISSSE QUE A COMUNICANTE NÃO IRIA ENTRAR NA VIATURA, PORQUE NÃO HAVERIA MOTIVO PARA LEVÁ-LA, CASO CONTRÁRIO TERIA QUE LEVAR TODOS QUE PRESENCIARAM O ATO E ACRESCENTOU AINDA QUE NAQUELA CIDADE NÃO HAVIA DELEGACIA DE POLÍCIA; QUE NESTE MOMENTO O SGT/PM REIS SE AFASTOU DO LOCAL E FICOU FALANDO NO CELULAR PRÓXIMO DA VIATURA, OLHANDO PARA A COMUNICANTE COM AMEAÇA DE MANEIRA VELADA; QUE O SGT/PM PEDIU A CARTEIRA DE IDENTIDADE DA COMUNICANTE, MAS QUANDO ESTA SOLICITOU A IDENTIFICAÇÃO DO CB/PM AGUILAR, O MESMO SE NEGOU DIZENDO QUE NÃO ERA OBRIGADO A FORNECER ESTAS INFORMAÇÕES.; QUE APÓS COLHER OS DADOS PESSOAIS DA COMUNICANTE OS POLICIAIS FICARAM RONDANDO A ESCOLA DIVERSAS VEZES INTIMIDANDO

BOLETIM ONLINE ACESSE O LINK <https://raivirtual.ssp.go.gov.br>

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 040522b7bfa038be52212549c21ad63a

Página 3 de 4



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO  
PENITENCIÁRIA  
REGISTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO  
Nº 1519810  
EMITIDO EM 16/10/2016 as 17:57



TODOS, QUE NO MOMENTO DE SAÍREM DA ESCOLA FORAM ORIENTADAS POR ALGUMAS PESSOAS DA CIDADE QUE ACONSELHARAM A SAIREM POR UM CAMINHO ALTERNATIVO, DE MANEIRA A EVITAR QUE CRUZASSEM COM ESTES POLICIAIS, POIS O CB/PM AGUILAR É UMA PESSOA MUITO AGRESSIVA. DIANTE DESTA SITUAÇÃO VEIO REGISTRAR ESTE FATO.

### RECÚRSOS ENVOLVIDOS

- ESCRIVÃO/AGENTE
  - NORMA NAVES DE OLIVEIRA
- DELEGADO
  - JOSÉ LINDENOR FELIZARDO CHAVES BARROS

*Walderez Soares Silva*

Comunicante

BOLETIM ONLINE ACESSE O LINK <https://raivirtual.ssp.go.gov.br>

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 040522b7bfa038be52212549c21ad63a

Página 4 de 4

## POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA  
POLÍCIA CIVIL  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAVALCANTE

### BOLETIM DE OCORRÊNCIA

#### DADOS DO FATO

Data/Hora de Registro: 16/04/2015 17h35  
Numero: 75/2015  
Afeto: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAVALCANTE  
Tipificação Provisória: CPB ART. 147 CAPUT: AMEAÇA  
Data/Hora do Fato: 14/04/2015 23h50  
Local do Fato: QD. 04 LT. 18 VILA MORRO ENCANTADO CENTRO CAVALCANTE GO

#### VITIMA-COMUNICANTE(1)

Nome: JOEL SOUZA DE CARVALHO  
Sexo: MASCULINO Nascimento: 11/11/1968 Idade: 35 A 64  
Nacionalidade: BRASILEIRA Naturalidade: CAVALCANTE GO  
Estado Civil: SOLTEIRO(A) Cor/Raça: NÃO INFORMADA  
Nome do Pai: ROGACIANO CARVALHO NETO  
Nome da Mãe: MARIA MADALENA DE CARVALHO  
Rg: 34356296357873 SSP GO CPF: 564.935.845-15  
Profissao:  
Endereço Residencial: CAVALCANTE GO  
Telefone Residencial:  
Endereço Comercial: CAVALCANTE GO  
Telefone Comercial:  
Celular: Telefone Contato: (62)9917-5886

#### HISTÓRICO

A vítima que é ativista do movimento negro e direitos humanos foi abordado por uma camionete preta sem placa a qual prossuía quatro pessoas e foi dito a ele as seguintes palavras " VOCE QUE É MILITANTE DOS DIREITOS HUMANOS INCLUSIVE AS PESSOAS QUE ESTAO DANDO ESSAS ENTREVISTAS, SERÃO TODOS ASSASSINADOS"

Elaborado por: WELZIMAR DIAS DE MORAIS, Escrivã(o) de Polícia

Visto: DIOGO LUIZ BARREIRA GOMES - Delegado(a) de Polícia

## 14.4 Ofício Fundação Palmares (Museu Nacional da Memória Afrodescendente)



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



01420.011750/2016-02

*pgc - 00 52 8+251 2016*

Ofício nº 720/GAB/FCP/MinC

Brasília (DF), 10 de novembro de 2016.

À Senhora  
**Deborah Duprat**  
Procuradora  
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Ministério Público Federal  
SAF Sul, Quadra 04 – Conjunto “C” – Lt. 03 Bloco “B” – Salas 303/304  
CEP: 70050-900 – Brasília/DF

**Assunto:** Resposta ao Ofício – Museu Nacional da Memória Afrodescendente

Senhora Procuradora Federal,

1. Em resposta ao Ofício nº 510/2016/PFDC/MPF de Vossa Senhoria pelo qual solicita à Fundação Cultural Palmares informações acerca do estágio atual do Museu Nacional da Memória Afro-Brasileira, esclarecemos que o imóvel foi disponibilizado pela SPU para aceite do Ministério da Cultura por meio SISREI (Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis).

2. Cabe informar que as funções/responsabilidades dos entes federados acerca da implantação do futuro Museu estão assim definidas: Ministério da Cultura, proprietário do terreno; Fundação Cultural Palmares, gestora e responsável pelo Museu; Ibram, responsável técnico. Tais atribuições serão formalizadas em breve por meio de Termo de Cooperação a ser assinado entre as partes.

Atenciosamente,

**Eivaldo Oliveira da Silva**  
Presidente  
Fundação Cultural Palmares/MinC

Recebido na PFDC

17 / 11 / 16  
Ass.: \_\_\_\_\_  
Matr.: 27294

## 15. Resgatando a verdade

*“No início pensei que eu pudesse contribuir muito com os trabalhos da Comissão. No entanto, fui agraciado com a descoberta de que, junto com os milhões de irmãos e irmãs, integro uma rica nação de pretos, cuja história não nos foi contada corretamente. Esse Relatório é a congregação das nossas vozes acerca da verdade sobre quem somos”.*

Adeir Ferreira Alves  
(Filósofo)  
Consultor

*“Um espaço de fortalecimento, encontro, discussão, aprendizado, e acima de tudo trabalho coletivo no sentido de resgatarmos “nossa verdadeira história” como também de buscarmos as reparações devidas em todas as instâncias pelos brutais crimes praticados durante a escravidão e atualmente contra nosso povo preto pelo estado brasileiro”.*

Joel Souza de Carvalho  
(Militante de Direitos Humanos)  
Consultor

*“Nasci em uma Comunidade Quilombola onde meus parentes ainda resistem aos impactos da invasão e usurpação das terras pelo branco. Nos poucos quilombos que passei, constatei a execução do velho projeto do branco, deixando o povo negro sem as suas terras, sem seu território, matando tudo que cada povo tem. Por tudo que já vivi no meu Kilombo e nesse curto tempo revivi, continuarei fazendo o que sempre fiz e faço: luto por Respeito e Direitos, principalmente do meu povo. Pois cada Kilombo é um território, que tem as suas raízes, sua identidade, sua cultura, os seus, seu aconchego, seu acolhimento...”*

Josefina Serra dos Santos  
(Advogada )  
Consultora

*“Um dos problemas discutidos e sempre ignorado era quanto à existência de Kilombos no DF. A criação da CVN/SBB foi um passo memorável para a desmistificação deste quadro. Kilombos sempre existiram e com todas as dificuldades conseguiram manter suas culturas e tradições com histórias de superação e violências. Desde a época da escravidão lutam para vencer o roubo de direitos que lhes foram tirados e para recuperar as poucas terras que têm das mãos dos latifundiários do agronegócio”.*

Júlia Conceição Berto  
(Militante do Movimento Negro)  
Consultora

*“Ações voluntárias como a formação da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do DF e Entorno precisam ser uma constante nas trajetórias das pessoas pretas, pardas e indígenas neste país. Sabemos que desde que este território foi invadido pelos povos europeus que paulatinamente consolidou-se a formação de uma sociedade calcada no saque, pilhagem, genocídio, estupro, escravidão, violência religiosa, epistemicídios, racismo, machismo, entre outras marcas que legitimaram os planos de supremacia dos homens e mulheres brancas em detrimento das precariedades, vulnerabilidades e extermínio das pessoas não-brancas e dos seus projetos de sociedades. A dimensão racial é, assim, o lócus crucial de análise da sociedade brasileira, sem a qual não compreendemos os dramas históricos dos povos negros (chamados pretos e pardos) na luta por acesso à cidadania, bem-estar, dignidade e felicidade. Integrar esta Comissão, portanto, potencializou em mim o desejo de reconsideração da necessidade de não apenas lutar pela manutenção e garantia dos direitos das/os irmãs/os quilombolas junto com elas/es, mas também de aprender com suas experiências e perceber que é urgente a criação de novas práticas de reorganização política dos negros/as, em processos que podemos chamar de “requilombamento”. Nas escolas, bairros, universidades, empresas, presídios, igrejas, morros, quebradas, etc. é fundamental que reaprendamos a nos perceber enquanto pessoas que precisam se proteger, se unir*

*e se ajudar na luta por reparações do acúmulo de injustiças históricas e por uma existência calcada também em valores, ensinamentos, conhecimentos, orientações religiosas e referenciais ancestrais africanos e afro-brasileiros que este país tentou e tenta silenciar, destruir e/ou substituir. Aprendi que com disposição, união, força e princípio de comunidade nós podemos fazer mais por nós e que esta dimensão política de existência vai continuar comigo. Obrigado, companheiras/os desta Comissão-Kilombo. Sigamos juntas/os e façamos mais”.*

Leandro Santos Bulhões de Jesus  
(Professor de História da África)  
Consultor

*“Ter participado desta Comissão foi o fato mais significativo de minha vida nos últimos anos. Foi a real oportunidade de debater a temática da escravidão negra nesta região, conhecer lugares de importância fundamental para a história e a cultura quilombola, para além do Kilombo Mesquita do qual faço parte, ter acesso a documentos valiosos e a pessoas mais que dedicadas à causa social. Todavia, a sensação que me acomete neste momento é de que o trabalho mal acabou de começar...”*

Manoel Barbosa Neres  
(Administração Pública)  
Consultor

*“Fazer parte da CVN/SBB do DF e Entorno foi o que de mais especial me aconteceu em 2016, ter a oportunidade de junto com pessoas tão especiais contar a história do povo preto, o meu povo, a minha história, é algo indescritível. A cada Kilombo que visitávamos, a cada pessoa com quem conversamos a sensação que me era transmitida e de volta as origens, as memórias ainda vivas, ainda que doloridas não podem ser esquecidas. O que a Comissão fez neste trabalho foi contar os sofrimento dos nossos antepassados, para que não se repitam no futuro. Salve o povo preto!”*

Manoel Francisco Duque de Sousa  
(Bancário)  
Consultor

*“Recordar, repetir e ressignificar, estes são um dos pilares da psicanálise. E conhecer a verdade sobre a escravidão negra no Distrito Federal e entorno foi mergulhar na minha própria história em busca de firmação de uma identidade. Estar nos Kilombos, escutar sobre desafios e esperanças aguçou a minha vontade de estar cada vez mais presente na luta pelo bem estar do meu povo”.*

Márcia Maria da Silva  
(Psicóloga)  
Consultora

*“Participar da CVN/SBB do DF e Entorno está sendo um privilégio. Tive a oportunidade de aprender muito sobre o meu povo negro, de saber dos nossos direitos, de conhecer mais nossa cultura, de ver de pertinho as mazelas que o povo negro sofre até os dias de hoje. Sou imensamente grata por participar de um grupo coeso, unido, preto, que realmente está preocupado em mudar a realidade do povo negro”.*

Nádia Nádila da Silva Reis  
(Advogada)  
Consultora

*“Tive e tenho o maior orgulho de participar dessa Comissão constituída por essa equipe tão seleta e empenhadana busca pelo conhecimento da verdade. Ser consultor foi uma experiência muito importante para mim, pois me proporcionou aprender cada vez mais. Agradeço a Deus pela oportunidade e quero continuar pois, o trabalho está só começando. Em cada comunidade plantamos uma semente de esperança, amor e confiança. O próximo passo será o retorno aos Kilombos. Vamos mostrar na casa grande quem fomos, onde estamos, quem somos!”*

Rui Perpétuo Gomes  
(Militante do Movimento Negro)  
Consultor

*“Participar da Comissão e ter meu kilombo representado em um relatório de tamanha relevância é uma honra. Aqui, o Mesquita foi tratado não apenas como um kilomboem sua história de luta ancestral, mas também como uma comunidade importante à outros períodos da História do Brasil, como foi a construção de Brasília. Isso mostra como nós, povos tradicionais de quilombos, não podemos deixar que nosso valor seja reduzido ao que fomos no passado. Fazemos parte da identidade e do desenvolvimento do país. Merecemos respeito e acesso aos direitos fundamentais que também são nossos!”*

Sandra Pereira Braga  
(Liderança quilombola)  
Consultora

*“O meu ativismo como MULHER, NEGRA, QUILOMBOLA, FAVELADA, PROFESSORA, PROTESTANTE E PASTORA foi construído nas organizações religiosas protestantes em que passei a minha infância, adolescência e juventude vendo minhas e meus ancestrais lutarem, resistirem e sobreviverem a discriminação, ao preconceito e ao racismo. Participar da CVN-SBB me levou de volta aos Kilombos: São José da Serra (Valença,RJ), Aleluia, Bananal, Cumbucá e Conceição do Imbé (Campo dos Goytacazes, RJ), as Favelas: Parque Proletário da Penha, Jacarezinho e Vila Kennedy (RJ), onde construí minha história de vida e ascendi socialmente através da educação”.*

Waldicéia de Moraes Teixeira da Silva  
(Especialista em Administração Escolar e Coordenação Pedagógica)  
Consultora

*“A Comissão da Verdade Sobre a Escravidão Negra no Distrito Federal e Entorno é daquelas iniciativas que buscam descortinar a verdade sobre a formação do povo brasileiro, no caso específico a passagem e contribuição do povo negro nesta parte significativa da região Centro Oeste. É um olhar para a nossa história que vai além do senso comum, na medida em que quando se fala em Distrito Federal, automaticamente domina o imaginário popular a inauguração de Brasília, porém, houve vida no Planalto Central antes da fundação da nossa capital, e uma vida pujante apesar de esquecida pela história oficial”*

Sérgio Augusto Coelho da Silva Filho  
(Bancário)  
Coordenador de Apoio e Logística

*“Estou muito realizada e feliz por ter feito parte desse projeto. A CVN/SBB fez o resgate de uma história marcada por opressões, que nunca foi contada por conta do racismo, discriminação e preconceito cruelmente impostos à população negra brasileira. Foi um encontro de boa vontade, muito trabalho, excelentes profissionais e o apoio fundamental de uma entidade de credibilidade como o Sindicato dos Bancários de Brasília. Grata pela excelente oportunidade de vida!”*

Denise Maria Porfírio de Oliveira  
(Jornalista)  
Assessora de Comunicação Social

*“As palavras e as atitudes são dois potenciais do homem que tanto podem ser usados para fortalecer como para destruir ideais. O que determina o sucesso das nossas metas é como utilizamos esses recursos. O caminho mais sábio é servir a quem já começou a obra, colocar o conhecimento à disposição da luta. Na simplicidade está a maior sabedoria, pois no servir se aprende e se cresce para o futuro’. Palavras do mestre César Alves Rodrigues – quilombola Mesquita – que faço minhas. Palavras nas quais me firmo e sigo servindo ao meu povo negro!”*

Daiane Souza Alves  
(Jornalista)  
Secretária Executiva

*“Falar do trabalho na Comissão é falar, antes de tudo, de uma experiência de partilha e de crescimento conjunto. Raro ver tanta cumplicidade e parceria em um grupo que jamais havia convivido antes. Desconhecidos que rapidamente entenderam a importância do trabalho cooperativo, do espírito de equipe e da união em torno de um objetivo. União que rapidamente tornou-se companheirismo, fraternidade, respeito e amizade. Difícil entender esse feliz processo. Uma conspiração positiva dos astros? Um arranjo dos deuses? Ou talvez simplesmente a junção de pessoas com sonhos e ideais parecidos, em busca de uma realidade mais igual e justa”.*

Mário Lisbôa Theodoro

(Economista)

Relator

*“A face de uma história  
Que de forma enviesada  
Foi tirada da memória  
Na verdade abrandada  
E a força do povo preto  
Na academia do gueto  
Deixou-a documentada*

*Em cada gesto e olhar  
Do ancião à mocidade  
A emoção em escutar  
A riqueza da oralidade  
Recontar a escravidão  
Traduzida em reflexão  
Da Comissão da Verdade”.*

Jeferson Gustavo Pinheiro Meira

(Bancário)

Vice-presidente da Comissão da Verdade sobre a Escravidão  
Negra do DF e Entorno

*“Foi uma satisfação enorme presidir esta Comissão, um grande desafio, um período de grande aprendizagem. Um dos melhores presentes na minha militância relacionada às questões étnico-raciais foi trabalhar e conviver com essa equipe formada por militantes compromissados/as com a causa negra, excelentes profissionais de diversas áreas do conhecimento. Encontro que abriu um leque de conhecimentos, uma equipe inclusiva que representa a diversidade de gênero, cultural, religiosa etc e que, acima de tudo, busca o mesmo objetivo. Mostra que para verdadeiros/as lutadores/as não há limites. São lutadores/as exemplos de união, respeito, compreensão, determinação e resistência. Além disso, ouvir a história do nosso povo negro sendo contada por ele mesmo foi uma experiência enriquecedora e ascendeu as esperanças de um mundo melhor para todos/as nós. Agradeço a cada integrante da Comissão e ao Sindicato dos Bancários de Brasília, na pessoa do Presidente Eduardo Araújo, por ter acreditado e abraçado esse projeto.”*

**Lucélia Saraiva Aguiar**

(Advogada, Ativista Socioambiental e Militante das Questões Étnico-Raciais)  
Presidenta da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do DF e Entorno

*“Para nós, Bancários de Brasília, é motivo de grande orgulho sediar os trabalhos da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do Distrito Federal e Entorno. Durante todo esse tempo vimos o empenho deste grupo para cumprir suas metas e prazos, visitando as cidades e principalmente os quilombos dos quais muitos da população negra urbana de Brasília, descendem direta ou indiretamente. Neste relatório é evidente o esforço e o compromisso de dar visibilidade à essas pessoas, símbolos de resistência e de luta contra o escravismo. É clara ainda, a busca pela reparação e pelo respeito à garantia dos direitos dessas pessoas escravizadas e seus descendentes com recomendações objetivas, a partir dos conhecimentos de cada um dos consultores, pelo que o Sindicato permanece vigilante e atuante para dar consequência a este magnífico trabalho. Parabéns à Comissão!”*

**Eduardo Araújo de Souza**

(Bancário)

Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília



## DIRETORIA EXECUTIVA

<b>Eduardo</b> Araújo de Souza - (BB)	<b>Presidência</b>
<b>Cristiano</b> Alencar Severo - (BRB)	<i>Secretaria Geral</i>
<b>Wandeir</b> Souza Severo - (CAIXA)	<i>Secretaria de Finanças</i>
<b>Rosane</b> Maria Alaby - (SANTANDER)	<i>Secretaria de Administração</i>
Rafael <b>Zanon</b> Guerra de Araujo - (BB)	<i>Secretaria de Imprensa</i>
<b>Marianna</b> Coelho de A. A. Lopes - (BB)	<i>Secretaria de Assuntos Jurídicos</i>
Teresa <b>Cristina</b> Pujals - (BB)	<i>Secretaria de Formação Sindical</i>
<b>Sandro</b> Silva Oliveira - (ITAU)	<i>Secretaria Social e Cultural</i>
Jaqueline Perroud - <b>Jaque</b> - (BB)	<i>Secretaria de Relações com a Comunidade</i>
Antônio <b>Abdan</b> Teixeira Silva - (CAIXA)	<i>Secretaria de Comunicação e Divulgação</i>
<b>Edmilson</b> Wanderley Lacerda - (ITAU)	<i>Secretaria de Assuntos Parlamentares</i>
<b>Raquel</b> Santos Lima - (BRB)	<i>Secretaria de Estudos Socioeconômicos</i>
Maria <b>Mônica</b> Holanda Oliveira - (BB)	<i>Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho</i>
<b>Paulo Vinicius</b> da Silva - <b>PV</b> - (BB)	<i>Secretaria de Política Sindical</i>

## CONSELHO FISCAL

Antônio **Eustáquio** Ribeiro - (BRB)  
José Herculano Neto - **Bala** - (CAIXA)  
Raimundo **Dantas** de Lima - (HSBC)  
**Kleyton** Guimaraes Moraes - (BB)  
**Rafaella** Gomes de Freitas - (CAIXA)  
Roberto Alves - **Robertinho** - (ITAU)

## DIRETORIA

**Aguinaldo** Moraes Ferreira (BB)  
**Alfredo** Nuncio da Silva **Sol** (BRB)  
**Daniel** de Oliveira (BRB)  
**Edson Ivo** Moreira Martins (BRB)  
Fabiana Uehara - **Fabi** (CAIXA)  
**Fátima** Suzana Marsaro (BB)  
**Helenilda** Ribeiro Candido (CAIXA)  
**Henrique** da Cunha Almeida (CAIXA)  
Jeferson Gustavo Pinheiro Meira - **Jefão** (BB)  
**Lailson** Belem Lima (BB)  
**Maria Jessica** Gomes de Souza (BRB)  
Maria Jose Furtado - **Zeze** (BB)  
**Marilza** Speroto (HSBC)  
**Mario Emilio Mitre** Cartaxo (BB)  
**Marlene** Rodrigues Dias (CAIXA)  
**Martha Tramm** Santos (BB)  
**Raissa** Fraga Alves (BRADESCO)  
**Renan** Rosa de Arruda (BB)  
Renato **Shalders** (CAIXA)  
**Ricardo** de Sousa Machado - PCO (BB)  
**Rodrigo** Lopes **Britto** - (BB)  
**Ronaldo** Lustosa da Rocha (BRB)  
**Valmir** Barbosa da Silva (BRB)  
**Vanessa** Sobreira Pereira (CAIXA)  
Vicente Mota **Frazão - Piqui** (HSBC)



COMISSÃO DA

**VERDADE**

SOBRE A  
ES CRAVIDÃO NEGRA  
NO DISTRITO FEDERAL  
E ENTORNO



**BANCÁRIOS DF**  
INSTITUTO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-5737-402-9



9 788557 370029